



Fundo de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.

Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Classe B e de Quotas Classe C da Segunda Emissão do

**INNOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF n.º 14.853.687/0001-12

Classificação ANBIMA: Fundo Diversificado Tipo 1

**Código ISIN das Quotas Classe B: BRINNVCTF011**

**Código ISIN das Quotas Classe C: BRINNVCTF029**

Administração  
**BANCO PETRA S.A.**  
Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar  
Curitiba – PR  
CNPJ/MF n.º 11.758.741/0001-52

Distribuição pública de 20.400 (vinte mil e quatrocentas) quotas da classe B ("Quotas Classe B") e 61.200 (sessenta e uma mil e duzentas) quotas da classe C ("Quotas Classe C") e, em conjunto com as Quotas Classe B, "Quotas da Segunda Emissão", nominativas e escriturais, da segunda emissão do Innova Fundo de Investimento em Participações ("Fundo" e "Segunda Emissão", respectivamente), com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por Quota, na data de emissão, totalizando o montante de

**R\$ 81.600.000,00**

**(oitenta e um milhões e seiscentos mil reais)**

O Fundo é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03"), e tem por objetivo obter rendimentos de médio e longo prazo aos seus quotistas ("Quotistas"), por meio do investimento em ações, debêntures simples ou conversíveis, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM, que atendam aos requisitos descritos neste prospecto ("Prospecto") e no regulamento do Fundo ("Regulamento").

As Quotas da Segunda Emissão serão distribuídas publicamente exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado, mediante registro para distribuição no SDT - Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("Oferta" e "CETIP", respectivamente), coordenada pela PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.317.692/0001-94 ("Coordenador Líder").

O Fundo é administrado pelo Banco Petra S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52 ("Administrador"). O Administrador contratou a PETRA Asset Gestão de Investimentos Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista n.º 1.842, 1º andar, conjunto 17, Torre Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.350.042/0001-39, para realizar a gestão da carteira de investimentos do Fundo ("Gestor" e "Carteira", respectivamente). O Administrador contratou, ainda, a Innova Capital Consultoria Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.179, 7º andar, conj. 72, Sala B, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.555.955/0001-10, para realizar o serviço de consultoria especializada do Fundo ("Consultor Especializado").

A constituição do Fundo e o inteiro teor do seu Regulamento foram aprovados por ato único do Administrador, datado de 30 de novembro de 2011, e registrado no 4º Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 14 de dezembro de 2011, sob o n.º 535.326. A Segunda Emissão foi aprovada por ato único do Administrador, datado de 27 de setembro de 2012, e registrado no 4º Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 03 de outubro de 2012, sob o n.º 552.011. O regulamento do Fundo foi alterado por ato único do Administrador, datado de 17 de dezembro de 2012, e encontra-se registrado no 4º Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 26 de dezembro de 2012, sob o n.º 556.109.

A Oferta foi registrada na CVM, em 25 de abril de 2013, sob o n.º CVM/SRE/RFP/2013/007 para as Quotas Classe B e sob o n.º CVM/SRE/RFP/2013/008 para as Quotas Classe C, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" nas páginas 26 a 30 deste Prospecto. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. A OFERTA NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE BUSQUEM RETORNO DE CURTO PRAZO E/OU NECESSITEM DE LIQUIDEZ EM SEUS INVESTIMENTOS.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do Consultor Especializado, do Coordenador Líder, das demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS DO REGULAMENTO RELATIVAS AO OBJETIVO DO FUNDO, À SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM SOBRE OS FATORES DE RISCO AOS QUAIS O FUNDO ESTÁ SUJEITO, CONFORME DESCRITO NAS PÁGINAS 26 A 30 DESTE PROSPECTO.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida ao Administrador

e da taxa de performance devida ao Consultor Especializado, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor. A Oferta não conta com classificação de risco.

A autorização para funcionamento do Fundo e/ou o registro da distribuição pública das Quotas da Segunda Emissão não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, das Quotas da Segunda Emissão, do Administrador, do Gestor, do Consultor Especializado, do Coordenador Líder e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do “Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes”, bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas da Segunda Emissão não implica, por parte da CVM, da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital - ABVCAP ou da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu Administrador, do Gestor, do Consultor Especializado, do Coordenador Líder ou das demais instituições prestadoras de serviços.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Coordenador Líder e à CVM.

Administrador



Coordenador Líder



Gestor



Consultor Especializado



Assessor Legal



A data deste Prospecto é 30 de abril de 2013.

## ÍNDICE

<b>1. DEFINIÇÕES</b>	<b>5</b>
<b>2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA</b>	<b>16</b>
2.1. Características da Oferta	17
2.2. Negociação das Quotas da Segunda Emissão	21
2.3. Custos da Oferta	21
2.4. Outras Informações	22
2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes	24
2.6. Declarações do Administrador e do Coordenador Líder	24
<b>3. FATORES DE RISCO</b>	<b>26</b>
3.1. Risco de Crédito	27
3.2. Risco de Liquidez	27
3.3. Risco de Mercado	27
3.4. Riscos de Acontecimentos e Percepção de Risco em Outros Países	27
3.5. Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental	28
3.6. Riscos de Alterações da Legislação Tributária	28
3.7. Riscos Relacionados à Morosidade da Justiça Brasileira	28
3.8. Restrições à Negociação de Quotas	29
3.9. Amortização e/ou Resgate de Quotas em Valores Mobiliários ou Outros Ativos Integrantes da Carteira	29
3.10. Risco Relacionado ao Resgate e à Liquidez das Quotas	29
3.11. Riscos Relacionados à Amortização de Quotas	29
3.12. Risco de Patrimônio Negativo	29
3.13. Risco de Concentração dos Investimentos do Fundo	29
3.14. Riscos Relacionados às Companhias Investidas	30
3.15. Outros Riscos	30
<b>4. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO</b>	<b>31</b>
4.1. Forma, Base Legal, Classificação e Prazo de Duração	32
4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	32
4.3. Objetivo e Política de Investimento	32
4.4. Período de Investimentos para a Formação da Carteira	36
4.5. Período de Liquidação dos Investimentos	36
4.6. Procedimentos de Liquidação dos Investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo	37
4.7. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização, Negociação e Amortização das Quotas	38

4.8. Política de Distribuição de Resultados.....	45
4.9. Demonstrações Contábeis e Avaliação do Patrimônio Líquido.....	45
4.10. Assembleia Geral.....	46
4.11. Administração e Estrutura de Governança Corporativa.....	50
4.12. Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflito de Interesses.....	59
4.13. Remuneração do Administrador, do Consultor Especializado e Demais Despesas do Fundo.....	59
4.14. Política de Divulgação de Informações.....	62
4.15. Solução de Conflitos.....	63
4.16. Regras de Tributação.....	65
4.17. Atendimento aos Quotistas.....	67
4.18. Relacionamento entre as Partes e Conflito de Interesse.....	67
<b>5. ANEXOS</b>	<b>70</b>
ANEXO I – CÓPIA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO.....	71
ANEXO II – CÓPIA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E DE APROVAÇÃO DA SEGUNDA EMISSÃO DE QUOTAS DO INNOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES.....	74
ANEXO III – CÓPIA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO, ACOMPANHADO DO REGULAMENTO E DO SUPLEMENTO DA SEGUNDA EMISSÃO EM VIGOR NESTA DATA.....	78
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03.....	145
ANEXO V – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03.....	147



## **1. DEFINIÇÕES**

---

## DEFINIÇÕES

Para os fins do disposto neste Prospecto, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Prospecto, no singular ou no plural, terão os seguintes significados:

<b>ABVCAP</b>	Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital.
<b>Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda</b>	Significa o “Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda de Quotas do Innova Fundo de Investimento em Participações”, que será celebrado entre os Quotistas Classe A e os Quotistas Classe B, com interveniência e anuência do Fundo e do Administrador, o qual regulará os termos e condições para o exercício de opção de compra e venda de Quotas Classe A e/ou de Quotas Classe B, conforme o caso, entre os Quotistas Classe A e os Quotistas Classe B.
<b>Administrador</b>	Banco Petra S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, responsável pela administração e controladoria do Fundo, custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira, bem como escrituração das Quotas.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Significa o anúncio de encerramento da Oferta.
<b>Anúncio de Início</b>	Significa o anúncio de início da Oferta.
<b>Assembleia Geral</b>	Significa a Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>CAM-CCBC</b>	Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.
<b>Capital Comprometido</b>	Significa o valor correspondente à quantidade de Quotas que todos os subscritores de Quotas se comprometam a integralizar, de forma irrevogável e irretroatável, por meio de assinatura de cada Compromisso

	de Investimento, multiplicado pelo Preço de Emissão.
<b>Carteira</b>	Significa a carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
<b>Chamada de Capital</b>	Significa cada chamada de capital aos Quotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, de acordo com instruções do Comitê de Investimentos, à medida que sejam identificadas oportunidades de investimento em Valores Mobiliários ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>Código ABVCAP/ANBIMA</b>	Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.
<b>Coinvestimentos</b>	Significam os investimentos em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que sejam realizados pelo Fundo em conjunto com os Quotistas e/ou quaisquer terceiros interessados, observado o disposto no Capítulo XVIII do Regulamento.
<b>Comitê de Investimentos</b>	Significa o Comitê de Investimentos do Fundo, que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor na gestão da Carteira, conforme descrito no Capítulo VII do Regulamento.
<b>Companhias Alvo</b>	Significam as companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM, que atendam aos requisitos descritos no item 4.3. do Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo.
<b>Companhias Fechadas</b>	Significam as Companhias Alvo que não possuam registro de companhia aberta perante a CVM.

<b>Companhias Investidas</b>	Significam as Companhias Alvo que efetivamente recebam investimentos do Fundo.
<b>Compromisso de Investimento</b>	Significa cada “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas”, que será assinado por cada Quotista no ato da subscrição de suas Quotas, o qual regulará os termos e condições para a integralização das Quotas pelo Quotista.
<b>Conflito de Interesses</b>	Significa qualquer situação em que uma Parte Interessada e/ou uma Parte Relacionada possua interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução de determinada questão ou negócio relacionado com o Fundo, a Companhia Alvo e/ou a Companhia Investida.
<b>Consultor Especializado</b>	Innova Capital Consultoria Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.179, 7º andar, conj. 72, Sala B, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.555.955/0001-10, cujas obrigações e responsabilidades estão descritas no Capítulo VII do Regulamento e no Contrato de Consultoria.
<b>Contrato de Consultoria</b>	Significa o contrato de consultoria a ser celebrado entre o Fundo e o Consultor Especializado, o qual regulará os deveres e obrigações do Consultor Especializado perante o Fundo.
<b>Contrato de Gestão</b>	Significa o contrato de gestão celebrado entre o Fundo e o Gestor, o qual regulará os deveres e obrigações do Gestor perante o Fundo.
<b>Coordenador Líder</b>	PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.317.692/0001-94, responsável pela distribuição das Quotas.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data da Primeira Integralização de Quotas</b>	Significa a data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas do Fundo.

<b>Data de Encerramento da Oferta</b>	Significa o último Dia Útil do período de distribuição das Quotas da Segunda Emissão, que poderá ter prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>Dia Útil</b>	Significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro em âmbito nacional ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
<b>Fundo</b>	Innova Fundo de Investimento em Participações.
<b>Gestor</b>	PETRA Asset Gestão de Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 7.970, de 01 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.842, 1º andar, conjunto 17, Torre Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.350.042/0001-39, responsável pela gestão da Carteira.
<b>Instrução CVM n.º 391/03</b>	Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 400/03</b>	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 409/04</b>	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 476/09</b>	Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
<b>Investidores Qualificados</b>	Significam, no âmbito de qualquer Oferta, os investidores assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, ao passo que, no âmbito de qualquer Oferta Restrita, significam os investidores assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09.
<b>IOF/Câmbio</b>	Imposto sobre Operações de Câmbio.
<b>IOF/Títulos</b>	Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
<b>Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida</b>	Significa o país que não tribute a renda, ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

<b>Justa Causa</b>	Significa a comprovação de que o Consultor Especializado (i) atuou com dolo, fraude ou violação no desempenho de suas obrigações legais como Consultor Especializado gerando prejuízo material ao Fundo; (ii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro; ou (iii) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários em qualquer mercado do mundo. A ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Consultor Especializado ou a não aprovação, pela Assembleia Geral, de profissional para substituir a Pessoa Chave, nos termos do item 7.3.2. do Regulamento, também configurarão Justa Causa.
<b>Lei 9.307/96</b>	Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Oferta</b>	Significa toda e qualquer distribuição pública de Quotas realizada durante o prazo de duração do Fundo nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, as quais (i) serão destinadas a Investidores Qualificados; (ii) serão intermediadas por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) dependerão de prévio registro perante a CVM.
<b>Oferta Restrita</b>	Significa toda e qualquer distribuição pública de Quotas com esforços restritos de colocação que venha a ser realizada durante o prazo de duração do Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, as quais (i) serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados; (ii) serão intermediadas por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) estão automaticamente dispensadas de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.
<b>Outros Ativos</b>	Significam os ativos financeiros em que poderão ser alocados os recursos livres do Fundo, não alocados em Valores Mobiliários, quais sejam: (i) quotas de emissão de fundos de investimento classe DI ou renda fixa regulados pela Instrução CVM n.º 409/04; (ii) títulos públicos federais; (iii) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e/ou (iv) títulos de emissão do BACEN.
<b>Partes Interessadas</b>	Significam: (i) os Quotistas; (ii) o Administrador; (iii) o Gestor; (iv) o Consultor Especializado; (v) os membros do Comitê de Investimentos; e

	(vi) os membros de quaisquer outros comitês e conselhos que venham a ser criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelos Quotistas ou pelo Administrador.
<b>Partes Relacionadas</b>	Significa qualquer funcionário, diretor, sócio ou representante legal, cônjuges e/ou parentes até o 2º (segundo) grau de parentesco de qualquer Parte Interessada, sociedades controladoras, coligadas, subsidiárias ou que exerçam controle comum em relação a qualquer Parte Interessada, conforme aplicável, e fundos de investimento e/ou carteiras de títulos e valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo Administrador.
<b>Patrimônio Líquido</b>	Significa o patrimônio líquido do Fundo, correspondente ao valor em reais resultante da soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades e provisões do Fundo.
<b>Período de Desinvestimento</b>	Significa o período que terá início a partir do 1º (primeiro) Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, durante o qual o Fundo não realizará novos investimentos em Valores Mobiliários, ressalvado o disposto no Regulamento, e envidará seus melhores esforços no seu processo de desinvestimento total, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Consultor Especializado e aprovados pelo Comitê de Investimentos que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível.
<b>Período de Investimento</b>	Significa o período inicial de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data da Primeira Integralização de Quotas e se estenderá por até 4 (quatro) anos.
<b>Pessoa Chave</b>	Significa o profissional integrante do quadro de sócios, colaboradores ou funcionários, do Consultor Especializado, devidamente qualificado para o desempenho das atividades de consultoria especializada do Fundo, conforme indicado no Contrato de Consultoria, nos termos do item 7.3. do Regulamento.
<b>Preço de Emissão</b>	Significa o valor de emissão das Quotas, conforme definido no respectivo Suplemento.

<b>Preço de Integralização</b>	Significa o preço de integralização das Quotas, conforme definido no respectivo Suplemento.
<b>Prospecto</b>	Significa o presente prospecto da Oferta.
<b>Quotas</b>	Significam as Quotas Classe A, as Quotas Classe B e as Quotas Classe C, quando referidas em conjunto.
<b>Quotas em Circulação</b>	Significam as Quotas Classe A em Circulação, as Quotas Classe B em Circulação e as Quotas Classe C em Circulação, quando referidas em conjunto.
<b>Quotas Classe A</b>	Significam as quotas da classe A de emissão do Fundo.
<b>Quotas Classe A em Circulação</b>	Significam as Quotas Classe A devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas ou, conforme o caso, resgatadas, em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento.
<b>Quotas Classe B</b>	Significam as quotas da classe B de emissão do Fundo.
<b>Quotas Classe B em Circulação</b>	Significam as Quotas Classe B devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas ou, conforme o caso, resgatadas, em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento.
<b>Quotas Classe C</b>	Significam as quotas da classe C de emissão do Fundo.
<b>Quotas Classe C em Circulação</b>	Significam as Quotas Classe C devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas ou, conforme o caso, resgatadas, em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento.
<b>Quotas com Direito de Voto</b>	Significam as Quotas Classe A e as Quotas Classe B, quando referidas em conjunto, as quais terão direito de voto nas Assembleias Gerais, nos termos do Regulamento.
<b>Quotas da Segunda Emissão</b>	Significam as Quotas Classe B e as Quotas Classe C, quando referidas em conjunto, objeto da presente Oferta.
<b>Quotas Ofertadas</b>	Significam as Quotas objeto de alienação nos termos do item 10.9.4. do



	Regulamento.
<b>Quotas sem Direito de Voto</b>	Significam as Quotas Classe C, as quais não terão direito de voto nas Assembleias Gerais, nos termos do Regulamento.
<b>Quotista Alienante</b>	Significa o Quotista que pretenda alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas.
<b>Quotista Inadimplente</b>	Significa qualquer Quotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento, ou Quotista que estiver em descumprimento de qualquer das disposições do Regulamento e/ou do Compromisso de Investimento.
<b>Quotistas</b>	Significam os titulares de Quotas.
<b>Quotistas Classe A</b>	Significam os titulares de Quotas Classe A.
<b>Quotistas Classe B</b>	Significam os titulares de Quotas Classe B.
<b>Quotistas Classe C</b>	Significam os titulares de Quotas Classe C.
<b>Quotistas com Direito de Voto</b>	Significam os titulares de Quotas com Direito de Voto.
<b>Quotistas Ofertados</b>	Significam os demais Quotistas titulares de Quotas da mesma classe das Quotas Ofertadas.
<b>Quotistas Qualificados</b>	Significam os Quotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689.
<b>Quotistas sem Direito de Voto</b>	Significam os titulares de Quotas sem Direito de Voto.
<b>Regulamento</b>	Significa o regulamento do Fundo.
<b>Reinvestimento</b>	Significa o reinvestimento parcial ou total realizado pelo Fundo, a qualquer momento durante o Período de Investimento, dos recursos obtidos com a venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira em Valores Mobiliários de Companhias

	Investidas e/ou Companhias Alvo, conforme proposta do Consultor Especializado e aprovação do Comitê de Investimentos, observado o disposto nos itens 5.8. e 5.8.1. do Regulamento. O Fundo poderá, excepcionalmente, realizar reinvestimento parcial ou total fora do Período de Investimento, conforme proposta apresentada pelo Consultor Especializado, e aprovada pela Assembleia Geral.
<b>Remuneração do Consultor Especializado</b>	Significa a remuneração devida ao Consultor Especializado em contraprestação aos serviços descritos no Capítulo VII do Regulamento e no Contrato de Consultoria, conforme indicada no Contrato de Consultoria.
<b>Resolução CMN n.º 2.689</b>	Resolução do CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
<b>SDT</b>	SDT – Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Segunda Emissão</b>	Significa a segunda emissão de Quotas do Fundo, composta por 81.600 (oitenta e uma mil e seiscentas) Quotas, sendo 20.400 (vinte mil e quatrocentas) Quotas Classe B e 61.200 (sessenta e uma mil e duzentas) Quotas Classe C, com preço de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) por Quota, totalizando a segunda emissão o montante de R\$81.600.000,00 (oitenta e um milhões e seiscentos mil reais).
<b>SF</b>	SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Suplemento</b>	Significa cada suplemento do Regulamento, que descreverá as características específicas de cada emissão de Quotas, elaborado em observância ao modelo constante do Anexo I do Regulamento.
<b>Taxa de Administração</b>	Significa a taxa devida ao Administrador devida pelo Fundo, conforme estabelecida no Capítulo XII do Regulamento e em cada Suplemento.
<b>Taxa de Performance</b>	Significa a taxa de desempenho devida pelo Fundo ao Consultor Especializado, conforme estabelecida no Capítulo XII do Regulamento e em cada Suplemento.
<b>Taxa DI</b>	Significa a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, Extra Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis).

<b>Termo de Adesão</b>	Significa cada “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco”, a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas.
<b>Valores Mobiliários</b>	Significam as ações, debêntures simples ou conversíveis, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, no singular ou no plural, que não tenham sido definidos nesta seção terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto ou no Regulamento.

## **2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA**

---

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### 2.1. Características da Oferta

#### 2.1.1. Autorização

A constituição do Fundo e o inteiro teor do seu Regulamento foram aprovados por ato único do Administrador, datado de 30 de novembro de 2011, e registrado no 4º Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 14 de dezembro de 2011, sob o n.º 535.326. A Segunda Emissão foi aprovada por ato único do Administrador, datado de 27 de setembro de 2012, e registrado no 4º Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 03 de outubro de 2012, sob o n.º 552.011. O Regulamento do Fundo foi alterado por ato único do Administrador, datado de 17 de dezembro de 2012, e registrado no 4º Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 26 de dezembro de 2012, sob o n.º 556.109.

#### 2.1.2. A Oferta

As Quotas da Segunda Emissão serão distribuídas publicamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado, mediante registro para distribuição no SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.

A Oferta será conduzida pelo Coordenador Líder, sob o regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta. A Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Quotas da Segunda Emissão, inexistindo reservas antecipadas e lotes máximos de Quotas da Segunda Emissão a serem colocados no âmbito da Oferta.

Não será concedido qualquer tipo de desconto e/ou repasse aos investidores interessados em adquirir Quotas da Segunda Emissão.

**As Quotas da Segunda Emissão não são destinadas a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de quotas de fundos de investimentos em participações é restrito.**

#### 2.1.3. Público Alvo da Oferta

A Oferta será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, residentes ou não no Brasil, que busquem retorno de médio e longo prazos compatível com a política de investimento do Fundo, e aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

#### 2.1.4. Aplicação Inicial e Manutenção de Investimento no Fundo

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo, por meio da subscrição, no mercado primário, de Quotas da Segunda Emissão é de R\$100.000,00 (cem mil reais), por Investidor Qualificado, observado que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de qualquer Quotista.

#### *2.1.5. Taxa de Ingresso e Saída*

O Fundo não possui taxa de saída e/ou taxa de ingresso.

#### *2.1.6. Registro da Oferta*

A Oferta foi registrada na CVM, em 25 de abril de 2013, sob o n.º CVM/SRE/RFP/2013/007 para as Quotas Classe B e sob o n.º CVM/SRE/RFP/2013/008 para as Quotas Classe C, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03.

#### *2.1.7. Quantidade de Quotas da Segunda Emissão*

A Oferta é composta por 20.400 (vinte mil e quatrocentas) Quotas Classe B e 61.200 (sessenta e uma mil e duzentas) Quotas Classe C, todas nominativas e escriturais, correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares.

#### *2.1.8. Preço de Emissão e Valor Total da Oferta*

O Preço de Emissão corresponderá a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por Quota da Segunda Emissão, totalizando a Oferta o montante de R\$ 81.600.000,00 (oitenta e um milhões e seiscentos mil reais).

#### *2.1.9. Prazo de Colocação e Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas da Segunda Emissão*

As Quotas da Segunda Emissão deverão ser subscritas até a Data de Encerramento da Oferta. Não haverá quantidade mínima de subscrições.

No ato da subscrição de Quotas da Segunda Emissão, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as Quotas da Segunda Emissão por ele subscritas em atendimento às Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pelo Administrador, nos termos do Regulamento e do respectivo Compromisso de Investimento, e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente das disposições contidas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e neste Prospecto.

As Quotas da Segunda Emissão serão integralizadas pelo Preço de Integralização em atendimento às Chamadas de Capital a serem realizadas pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimentos, observados os procedimentos descritos nos parágrafos abaixo e o disposto nos Compromissos de Investimento.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas da Segunda Emissão, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da Chamada de Capital, conforme solicitado pelo Administrador, em observância às instruções do Comitê de Investimentos, e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

As Quotas da Segunda Emissão serão integralizadas mediante a entrega de ativos e/ou em moeda corrente nacional, sendo que, nesta última hipótese, (i) por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP; ou (ii) por meio de crédito dos respectivos valores em recursos disponíveis diretamente na conta de titularidade do Fundo, mediante ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN. Na hipótese de integralização de Quotas da Segunda Emissão mediante a entrega de ativos, tais ativos serão avaliados pelo respectivo custo de aquisição ou valor patrimonial, conforme orientação do Comitê de Investimentos.

A integralização de Quotas da Segunda Emissão mediante a entrega de ativos deverá ser realizada fora do âmbito da CETIP. A integralização de Quotas da Segunda Emissão mediante a conferência de ativos seguirá aos procedimentos definidos pelo Administrador, inclusive quanto à adoção de laudo de avaliação dos respectivos ativos.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas da Segunda Emissão e assinarem os respectivos Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a integralizar as Quotas da Segunda Emissão nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 2.1.9. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 4.7.10. deste Prospecto.

#### *2.1.10. Informações Adicionais sobre a Oferta*

<b>Início da Oferta</b>	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, teve início após a publicação do Anúncio de Início, que ocorreu em 30 de abril de 2013.
<b>Prazo de Colocação</b>	As Quotas da Segunda Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.
<b>Manifestação de Aceitação da Oferta pelos Investidores</b>	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas da Segunda Emissão poderão manifestar a sua intenção junto ao Coordenador Líder, a qualquer momento a partir do primeiro Dia Útil do prazo de colocação e até 2 (dois) Dias Úteis anteriores à data de publicação do Anúncio de Encerramento, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.

<b>Distribuição junto ao Público</b>	As Quotas da Segunda Emissão serão colocadas exclusivamente junto a Investidores Qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, residentes ou não no Brasil.
<b>Subscrição e Integralização de Quotas da Segunda Emissão</b>	<p>As Quotas da Segunda Emissão deverão ser subscritas até a Data de Encerramento da Oferta. Não haverá quantidade mínima de subscrições.</p> <p>No ato da subscrição de Quotas da Segunda Emissão, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as Quotas da Segunda Emissão por ele subscritas em atendimento às Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pelo Administrador, nos termos do Regulamento e do respectivo Compromisso de Investimento, e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente das disposições contidas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e neste Prospecto.</p> <p>As Quotas da Segunda Emissão serão integralizadas pelo Preço de Integralização em atendimento às Chamadas de Capital a serem realizadas pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimentos, observados os procedimentos descritos no Regulamento e o disposto nos Compromissos de Investimento.</p>
<b>Suspensão ou Cancelamento da Oferta</b>	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.
<b>Modificação ou Revogação da Oferta</b>	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início. Na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação mencionada acima, o interesse em manter a declaração



	de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio.
<b>Divulgação do Resultado da Oferta</b>	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.

#### 2.1.10. Cronograma de Etapas da Oferta

A tabela a seguir apresenta um cronograma estimado das etapas da Oferta:

Evento	Data de Realização/Data Prevista
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	05.03.2013
Recebimento de Exigências da CVM	28.03.2013
Protocolo do Atendimento às Exigências	09.04.2013
Obtenção do Registro da Oferta na CVM	25.04.2013
Disponibilização do Prospecto	30.04.2013
Publicação do Anúncio de Início da Distribuição	30.04.2013
Início do Prazo de Oferta	30.04.2013
Encerramento do Prazo para Oferta	20.05.2013
Publicação do Anúncio de Encerramento	21.05.2013

#### 2.2. Negociação das Quotas da Segunda Emissão

As Quotas da Segunda Emissão serão registradas para negociação no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas da Segunda Emissão nesse mercado, assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente de Quotas da Segunda Emissão.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas da Segunda Emissão, deverá cumprir com todos os requisitos descritos no Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas da Segunda Emissão em questão.

#### 2.3. Custos da Oferta

A tabela abaixo apresenta uma indicação dos custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

<b>Custo da Distribuição</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>% em relação ao valor total da Oferta</b>
<i>Despesas de Registro</i>	165.740,00	0,20
<i>Publicações*</i>	9.211,20	0,01
<i>Consultores Legais*</i>	100.000,00	0,12

<i>Coordenador Líder*</i>	4.500,00	0,01
<b>Total</b>	<b>279.451,20</b>	<b>0,34</b>

*\*Valores aproximados*

<b>Custo Unitário de Distribuição</b>	
<b>Preço por Quota (R\$)*</b>	<b>Custo por Quota (R\$)</b>
1.000,00	3,42

*\* com base no preço de emissão na data de emissão*

## **2.4. Outras Informações**

### **2.4.1. Informações Adicionais**

Para esclarecimentos adicionais a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador e do Coordenador Líder, ou, ainda, acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

#### **Banco Petra S.A.**

Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar

Curitiba - PR

At.: Edilberto Pereira

Tel.: (41) 3074-0909

Fax.: (41) 3074 - 0938

Correio Eletrônico: edilberto.pereira@bancopetra.com.br

Website: [www.bancopetra.com.br/documentos/prospecto/Innova-FIP-Prospecto.pdf](http://www.bancopetra.com.br/documentos/prospecto/Innova-FIP-Prospecto.pdf).

#### **PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar

Curitiba - PR

At.: Ricardo Binelli

Tel.: (41) 3074 - 0909

Fax.: (41) 3074 - 0937

Correio Eletrônico: ricardo.binelli@petracorretora.com.br

Website: [www.petracorretora.com.br/documentos/prospecto/Innova-FIP-Prospecto.pdf](http://www.petracorretora.com.br/documentos/prospecto/Innova-FIP-Prospecto.pdf).

#### **Comissão de Valores Mobiliários**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (Acesso aos seguintes *links*, respectivamente: Acesso Rápido – Fundos de Investimento – digitar “Innova” – acessar “Innova FIP”).

#### **CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar  
Rio de Janeiro – RJ

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar  
São Paulo – SP

Website: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) (Acesso aos seguintes *links*, respectivamente: Acesso Rápido – Prospectos – Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados – digitar “Innova” – acessar “Innova Fundo de Investimento em Participações”).

#### **2.4.2. Prestadores de Serviços do Fundo**

##### *Administrador, Custodiante e Escriturador*

O Fundo é administrado pelo Banco Petra S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.758.741/0001.52, o qual será responsável, ainda, pelas atividades de custódia qualificada, controladoria e tesouraria do Fundo, bem como os serviços de escrituração das Quotas.

##### *Coordenador Líder*

As Quotas da Segunda Emissão serão distribuídas pela PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.317.692/0001-94.

##### *Gestor*

A Carteira é gerida pela PETRA Asset Gestão de Investimentos Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.842, 1º andar, conjunto 17, Torre Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.350.042/0001-39, devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 7.970, de 01 de outubro de 2004.

##### *Consultor Especializado*

O Administrador contratou a Innova Capital Consultoria Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.179, 7º andar, conj. 72, Sala B, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.555.955/0001-10, para prestar os serviços de consultoria especializada do Fundo.

## **2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes**

### *2.5.1. Assessores Legais*

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados  
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447  
São Paulo – SP

At.: Marina Procknor  
Tel.: (11) 3147-7822  
Fax: (11) 3147-7770  
Correio eletrônico: [marina@mattosfilho.com.br](mailto:marina@mattosfilho.com.br)

### *2.5.2. Auditores Independentes*

Os auditores responsáveis pela auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

KPMG Auditores Independentes  
Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 417  
Curitiba – PR

At.: Charles Almeida  
Tel.: (41) 3544-4704  
Fax: (11) 3544-4747  
Correio Eletrônico: [calmeida@kpmg.com.br](mailto:calmeida@kpmg.com.br)  
Website: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **2.6. Declarações do Administrador e do Coordenador Líder**

O Administrador declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas da Segunda Emissão, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e (iii) este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes,

conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada por diretores estatutários do Administrador.

O Coordenador Líder declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que integram o presente Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Classe B, das Quotas Classe C, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores; e (iii) este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

### **3. FATORES DE RISCO**

---

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, aquelas relativas ao objetivo do Fundo, política de investimento e composição da Carteira e aos fatores de risco descritos a seguir.*

*As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Coordenador Líder, do Consultor Especializado e de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos Quotistas.*

### **3.1. Risco de Crédito**

Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem a Carteira.

### **3.2. Risco de Liquidez**

Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da Carteira nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Fundo poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez e aos riscos associados aos referidos ativos, que podem, inclusive, obrigar o Fundo a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações e resgates aos Quotistas, nos termos do Regulamento.

### **3.3. Risco de Mercado**

Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos integrantes da Carteira, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Essas oscilações de preço podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Quotas e perdas aos Quotistas.

### **3.4. Riscos de Acontecimentos e Percepção de Risco em Outros Países**

O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no País, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Quotas, o que poderá prejudicar de forma negativa as atividades das Companhias Investidas e, por conseguinte, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Quotistas.

### **3.5. Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental**

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao seu controle tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas. Tais eventos podem resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. O Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar o Fundo e os Quotistas de forma negativa.

### **3.6. Riscos de Alterações da Legislação Tributária**

O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão sujeitar o Fundo e/ou as Companhias Investidas, os Outros Ativos e/ou os Quotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis ao Fundo e/ou às Companhias Investidas e aos Quotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados das Companhias Investidas e, conseqüentemente, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Quotistas.

### **3.7. Riscos Relacionados à Morosidade da Justiça Brasileira**

O Fundo e/ou as Companhias Investidas poderão ser partes em demandas judiciais relacionadas aos negócios das Companhias Investidas, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. No entanto, em virtude da reconhecida



morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas poderá não ser alcançada em tempo razoável. Ademais, não há garantia de que o Fundo e/ou as Companhias Investidas obterão resultados favoráveis em suas demandas judiciais. Os fatos mencionados acima poderão afetar de forma adversa o desenvolvimento dos negócios das Companhias Investidas e, conseqüentemente, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Quotistas.

### **3.8. Restrições à Negociação de Quotas**

As Quotas somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados.

### **3.9. Amortização e/ou Resgate de Quotas em Valores Mobiliários ou Outros Ativos Integrantes da Carteira**

As Quotas poderão ser amortizadas ou resgatadas mediante a entrega, em pagamento, de Valores Mobiliários ou Outros Ativos integrantes da Carteira. Nessas hipóteses, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para negociar os Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos eventualmente recebidos do Fundo.

### **3.10. Risco Relacionado ao Resgate e à Liquidez das Quotas**

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. A amortização das Quotas será realizada à medida que o Fundo tenha disponibilidade para tanto, ou na data de liquidação do Fundo. Além disso, o mercado secundário de quotas de fundos de investimento é muito pouco desenvolvido no Brasil, havendo o risco para os Quotistas que queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, de não conseguir negociar suas Quotas em mercado secundário em função da potencial ausência de compradores interessados. Assim, em razão da baixa liquidez das Quotas, os Quotistas poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

### **3.11 Riscos Relacionados à Amortização de Quotas**

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados.

### **3.12. Risco de Patrimônio Negativo**

As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito pelos Quotistas, de forma que os Quotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo.

### **3.13. Risco de Concentração dos Investimentos do Fundo**

Quanto maior a concentração dos investimentos do Fundo em uma única Companhia Investida, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tal Companhia Investida. O Fundo pode aplicar todo o seu patrimônio em ativos emitidos por uma única Companhia Investida.

### **3.14. Riscos Relacionados às Companhias Investidas**

Os investimentos do Fundo são considerados de médio e longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelos Quotistas. A Carteira estará concentrada em Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas. Não há garantias de (a) bom desempenho de qualquer das Companhias Investidas, (b) solvência das Companhias Investidas, ou (c) continuidade das atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente o Fundo e, portanto, os Quotistas. Os pagamentos relativos aos Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os Quotistas poderão experimentar perdas.

### **3.15. Outros Riscos**

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao seu controle, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos integrantes da Carteira, alteração na política monetária, alteração na política fiscal, aplicações ou resgates significativos, os quais, se materializados, poderão acarretar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

#### **4. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO**

---

## INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO

*Os termos e expressões utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção “Definições” deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo das disposições constantes no Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### 4.1. Forma, Base Legal, Classificação e Prazo de Duração

O Innova Fundo de Investimento em Participações é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Instrução CVM n.º 391/03, pelo Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Para fins do disposto no Código ABVCAP/ANBIMA, o Fundo é classificado como “Fundo Diversificado Tipo 1”.

O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos contados a partir da Data da Primeira Integralização de Quotas, podendo ser prorrogado mediante proposta do Comitê de Investimentos, apresentada com antecedência mínima de 6 (seis) meses do término do prazo de duração do Fundo, e aprovação pela Assembleia Geral, observados os quoruns de deliberação de que tratam os itens 8.7. e 8.7.1., conforme aplicável, do Capítulo VIII do Regulamento.

### 4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Qualificados residentes ou não no Brasil.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo, por meio da subscrição, no mercado primário, de Quotas da Segunda Emissão é de R\$100.000,00 (cem mil reais).

O Consultor Especializado e/ou suas Partes Relacionadas poderão subscrever qualquer número de Quotas da Segunda Emissão no âmbito da Oferta, observado o disposto no item 3.1. do Regulamento.

### 4.3. Objetivo e Política de Investimento

O objetivo do Fundo é obter rendimentos de médio e longo prazo aos Quotistas por meio do investimento em Valores Mobiliários.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida ou celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo influência na definição da política estratégica e gestão da Companhia Investida, e/ou (iv) celebração de ajuste de natureza

diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo participação, ainda que por meio de direito de veto, em definições estratégicas e na gestão das Companhias Investidas, hipótese em que caberá ao Comitê de Investimentos avaliar a adequação de tal ajuste ou procedimento quanto à sua efetiva eficácia como forma de participação do Fundo na gestão das Companhias Investidas.

Nos termos da regulamentação em vigor e sem prejuízo do disposto nos parágrafos acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Fechadas, tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimentos pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;
- (iv) a Companhia Fechada deverá aderir à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, a Companhia Fechada deverá obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

As Quotas não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado.

A Carteira será composta por Valores Mobiliários e Outros Ativos.

Não obstante os cuidados a serem empregados pelo Gestor e pelo Comitê de Investimentos na implantação da política de investimento descrita no Regulamento, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a variações de mercado, a riscos inerentes aos emissores dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos integrantes da Carteira, e a riscos de crédito de modo geral, não podendo o Gestor e os membros do Comitê de Investimentos, em qualquer hipótese, serem responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas.

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e/ou Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto no Capítulo IV e V do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira. O disposto neste parágrafo implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas até o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente à data inicial para a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo em decorrência da integralização de Quotas serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, pelo Gestor, conforme orientação do Comitê de Investimentos, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e nos Outros Ativos e a data do Reinvestimento ou da distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização (exceto no que se refere aos dividendos declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo e distribuídos diretamente aos Quotistas, conforme faculdade prevista no item 5.7.1. do Regulamento), e/ou ao Administrador, ao Gestor e/ou ao Consultor Especializado, a título de pagamento de Taxa de Administração e/ou ao Consultor Especializado, a título de pagamento de Taxa de Performance, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em depósito bancário à vista, em moeda corrente nacional, pelo Gestor, conforme orientação do Comitê de Investimentos, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, observado o disposto no artigo 6-A, parágrafo 3º, inciso II, da Instrução CVM n.º 391/03; e
- (iv) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Regulamento.

Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Gestor convocará imediatamente o Comitê de Investimentos para deliberar sobre uma das seguintes alternativas, as quais deverão ser implementadas no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo previsto no inciso (i) acima, (a) enquadramento da Carteira; (b) pedido à CVM de prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima; ou (c) restituição, aos Quotistas, dos valores aportados no Fundo para realização de investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e não concretizados por qualquer razão, sem qualquer rendimento.

Observado o disposto no parágrafo abaixo, os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido e serão considerados para fins de pagamento de despesas e encargos do Fundo, de parcelas de amortização aos Quotistas, da Taxa de Administração e/ou, ainda, da Taxa de Performance.

Os dividendos declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo por conta de seus investimentos em Valores Mobiliários poderão ser pagos diretamente aos Quotistas, conforme orientação do Comitê de Investimentos.

O Fundo não poderá operar no mercado de derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial e tiverem aprovação do Comitê de Investimentos. Para fins do disposto no parágrafo acima, as operações no mercado de derivativos serão realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, na modalidade “com garantia”.

Salvo mediante aprovação de Quotistas com Direito de Voto reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo VIII do Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor, os membros do Comitê de Investimentos, o Consultor Especializado e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, bem como seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total; e
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) acima que:
  - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
  - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Companhia Alvo ou Companhia Investida emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Salvo mediante aprovação da maioria dos Quotistas com Direito de Voto reunidos em Assembleia Geral, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso (i) do item acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo Administrador ou pelo Gestor.

#### **4.4. Período de Investimentos para a Formação da Carteira**

Ressalvado o disposto no item 5.6.1. do Regulamento, os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados pelo Gestor durante o Período de Investimento, em estrita observância aos termos e condições estabelecidos no Regulamento e conforme as orientações do Comitê de Investimentos, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos serão realizados pelo Gestor, mediante observância das diretrizes e critérios estabelecidos pelo Comitê de Investimentos, por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo BACEN e/ou pela CVM. Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas, conforme descrito neste Prospecto, no Regulamento e nos respectivos Compromissos de Investimento.

Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas, conforme descrito no Regulamento e nos respectivos Compromissos de Investimento.

Será permitida a prorrogação do Período de Investimento, mediante proposta do Comitê de Investimentos, apresentada com antecedência mínima de 6 (seis) meses do término do Período de Investimento, e aprovação pela Assembleia Geral, observados os quoruns, conforme aplicável, do Capítulo VIII do Regulamento, devendo o Administrador e o Consultor Especializado informar tal fato a todos os Quotistas.

#### **4.5. Período de Liquidação dos Investimentos**

A partir do 1º (primeiro) Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Fundo não realizará novos investimentos em Valores Mobiliários e envidará seus melhores esforços no seu processo de desinvestimento total, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Consultor Especializado e aprovados pelo Comitê de Investimentos que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições do Regulamento.

Não obstante o disposto no parágrafo acima, investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente no Período de Desinvestimento, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo e dos Quotistas, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas antes do término do Período de Investimento e ainda não concluídos definitivamente; (ii) de investimentos nas Companhias Investidas



ou em suas subsidiárias, de acordo com decisão do Comitê de Investimentos; ou (iii) de Reinvestimentos, mediante aprovação da Assembleia Geral.

Parte ou a totalidade dos recursos eventualmente obtidos a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, mediante a venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários, poderão ser distribuídos aos Quotistas, por meio da amortização de Quotas, e/ou reinvestidos na aquisição de Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, nos termos do Regulamento, conforme propostas de Reinvestimento apresentadas pelo Consultor Especializado e aprovadas pelo Comitê de Investimentos ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, sendo que a amortização e/ou o Reinvestimento deverá ser realizado até o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente a tal recebimento.

#### **4.6. Procedimentos de Liquidação dos Investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo**

A liquidação dos ativos integrantes da Carteira será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Comitê de Investimentos entenda ser no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, conforme propostas de desinvestimento apresentadas pelo Consultor Especializado, o Fundo poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento.

Até o último Dia Útil do prazo de duração do Fundo, a liquidação do Fundo será realizada pelo Administrador de acordo com as propostas de desinvestimento elaboradas pelo Consultor Especializado e aprovadas pelo Comitê de Investimentos, observados quaisquer dos procedimentos descritos a seguir e sempre levando em consideração a opção que possa gerar maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, caso tais ativos sejam admitidos à negociação nesses mercados; ou
- (ii) venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, por meio de negociações privadas; ou
- (iii) na impossibilidade de utilização dos procedimentos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no Regulamento.

Em qualquer caso, a liquidação dos investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral exclusivamente nos casos previstos no Regulamento, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo VIII do Regulamento.

Além das hipóteses de liquidação do Fundo previstas na regulamentação em vigor e no Regulamento, são considerados eventos de liquidação do Fundo, objeto de aprovação pela Assembleia Geral, observado o disposto no Capítulo XIV do Regulamento:

- (i) resilição do Contrato de Consultoria ou renúncia do Consultor Especializado com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição aprovada pela Assembleia Geral; ou
- (ii) nas hipóteses de renúncia, destituição e/ou descredenciamento do Administrador e/ou do Gestor e se a Assembleia Geral não nomear instituição habilitada para substituir o Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, nos termos estabelecidos no Regulamento, observado o disposto no inciso (iv) do 8.1 do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto no item 14.4. do Regulamento, na hipótese de ocorrência de qualquer evento de liquidação previsto no parágrafo acima, o Fundo interromperá quaisquer novos investimentos e o Administrador convocará imediatamente a Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação do Fundo e, conforme o caso, acerca dos procedimentos e prazos referentes à liquidação do Fundo.

Na Assembleia Geral mencionada no parágrafo acima, os Quotistas com Direito a Voto poderão deliberar por não liquidar o Fundo, observado o quorum de deliberação constante do Capítulo VIII do Regulamento.

Na hipótese de aprovação pelos Quotistas da liquidação do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo em observância à regulamentação aplicável.

Independentemente do disposto acima, o pagamento do produto da liquidação do Fundo aos Quotistas, conforme o caso, deverá ser realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data da realização da Assembleia Geral que deliberar a liquidação do Fundo e somente após deduzidas as despesas e encargos do Fundo, devendo ser observado os procedimentos estabelecidos pela respectiva Assembleia Geral.

Em qualquer hipótese, a partilha do patrimônio do Fundo deverá observar o percentual da participação de cada Quotista na composição do patrimônio do Fundo.

Após a divisão do Patrimônio Líquido entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

#### **4.7. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização, Negociação e Amortização das Quotas**

##### **4.7.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais**

As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido e são de 3 (três) classes, quais sejam, as Quotas Classe A, as Quotas Classe B e as Quotas Classe C.

Todas as Quotas terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares.

Sem prejuízo do disposto no item 4.7.2. abaixo, as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em igualdade de condições, observado o disposto no Regulamento e no Suplemento referente a cada emissão de Quotas.

#### *4.7.2. Direitos Políticos e Econômico-Financeiros das Quotas*

Sem prejuízo do disposto no item 4.7.10. deste Prospecto, somente as Quotas Classe A e as Quotas Classe B terão direito de voto nas Assembleias Gerais, correspondendo cada Quota a um voto.

Às Quotas Classe A, Quotas Classe B e Quotas Classe C são atribuídos direitos econômico-financeiros distintos, exclusivamente quanto à fixação da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, conforme disposto no Regulamento e no Suplemento referente a cada Emissão.

#### *4.7.3. Valor das Quotas*

Sem prejuízo das disposições específicas do Regulamento relativas ao cálculo do valor das Quotas, como regra geral as Quotas terão seu valor calculado mensalmente e tal valor corresponderá à divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas em Circulação, ambos aferidos na data de apuração do valor das Quotas.

#### *4.7.4. Patrimônio Inicial*

O Fundo estabelece patrimônio mínimo inicial para funcionamento, podendo iniciar suas atividades e realizar investimentos nas Companhias Alvo mediante a subscrição de quantidade de Quotas que corresponda a, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

#### *4.7.5. Distribuição e Subscrição de Quotas*

As Quotas serão objeto de Ofertas ou Ofertas Restritas destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados residentes ou não no Brasil.

As Quotas deverão ser subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta, conforme prazo estabelecido no Suplemento referente a cada emissão de Quotas.

No ato da subscrição de Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as Quotas por ele subscritas em atendimento às Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pelo Administrador, nos termos do Regulamento e do respectivo Compromisso de Investimento, e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e, conforme o caso,

deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e, conforme o caso, neste Prospecto.

#### *4.7.6. Integralização das Quotas*

As Quotas serão integralizadas pelo Preço de Integralização em atendimento às Chamadas de Capital a serem realizadas pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimentos, observados os procedimentos descritos no Regulamento e o disposto nos Compromissos de Investimento.

As Quotas serão integralizadas mediante a entrega de ativos e/ou em moeda corrente nacional, sendo que, nesta última hipótese, (i) por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP; ou (ii) por meio de crédito dos respectivos valores em recursos disponíveis diretamente na conta de titularidade do Fundo, mediante ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN. Na hipótese de integralização de Quotas mediante a entrega de ativos, tais ativos serão avaliados pelo respectivo custo de aquisição ou valor patrimonial, conforme orientação do Comitê de Investimentos.

#### *4.7.7. Emissão de Novas Quotas*

Emissões de novas Quotas poderão ser realizadas mediante proposta do Comitê de Investimentos e prévia aprovação da Assembleia Geral, observados (i) o quorum de deliberação de que trata o Capítulo VIII do Regulamento; e, no caso de Ofertas Restritas, (ii) o prazo de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento de cada Oferta Restrita, exceto se a distribuição pública for objeto de Oferta, conforme disposto no artigo 9º da Instrução CVM n.º 476/09.

O Preço de Emissão das Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo após esta Segunda Emissão constará do respectivo Suplemento e corresponderá ao valor da Quota do Dia Útil imediatamente anterior à data da deliberação, pela Assembleia Geral, da respectiva emissão de Quotas, calculado mediante a divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas em Circulação, ambos apurados no Dia Útil imediatamente anterior à data da deliberação de emissão de tais Quotas.

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar novas Quotas na exata proporção das suas respectivas participações na composição do Patrimônio Líquido.

#### *4.7.8. Procedimentos referentes à Amortização e ao Resgate de Quotas*

As Quotas poderão ser total ou parcialmente amortizadas pelo Administrador a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, conforme deliberação do Comitê de Investimentos, observados os termos e condições estabelecidos no Regulamento.

Para fins de amortização de Quotas, será considerado o valor da Quota do Dia Útil imediatamente anterior à data do pagamento da respectiva parcela de amortização, correspondente à divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas em Circulação, ambos apurados no Dia Útil imediatamente anterior à referida data do pagamento da respectiva parcela de amortização.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas, em benefício de todos os Quotistas, ressalvadas as hipóteses previstas no item 4.7.10. deste Prospecto e do Regulamento no que diz respeito ao Quotista Inadimplente, bem como os direitos econômico-financeiros distintos atribuídos a cada classe de Quotas, nos termos do Regulamento e do Suplemento referente a cada Emissão.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização de Quotas aos Quotistas cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no Dia Útil anterior ao do pagamento.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio da CETIP, conforme as Quotas estejam custodiadas na CETIP; ou por meio de crédito dos respectivos valores em recursos disponíveis diretamente na conta de titularidade de cada Quotista, mediante ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Ao final do prazo de duração do Fundo ou quando da liquidação antecipada do Fundo, em caso de decisão da Assembleia Geral, todas as Quotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas em Circulação à época da liquidação do Fundo, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral a fim de deliberar sobre (a) a entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e resgate ou (b) a prorrogação do prazo de duração do Fundo.

Na hipótese da Assembleia Geral referida acima deliberar pela não prorrogação do prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de amortização total das Quotas ainda em circulação, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em Circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes. Na hipótese prevista neste parágrafo serão ainda observados os seguintes procedimentos:

- (i) o Administrador deverá notificar os Quotistas na forma estabelecida no Regulamento, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio; e

- (ii) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data da notificação de que trata o inciso (i) acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas em Circulação, desconsiderados, para tal fim, quaisquer Quotistas Inadimplentes, se houver.

Na hipótese de amortização de Quotas mediante a entrega de Valores Mobiliários ou Outros Ativos integrantes da Carteira, referida amortização de Quotas será realizada fora do âmbito da CETIP.

As Quotas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

#### *4.7.9. Distribuição e Negociação das Quotas*

As Quotas serão registradas para distribuição e negociação no SDT e no SF, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, observado que, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesse mercado, assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente de Quotas.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com os requisitos descritos no Capítulo III e no item 10.4.4. do Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

Sem prejuízo do disposto nos parágrafos abaixo, caso um Quotista pretenda alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas, os demais Quotistas titulares de Quotas da mesma classe das Quotas Ofertadas terão o direito de preferência para adquirir as Quotas Ofertadas, em igualdade de condições e proporcionalmente à sua participação em relação à totalidade das Quotas da classe das Quotas Ofertadas, desde que observado o disposto abaixo:

- (i) o Quotista Alienante deverá comunicar aos demais Quotistas Ofertados e ao Administrador, por meio de correspondência escrita, o preço e as condições de pagamento que pretende obter de um terceiro e/ou outro Quotista como contraprestação à alienação das Quotas Ofertadas, além do nome e qualificação de tal terceiro e/ou Quotista comprador;
- (ii) os Quotistas Ofertados terão o prazo de 30 (trinta) dias contados da data do envio da comunicação referida no inciso (i) acima para, por meio de correspondência escrita enviada ao Quotista Alienante, com cópia para o Administrador, manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para a aquisição das Quotas Ofertadas objeto da comunicação recebida, inclusive eventuais sobras não adquiridas pelos demais Quotistas Ofertados, hipótese em que, observado o disposto no item 10.9.4.3. do Regulamento, a compra e venda das Quotas Ofertadas, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 15 (quinze) dias contados a partir da data do término do prazo mencionado neste inciso. Havendo vários Quotistas Ofertados, a quantidade de

Quotas Ofertadas que cada um terá o direito de adquirir será proporcional à participação dos Quotistas Ofertados em relação à totalidade das Quotas da classe das Quotas Ofertadas;

- (iii) observado o disposto no item 10.9.4.2. do Regulamento, a falta de manifestação por qualquer Quotista Ofertado nos termos do inciso (ii) acima será equivalente a uma manifestação, por parte daquele Quotista Ofertado, de que não pretende exercer o direito de preferência que lhe cabe para aquisição das Quotas Ofertadas que forem objeto da comunicação inicial do Quotista Alienante, ficando o Quotista Alienante autorizado a promover a alienação das Quotas Ofertadas aos demais Quotistas e/ou a um terceiro durante o prazo suplementar de 30 (trinta) dias, desde que por um preço não inferior e/ou segundo condições de pagamento não mais vantajosas aos constantes da comunicação inicialmente efetuada aos Quotistas Ofertados. Havendo dúvida ou divergência quanto à determinação do preço e condições de pagamento das Quotas Ofertadas (dentre os inicialmente comunicados aos Quotistas Ofertados e os efetivamente negociados com um terceiro), a matéria será submetida à decisão final, vinculante e inatacável, de uma das 4 (quatro) maiores empresas internacionais de auditoria e/ou consultoria, escolhida pelo Quotista Alienante, às suas expensas;
- (iv) a partir do momento em que todos os Quotistas Ofertados declararem que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe, ou na falta de manifestação tempestiva dentro do prazo de 30 (trinta) dias acima referido, o Quotista Alienante poderá franquear a terceiros, mediante assunção de compromissos de confidencialidade, amplo acesso às informações de que tiver acesso sobre o Fundo e seus investimentos e sobre a composição da Carteira; e
- (v) transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias indicado no inciso (iv) acima sem que as Quotas Ofertadas tenham sido alienadas e continuando o Quotista Alienante interessado na transferência das Quotas Ofertadas, deverá o Quotista Alienante renovar o procedimento de oferta aqui descrito.

O direito de preferência disposto acima não se aplica às transferências de Quotas realizadas nos termos do Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda.

Caso as Quotas Ofertadas sejam Quotas Classe B e os Quotistas Classe B não exerçam o direito de preferência que lhes cabe para a aquisição das Quotas Classe B, nos termos do disposto acima, os Quotistas Classe A passarão a ter o direito de preferência para adquirir as Quotas Ofertadas que sejam Quotas Classe B, devendo o Quotista Alienante reiniciar o procedimento de oferta descrito acima unicamente para os Quotistas Classe A, hipótese em que os Quotistas Classe A passarão a ser considerados Quotistas Ofertados.

A operação de compra e venda das Quotas Ofertadas nos termos do inciso (ii) acima dependerá de aprovação prévia da totalidade dos Quotistas Classe A em relação ao adquirente das Quotas Ofertadas, caso as Quotas Ofertadas sejam Quotas Classe B, ou de aprovação prévia dos demais Quotistas Classe A, caso as Quotas Ofertadas sejam Quotas Classe A. Sem prejuízo da obrigação de observar o procedimento descrito acima, a alienação de Quotas Ofertadas que sejam Quotas Classe C não dependerá de qualquer aprovação prévia.

Caso um Quotista Alienante pretenda alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, tal operação somente será válida se o novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista Alienante, assim como, conforme se tratem de Quotas Classe A ou Quotas Classe B, as obrigações previstas no Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda.

Caso um Quotista Alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto no Regulamento, no Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda, e, ainda, sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo, nos termos do Capítulo III do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

#### *4.7.10. Inadimplência dos Quotistas*

O Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do Item 10.5.6. do Regulamento, bem como terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos, conforme o caso (voto em Assembleias Gerais, recebimento diretamente das Companhias Investidas de dividendos declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo, pagamento de amortização de Quotas em igualdade de condições com os demais Quotistas titulares de Quotas e exercício do direito de preferência para a aquisição de Quotas, nos termos do Regulamento) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente, conforme o caso, passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, recebimento de dividendos diretamente das Companhias Investidas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto no Regulamento.

Caso o Fundo realize amortização ou resgate de Quotas em período em que um Quotista esteja qualificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devido ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

O disposto no parágrafo acima também se aplica à hipótese de distribuição de dividendos apurados e declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo diretamente a um Quotista que seja qualificado como Quotistas Inadimplente, sendo que os valores referentes à distribuição de dividendos pelas Companhias Investidas diretamente ao Quotista Inadimplente serão destinados ao Fundo, para fins de pagamento dos débitos do respectivo Quotista Inadimplente perante o Fundo.

Independentemente do disposto nos itens acima, o Fundo poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, caso o Quotista Inadimplente não cumpra com suas obrigações previstas no Compromisso de



Investimento, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Fundo ao Quotista Inadimplente.

As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas nos termos do parágrafo acima deverão observar o procedimento disposto no item 10.9.4. do Regulamento.

O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo.

Os pagamentos a que se referem os parágrafos acima, que sejam realizados por meio da CETIP, abrangerão, de forma idêntica, todos os Quotistas cujas Quotas estejam custodiadas na CETIP.

#### **4.8. Política de Distribuição de Resultados**

Exceto no que se refere aos dividendos declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo e que poderão ser distribuídos diretamente aos Quotistas, conforme previsto no item 4.3. deste Prospecto, a distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial ou total de suas Quotas, observado o disposto no Regulamento e nos Suplementos referentes a cada emissão de Quotas.

As amortizações parciais ou totais das Quotas serão realizadas pelo Administrador a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, conforme deliberação do Comitê de Investimentos, à medida que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas, em benefício de todos os Quotistas, ressalvadas as hipóteses previstas no Regulamento aplicáveis ao Quotista Inadimplente, bem como os direitos econômico-financeiros distintos atribuídos às Quotas Classe A, Quotas Classe B e Quotas Classe C, nos termos do Regulamento e do Suplemento referente a cada Emissão.

#### **4.9. Demonstrações Contábeis e Avaliação do Patrimônio Líquido**

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador e do Gestor.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo terá início em 1º de junho e encerramento em 31 de maio de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O valor do Patrimônio Líquido será calculado ao final de cada trimestre civil, considerando os critérios estabelecidos abaixo.

No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão, inicialmente, avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários e Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários de renda variável sem cotação em mercado serão avaliados pelo seu custo de aquisição atualizado, quando aplicável, de acordo com o disposto no item abaixo; e
- (iii) Valores Mobiliários de renda variável com cotação de mercado serão avaliados pela cotação de fechamento do último pregão disponível na bolsa de valores.

Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez no mercado de que trata o inciso (ii) acima poderão ser objeto de avaliações periódicas, conforme determinação do Comitê de Investimentos, a qual também definirá os critérios e procedimentos para realização de referidas avaliações, observados as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas editadas pela CVM, e as práticas contábeis emanadas dos órgãos reguladores a que os investimentos do Fundo, incluindo as Companhias Investidas, estejam sujeitos.

Para os fins do disposto no parágrafo acima, são considerados sem liquidez no mercado os Valores Mobiliários de renda variável que: (i) não sejam registrados para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; e (ii) estejam registrados para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, mas que não tenham sido negociados por período superior a 30 (trinta) dias.

#### **4.10. Assembleia Geral**

Observado o disposto nos parágrafos abaixo, competirá privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força da regulamentação em vigor, do Regulamento e/ou das atividades e operações do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar o Regulamento (sendo que as deliberações referidas nos incisos abaixo e que acarretem em alteração do Regulamento estarão sujeitas aos respectivos quoruns de aprovação relacionados às matérias específicas de tais incisos, conforme abaixo definido);

- (iii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral;
- (iv) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e do Gestor, bem como sobre a escolha de seus substitutos, observadas as disposições do Regulamento;
- (v) deliberar sobre a destituição ou substituição do Consultor Especializado com Justa Causa, bem como sobre a escolha de seu substituto;
- (vi) deliberar sobre o aumento da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Performance;
- (vii) deliberar sobre a alteração da política de investimento do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a fusão ou incorporação do Fundo, observado que após a efetivação de tal fusão ou incorporação (a) o Contrato de Consultoria permaneça em vigor, sem restrição e/ou alteração negativa sobre as receitas de taxa de administração e taxa de performance, em valores absolutos, do Consultor Especializado, levando-se em consideração a participação proporcional em relação ao patrimônio do Fundo imediatamente anterior à fusão ou incorporação; e (b) os Quotistas Classe B permaneçam com os mesmos direitos políticos estabelecidos no Regulamento;
- (ix) deliberar sobre a liquidação ou outra forma de dissolução do Fundo antes do término do seu prazo de duração;
- (x) deliberar sobre a liquidação do Fundo na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos de liquidação previstos no item 14.3. do Regulamento e, conforme o caso, acerca dos procedimentos e prazos referentes à liquidação do Fundo;
- (xi) deliberar sobre proposta do Comitê de Investimentos de procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização ou resgate de Quotas;
- (xii) deliberar sobre a proposta do Comitê de Investimentos de prorrogação do Período de Investimento e do prazo de duração do Fundo pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- (xiii) deliberar sobre a proposta do Comitê de Investimentos de prorrogação do Período de Investimento e do prazo de duração do Fundo por prazo superior a 2 (dois) anos;
- (xiv) deliberar sobre a proposta do Comitê de Investimentos para a emissão e distribuição de novas Quotas;
- (xv) deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações pelos Quotistas;
- (xvi) deliberar sobre proposta de Reinvestimento no Período de Desinvestimento;

- (xvii) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam o item 5.10. e o Capítulo XX do Regulamento;
- (xviii) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo;
- (xix) aprovar despesas e encargos do Fundo não previstos no Capítulo XVII do Regulamento;
- (xx) deliberar sobre o aumento da Remuneração do Consultor Especializado;
- (xxi) deliberar sobre a alteração da classificação de que trata o item 2.2. do Regulamento;
- (xxii) eleger os membros do Comitê de Investimentos, que será composto por 3 (três) membros, eleitos (a) pela maioria dos Quotistas Classe A enquanto não existirem Quotas Classe B em Circulação, ou (b) pelos Quotistas Classe A e pelos Quotistas Classe B a partir do momento em que existirem Quotas Classe B em Circulação, sendo 2 (dois) membros eleitos pela maioria dos Quotistas Classe A e 1 (um) membro eleito pela maioria dos Quotistas Classe B, podendo ser eleitos, inclusive, Partes Relacionadas, nos termos do item 7.6. do Regulamento;
- (xxiii) deliberar sobre a destituição ou substituição do custodiante do Fundo, bem como sobre a escolha de seu substituto;
- (xxiv) deliberar sobre a substituição da Pessoa Chave ou, conforme o caso, sobre a redução do tempo dedicado ao Fundo pela Pessoa Chave, nos termos do item 7.3.1. do Regulamento; e
- (xxv) deliberar sobre a cisão do Fundo.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas na forma estabelecida no Regulamento.

A convocação da Assembleia Geral será realizada mediante envio, pelo Administrador, (i) de correspondência escrita a cada um dos Quotistas; e/ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados. As Assembleias Gerais serão realizadas na sede do Administrador ou, na impossibilidade de se realizarem na sede do Administrador, em lugar a ser previamente indicado pelo Administrador na carta de convocação.

Independentemente da convocação prevista no parágrafo acima, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Administrador, por iniciativa própria ou mediante solicitação de Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas com Direito de Voto que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito.

Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria dos Quotistas com Direito de Voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

Não se instalando a Assembleia Geral em primeira convocação, a Assembleia Geral deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, podendo, alternativamente, ser realizada consulta formal, observado o procedimento previsto no item 8.8. do Regulamento.

A segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

Ressalvado o disposto nos parágrafos abaixo, as deliberações das Assembleias Gerais, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas com Direito de Voto que representem, no mínimo, em primeira ou segunda convocação, 65% (sessenta e cinco por cento) das Quotas com Direito de Voto emitidas e em circulação.

As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (i) e (xv) do item 8.1. do Regulamento serão aprovadas, em primeira ou segunda convocação, pela maioria dos Quotistas com Direito de Voto presentes à Assembleia Geral.

As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (iii), (vii), (ix), (xi), (xviii), (xxi) e (xxv) do item 8.1. do Regulamento serão aprovadas, em primeira ou segunda convocação, (a) enquanto não existirem Quotas Classe B em Circulação, pela maioria dos Quotistas Classe A, e (b) a partir do momento em que existirem Quotas Classe B em Circulação, por Quotistas Classe A representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Quotas Classe A em Circulação, e por Quotistas Classe B representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Quotas Classe B em Circulação, sendo que, em relação ao inciso (xi) do item 8.1. do Regulamento, o quorum de deliberação aqui previsto aplicar-se-á somente durante o Período de Desinvestimento.

A deliberação relativa à matéria prevista no inciso (xiii) do item 8.1. do Regulamento será aprovada, em primeira ou segunda convocação, pela totalidade dos Quotistas com Direito de Voto.

Os Quotistas com Direito de Voto poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que referida comunicação e todos os documentos comprobatórios de poderes dos titulares das Quotas sejam recebidos pelo Administrador com antecedência mínima de 12 (doze) horas do início da respectiva Assembleia Geral. A comunicação eletrônica deverá ser transmitida do endereço cadastrado pelo Quotista no Administrador.

As deliberações da Assembleia Geral poderão ser aprovadas mediante processo de consulta formal realizada pelo Administrador por escrito, via carta, fax ou *e-mail*, sem necessidade de reunião, caso em que os Quotistas com Direito de Voto terão o prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da consulta, para respondê-la ao Administrador.

Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto dos Quotistas com Direito de Voto.

Em cada Assembleia Geral, após a deliberação e a aprovação das matérias da respectiva ordem do dia, o Administrador ou o secretário da Assembleia Geral lavrarão a ata da Assembleia Geral, a qual deverá ser aprovada pelos Quotistas com Direito de Voto presentes. Ao final de cada Assembleia Geral, todos os Quotistas presentes à Assembleia Geral deverão assinar a respectiva lista de presença, desde que seja consistente com as atividades conduzidas pelo Fundo. Os Quotistas que participarem da Assembleia Geral, por meio de teleconferência ou videoconferência, deverão enviar ao Administrador a ata devidamente assinada por correio eletrônico ou fac-símile, assim que possível, e, adicionalmente, deverão enviar uma via original da ata para o Administrador, por correio comum ou serviço de entrega.

Os Quotistas com Direito de Voto deverão informar ao Administrador e aos demais Quotistas com Direito de Voto qualquer situação que os coloquem em situação de Conflito de Interesses em relação a qualquer matéria objeto de deliberação pela Assembleia Geral, ficando tais Quotistas com Direito de Voto impedidos de votar nas matérias relacionadas ao objeto do Conflito de Interesses, enquanto permanecer o conflito.

#### **4.11. Administração e Estrutura de Governança Corporativa**

O Administrador será responsável pela prestação dos serviços de administração e controladoria do Fundo, custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira, bem como escrituração das Quotas.

Respeitados os limites estabelecidos na regulamentação aplicável e no Regulamento, o Administrador terá poderes para tomar todos os atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo.

O Administrador contratou o Gestor para ser o responsável pela gestão da Carteira, nos termos da regulamentação aplicável, do Regulamento e do Contrato de Gestão.

As funções e responsabilidades do Administrador, do Gestor, do Consultor Especializado e do Comitê de Investimentos seguem descritas abaixo.

##### **4.11.1. Administrador**

O Fundo é administrado pelo Banco Petra S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º

11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.758.741/0001.52.

O Banco Petra iniciou suas atividades em 2010 e tem como produtos a estruturação, distribuição (através da Petra Corretora), administração, gestão, controladoria e custódia qualificada de fundos de investimento. Atualmente, o Banco Petra administra cerca de R\$ 2,8 bilhões em fundos de investimento.

O diretor do Administrador responsável perante a CVM pela administração, supervisão e acompanhamento do Fundo do Fundo, na forma da regulamentação em vigor, é o Sr. Edilberto Pereira.

Sem prejuízo das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação vigente e das demais disposições do Regulamento, caberá ao Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
  - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
  - (c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
  - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembleias Gerais;
  - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
  - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
  - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, conforme o caso, e bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e do Regulamento;
- (vi) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimentos, elaborados pelo Comitê de Investimentos com o auxílio, conforme o caso, do Consultor Especializado, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

- (vii) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises de investimentos, elaborados pelo Comitê de Investimentos com o auxílio, conforme o caso, do Consultor Especializado, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 6.6. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador;
- (xi) quando aplicável, em razão de sua natureza, manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira devidamente custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos do Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Comitê de Investimentos;
- (xiv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento;
- (xv) a pedido do Comitê de Investimentos e/ou de Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas em Circulação, ou sempre que se fizer necessário por lei ou pela regulamentação em vigor, convocar a Assembleia Geral, devendo ser observados os procedimentos de convocação descritos no Regulamento;
- (xvi) representar legalmente o Fundo, no limite de suas competências, nos termos do Regulamento;
- (xvii) realizar as Chamadas de Capital, de acordo com as instruções do Comitê de Investimentos; e
- (xviii) solicitar o registro das Quotas à distribuição no SDT e negociação no SF, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:



- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas modalidades estabelecidas pela CVM;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM n.º 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
  - (a) no exterior;
  - (b) na aquisição de bens imóveis; e
  - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

#### *4.11.2. Gestor*

A Carteira é gerida pela PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 7.970, de 01 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.842, 1º andar, conjunto 17, Torre Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.350.042/0001-39.

#### *4.11.3. Substituição do Administrador e do Gestor*

O Administrador e o Gestor poderão renunciar à administração do Fundo e à gestão da Carteira, respectivamente, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar a Assembleia Geral para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor, conforme o caso, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item.

Caso a Assembleia Geral de que trata o parágrafo acima não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, o Administrador deverá convocar uma nova Assembleia Geral, a ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de que trata o parágrafo acima para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor, conforme o caso.

Na hipótese da Assembleia Geral de que trata o parágrafo acima não nomear uma instituição habilitada para substituir o Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, a maioria dos Quotistas Classe B deverão nomear o novo Administrador e/ou Gestor, conforme o caso, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Sem prejuízo do disposto nos parágrafos acima, na hipótese de renúncia do Administrador e/ou do Gestor, o Administrador e/ou o Gestor continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e/ou gestão da Carteira, respectivamente, até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber a remuneração correspondente ao período em que permanecer no cargo, calculada e paga nos termos da Cláusula XII do Regulamento e em cada Suplemento.

Caso a Assembleia Geral de que trata o item 6.3.2. do Regulamento (i) não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador e/ou o Gestor; ou (ii) a instituição nomeada para substituir o Administrador e/ou o Gestor não assuma efetivamente a administração do Fundo e/ou a gestão da Carteira, respectivamente, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de encaminhamento da respectiva notificação de renúncia, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, sem necessidade de aprovação dos Quotistas, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral ou, conforme o caso, do término do prazo de 60 (sessenta) dias de que trata este item em que a instituição nomeada para substituir o Administrador e/ou o Gestor deveria ter assumido efetivamente a administração do Fundo e/ou a gestão da Carteira, respectivamente.

Além da hipótese de renúncia descrita no item 6.3. do Regulamento, o Administrador e o Gestor poderão ser destituídos de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas com Direito de Voto reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula VIII do Regulamento.

#### *4.11.3. Consultor Especializado*

O Administrador, na qualidade de representante legal do Fundo, contratou a Innova Capital Consultoria Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.179, 7º andar, conj. 72, Sala B, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.555.955/0001-10, nos termos da regulamentação aplicável, do Regulamento e do Contrato de Consultoria.

Sem prejuízo de outras atribuições eventualmente conferidas por força do Regulamento e do Contrato de Consultoria, competirá principalmente ao Consultor Especializado:

- (i) elaborar propostas de investimento e Reinvestimento para o Fundo durante o Período de Investimento e submetê-las à apreciação do Comitê de Investimentos;
- (ii) elaborar propostas de Reinvestimento fora do Período de Investimento e submetê-las à apreciação da Assembleia Geral;
- (iii) elaborar propostas de desinvestimento para o Fundo e submetê-las à apreciação do Comitê de Investimentos;

- (iv) acompanhar e monitorar o desempenho das Companhias Investidas e de seus respectivos setores de atuação;
- (v) preparar e entregar ao Comitê de Investimentos relatórios gerenciais mensais e semestrais relativos às Companhias Investidas e aos seus respectivos setores de atuação nas formas e prazos estabelecidos no Contrato de Consultoria;
- (vi) elaborar propostas de Coinvestimento e submetê-las à apreciação do Comitê de Investimentos;
- (vii) exercer suas atividades no melhor interesse do Fundo e das Companhias Investidas; e
- (viii) observar e fazer cumprir as disposições constantes do Regulamento e do Contrato de Consultoria.

O Consultor Especializado somente poderá ser destituído ou substituído, pela Assembleia Geral na hipótese de Justa Causa, observado o quorum de deliberação previsto no Capítulo VIII do Regulamento.

A Pessoa Chave do Consultor Especializado, conforme indicada no Contrato de Consultoria, deverá dedicar parte preponderante de seu tempo para o desempenho das atividades de consultoria do Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Consultoria, bem como deverá permanecer à disposição do Fundo durante todo o prazo de duração do Fundo.

Na hipótese de substituição a qualquer título da Pessoa Chave, redução do tempo dedicado ao Fundo pela Pessoa Chave ou desligamento e/ou impedimento de Pessoa Chave, por qualquer motivo, incluindo, mas não se limitando, a falecimento, doença grave que a impeça de trabalhar por um período contínuo de 3 (três) meses, ou qualquer outro motivo de força maior, o Consultor Especializado deverá: (i) comunicar tal fato ao Administrador no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data em que tiver ciência da ocorrência ou da potencial ocorrência do evento, e (ii) indicar substituto de perfil similar e qualificação técnica equivalente. O Administrador deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a substituição da Pessoa Chave ou, conforme o caso, sobre a redução do tempo dedicado ao Fundo pela Pessoa Chave, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo VIII do Regulamento, a qual deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da data de sua convocação. A aprovação pela Assembleia Geral qualificará automaticamente o substituto indicado pelo Consultor Especializado como Pessoa Chave.

A não aprovação, pela Assembleia Geral, do profissional indicado pelo Consultor Especializado para substituir a Pessoa Chave referida no parágrafo acima, ou, ainda, da redução do tempo dedicado ao Fundo pela Pessoa Chave, configurará Justa Causa, podendo ser deliberada na própria Assembleia Geral de que trata o parágrafo acima, a destituição do Consultor Especializado com Justa Causa.

Pela prestação dos serviços descritos no Regulamento e no Contrato de Consultoria, o Consultor Especializado fará jus à Remuneração do Consultor Especializado.

#### *4.11.4. Comitê de Investimentos*

O Fundo conta com um Comitê de Investimentos, que tem por função principal auxiliar e orientar o Gestor na gestão da Carteira.

Observado o disposto nos parágrafos abaixo, o Comitê de Investimentos será composto por 3 (três) membros, podendo ser eleitos, inclusive, Partes Relacionadas.

Somente poderá ser eleito para integrar o Comitê de Investimentos o profissional que preencha os seguintes requisitos:

- (i) possua notório conhecimento e ilibada reputação;
- (ii) possua graduação em curso superior, em instituição reconhecida oficialmente no País ou no exterior;
- (iii) possua, pelo menos, 3 (três) anos de comprovada experiência profissional em atividade diretamente relacionada à análise ou à estruturação de investimentos, ou ser especialista setorial com notório saber nas áreas de investimento do Fundo;
- (iv) possua disponibilidade e compatibilidade para participar das reuniões do Comitê de Investimentos;
- (v) assine termo de posse atestando possuir as qualificações necessárias para preencher os requisitos dos incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) assine termo de confidencialidade e termo se obrigando a declarar eventual situação de Conflito de Interesses sempre que esta venha a ocorrer, hipótese em que se absterá não só de deliberar, como também de apreciar e discutir a matéria objeto do Conflito de Interesses.

Enquanto não existirem Quotas Classe B em Circulação, os membros do Comitê de Investimentos serão eleitos pela maioria dos Quotistas Classe A na primeira Assembleia Geral a ser instalada no âmbito do Fundo e exercerão seus mandatos até a emissão de Quotas Classe B, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos a qualquer tempo pelos Quotistas Classe A.

A partir do momento em que existirem Quotas Classe B em Circulação, os membros do Comitê de Investimentos serão eleitos pelos Quotistas Classe A e pelos Quotistas Classe B, sendo 2 (dois) membros eleitos pela maioria dos Quotistas Classe A e 1 (um) membro eleito pela maioria dos Quotistas Classe B, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim e exercerão seus mandatos até o término do prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos a qualquer tempo pelos respectivos Quotistas Classe A ou Quotistas Classe B, conforme o caso, que o tiver eleito.

Na hipótese de renúncia ou substituição do membro do Comitê de Investimentos nos termos do parágrafo acima, os Quotistas Classe A ou Quotistas Classe B, conforme o caso, que o tiver eleito deverão eleger 1 (um) novo membro

para representar a sua respectiva classe no Comitê de Investimentos, o qual assumirá todos os deveres e obrigações do membro renunciante ou substituído, observado o disposto no item 7.6.1. do Regulamento.

Os Quotistas Classe C poderão eleger, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, um membro para participar das reuniões do Comitê de Investimentos, podendo ser eleito, inclusive, Partes Relacionadas, ressalvado que ao referido membro somente será atribuído o direito de acompanhar as reuniões do Comitê de Investimentos, sem qualquer direito de voto. O membro do Comitê de Investimentos de que trata este item deverá ainda assinar termo de confidencialidade, nos termos do inciso (vi) do item 7.6.1 do Regulamento.

O membro observador referido no parágrafo acima não será considerado para fins dos quóruns de instalação e deliberação do Comitê de Investimentos de que trata o Capítulo VII do Regulamento.

São atribuições do Comitê de Investimentos:

- (i) discutir metas e diretrizes de investimento, Reinvestimento e desinvestimento do Fundo em Valores Mobiliários;
- (ii) deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e Reinvestimento do Fundo durante o Período de Investimento e, exclusivamente na hipótese do inciso (ii) do item 5.6.1. do Regulamento, de investimento fora do Período de Investimento, conforme submetidos à apreciação do Comitê de Investimentos pelo Consultor Especializado;
- (iii) deliberar sobre os projetos e propostas de desinvestimento do Fundo, conforme submetidos à apreciação do Comitê de Investimentos pelo Consultor Especializado;
- (iv) propor à Assembleia Geral, com antecedência de, no mínimo, 6 (seis) meses do término do prazo de duração do Fundo, a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (v) propor à Assembleia Geral a emissão de novas Quotas;
- (vi) deliberar sobre o pagamento de dividendos declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo diretamente aos Quotistas nos termos do item 5.7.1. do Regulamento;
- (vii) deliberar sobre a amortização de Quotas nos termos do Regulamento;
- (viii) submeter à apreciação da Assembleia Geral proposta sobre procedimentos de entrega de bens e direitos integrantes da Carteira como forma de pagamento de amortização e resgate de Quotas;
- (ix) acompanhar o desempenho do Fundo, do Administrador, do Gestor, das Companhias Investidas e do Consultor Especializado;

- (x) orientar o Gestor em relação aos investimentos do Fundo em Outros Ativos e acompanhar os investimentos realizados pelo Fundo em Outros Ativos;
- (xi) solicitar ao Administrador a realização de Chamadas de Capital para investimentos em Valores Mobiliários e, conforme o caso, pagamentos de despesas e encargos do Fundo;
- (xii) deliberar sobre a orientação de voto a ser observada pelo Gestor no que se refere à eleição de membros para cargos de administração das Companhias Investidas, nas assembleias gerais das Companhias Investidas, nas reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie das Companhias Investidas, bem como orientar o Gestor sobre a celebração de contratos de compra e venda de Valores Mobiliários, acordos de acionistas das Companhias Investidas e/ou quaisquer outros acordos de investimento e/ou instrumentos de garantia;
- (xiii) avaliar a adequação dos ajustes e procedimentos de que trata o item 4.2. do Regulamento quanto à sua efetiva eficácia como forma de participação do Fundo na gestão das Companhias Investidas;
- (xiv) deliberar sobre a avaliação dos ativos pelo respectivo custo de aquisição ou valor patrimonial na hipótese de que trata o item 10.5.4. do Regulamento;
- (xv) deliberar sobre as propostas de Coinvestimento apresentadas pelo Consultor Especializado, nos termos do Capítulo XVIII do Regulamento;
- (xvi) autorizar operações no mercado de derivativos, nos termos do item 5.9. do Regulamento; e
- (xvii) aprovar a comissão de transação a ser cobrada pelo Consultor Especializado de cada coinvestidor no âmbito de Coinvestimentos, nos termos do item 18.1.1. do Regulamento.

Os membros do Comitê de Investimentos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por mês em período a ser estabelecido na primeira reunião do Comitê de Investimentos, inclusive, mas não se limitando, para debater o desempenho das Companhias Investidas, do Administrador, do Gestor, do Consultor Especializado e do Fundo, e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo à convocação escrita enviada pelo Administrador, pelo Gestor ou por qualquer um dos seus membros com, no mínimo, 7 (sete) Dias Úteis de antecedência para a primeira convocação, e 2 (dois) Dias Úteis para a segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

O Comitê de Investimentos poderá se reunir pessoalmente ou por meio de conferência telefônica, videoconferência ou outro meio semelhante, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios e/ou via correio eletrônico.

As reuniões do Comitê de Investimentos somente serão instaladas com a presença da maioria de seus membros.

As decisões do Comitê de Investimentos deverão ser tomadas pela maioria de seus membros. Após aprovação pelo Comitê de Investimentos, quaisquer alterações que modifiquem a proposta originalmente aprovada deverão ser novamente submetidas à aprovação do Comitê de Investimentos, em observância ao disposto nos parágrafos acima.

Salvo mediante aprovação da maioria dos Quotistas com Direito de Voto reunidos em Assembleia Geral, os membros do Comitê de Investimentos não poderão participar de comitês de investimentos ou conselhos de supervisão de outros fundos que tenham por objeto o investimento em companhias que atuem no mesmo segmento econômico das Companhias Investidas.

O membro do Comitê de Investimentos que participar de outros comitês de investimento ou conselhos de supervisão nos termos do parágrafo acima o deverá (i) solicitar imediatamente ao Administrador que comunique a todos os Quotistas sobre tal fato, comunicação esta que deverá ser realizada pelo Administrador no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da ciência do fato; (ii) atuar de forma totalmente imparcial nas reuniões do Comitê de Investimentos, de modo a evitar qualquer Conflito de Interesses, agindo sempre no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas; e (iii) observar os estritos termos do disposto no item 22.2. do Regulamento.

Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer remuneração do Fundo pelo exercício de suas funções.

#### **4.12. Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflito de Interesses**

A Assembleia Geral deverá analisar e aprovar todo e qualquer Conflito de Interesses, observado o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo VIII do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto nos itens 5.10. e 5.10.1. do Regulamento, qualquer transação (i) entre o Fundo e as Partes Relacionadas; ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador e/ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento); ou (iii) entre as Partes Relacionadas e as Companhias Investidas; ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no inciso (i) do item 5.10. do Regulamento, será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral.

#### **4.13. Remuneração do Administrador, do Consultor Especializado e Demais Despesas do Fundo**

##### **4.13.1. Taxa de Administração**

Pela administração e controladoria do Fundo, gestão da Carteira, custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira, escrituração das Quotas e consultoria especializada do Fundo, será devida a Taxa de Administração correspondente ao montante estabelecido no Suplemento referente a cada Emissão.

A Taxa de Administração será provisionada diariamente e a somatória das provisões será apurada no último Dia Útil de cada mês e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A Taxa de Administração não será, em nenhuma hipótese, inferior ao valor mínimo mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

A remuneração mensal mínima estabelecida acima será devida a partir da Data da Primeira Integralização de Quotas.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração estabelecida em cada Suplemento.

Pelos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira, o Administrador fará jus ao recebimento de 0,04% (quatro centésimos por cento) ao ano calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido, respeitado o valor mínimo mensal de R\$3.000,00 (três mil reais), deduzido da Taxa de Administração.

As Quotas Classe A, as Quotas Classe B e as Quotas Classe C possuirão direitos econômico-financeiros distintos, exclusivamente quanto à fixação da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, nos termos do disposto no artigo 19, parágrafo 2º, da Instrução CVM n.º 391/03.

#### *4.13.2. Taxa de Performance*

Além da remuneração estabelecida no item 7.4. do Regulamento, o Consultor Especializado fará jus à seguinte Taxa de Performance:

- (i) após a realização de amortização ou amortizações de Quotas Classe B ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, de acordo com os procedimentos descritos abaixo:
  - (a) até que os Quotistas Classe B recebam, por meio do pagamento de amortizações parciais e/ou total de suas Quotas Classe B, valores que correspondam ao Valor de Referência das Quotas Classe B (conforme abaixo definido), o Consultor Especializado não fará jus a qualquer pagamento de Taxa de Performance. Para fins do disposto neste inciso (i), “Valor de Referência das Quotas Classe B” corresponde a 100% (cem por cento) do Capital Comprometido efetivamente integralizado por cada Quotista Classe B, atualizado pela Taxa DI ao ano. O Valor de Referência das Quotas Classe B será calculado sobre o Capital Comprometido efetivamente integralizado pelos Quotistas Classe B, a partir de cada data de integralização e no montante da respectiva integralização de Quotas Classe B até a data do exercício da opção de compra prevista no Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda ou até o 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à data de liquidação do Fundo, inclusive, o que ocorrer primeiro; e
  - (b) após cumpridos os requisitos descritos no inciso (i) acima, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos realizadas pelo Fundo resultantes dos investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos, observarão a seguinte proporção: 90% (noventa por cento) serão entregues aos Quotistas Classe B a título de pagamento de amortização e 10% (dez por cento)



serão entregues ao Consultor Especializado a título de pagamento de Taxa de Performance.

- (ii) após a realização de amortização ou amortizações de Quotas Classe C ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, de acordo com os procedimentos descritos abaixo:
  - (a) até que os Quotistas Classe C recebam, por meio do pagamento de amortizações parciais e/ou total de suas Quotas Classe C, valores que correspondam ao Valor de Referência das Quotas Classe C (conforme abaixo definido), o Consultor Especializado não fará jus a qualquer pagamento de Taxa de Performance. Para fins do disposto neste inciso (i), o “Valor de Referência das Quotas Classe C” corresponde a 100% (cem por cento) do Capital Comprometido efetivamente integralizado por cada Quotista Classe C, atualizado pela Taxa DI ao ano. O Valor de Referência das Quotas Classe C será calculado sobre o Capital Comprometido efetivamente integralizado pelos Quotistas Classe C, a partir de cada data de integralização e no montante da respectiva integralização de Quotas Classe C até o 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à data de liquidação do Fundo, inclusive; e
  - (b) após cumpridos os requisitos descritos no inciso (i) acima, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos realizadas pelo Fundo resultantes dos investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos, observarão a seguinte proporção: 80% (oitenta por cento) serão entregues aos Quotistas Classe C a título de pagamento de amortização e 20% (vinte por cento) serão entregues ao Consultor Especializado a título de pagamento de Taxa de Performance.

#### 4.13.3. Encargos do Fundo

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;

- (vi) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas respectivas funções;
- (vii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (viii) quaisquer despesas, sem limitação de valor, inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral;
- (ix) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira; e
- (x) despesas, sem limitação de valor, com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, incluindo, mas não se limitando, aos honorários e despesas dos auditores independentes encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo, salvo decisão contrária da Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo VIII do Regulamento.

Os honorários e despesas dos auditores independentes não contemplam eventuais despesas incorridas pelo Fundo que sejam relacionadas à auditoria de precificação de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

As despesas indicadas acima incorridas pelo Administrador anteriormente à constituição ou ao registro do Fundo perante a CVM serão passíveis de reembolso pelo Fundo, observada a eventual necessidade de ratificação pela Assembleia Geral nas hipóteses em que as disposições legais e regulamentares assim o exigirem, e serão passíveis de nota explicativa e de auditoria no momento em que forem elaboradas as demonstrações financeiras do primeiro exercício fiscal do Fundo. O prazo máximo para o reembolso de tais despesas será de até 30 (trinta) dias contados da Data da Primeira Integralização de Quotas.

#### **4.14. Política de Divulgação de Informações**

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita mediante envio de correspondência ou correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

O Administrador deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos Quotistas, mediante o envio de correspondência aos Quotistas:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
  - (a) valor do Patrimônio Líquido; e
  - (b) número de Quotas;
- (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:
  - (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
  - (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação em vigor;
  - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
  - (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
  - (a) as demonstrações contábeis do respectivo exercício social acompanhadas de parecer do auditor independente;
  - (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
  - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Prospecto, com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

#### **4.15. Solução de Conflitos**

O Administrador, o Gestor, o Consultor Especializado, os membros do Comitê de Investimentos e os Quotistas, inclusive seus sucessores a qualquer título, se obrigam a submeter à arbitragem toda e qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Prospecto, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo. A arbitragem será realizada em português, aplicando-se as leis brasileiras, e será administrada pelo CAM-CCBC, através da adoção do seu respectivo regulamento e em observância à Lei 9.307/96, devendo observar sempre o disposto no Regulamento, cujas especificações prevalecerão em caso de dúvida.

O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, competindo à(s) parte(s) requerente(s) (em conjunto) nomear 1 (um) árbitro de sua confiança e a(s) parte(s) requerida(s) (em conjunto) nomear 1 (um) árbitro de sua confiança, e o 3º (terceiro) será indicado de comum acordo pelos árbitros. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os 2 (dois) árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do 3º (terceiro) nos termos do regulamento, as nomeações faltantes serão feitas pelo CAM-CCBC.

Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo 3 (três) ou mais partes em que estas não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as partes, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas partes da última notificação do CAM-CCBC nesse sentido. O 3º (terceiro) árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente do CAM-CCBC. Caso as partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da CAM-CCBC, que designará um deles para atuar como presidente.

A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Os procedimentos arbitrais deverão ser conduzidos de maneira sigilosa.

Qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo título executivo judicial vinculante, obrigando as partes a cumprir o determinado na decisão arbitral, independentemente de execução judicial.

As partes poderão pleitear medidas cautelares e de urgência ao Poder Judiciário antes da constituição do tribunal arbitral. A partir de sua constituição, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, podendo manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário.

Medidas cautelares e de urgência, quando aplicáveis, e ações de execução poderão ser pleiteadas e propostas, à escolha do interessado, na comarca onde estejam o domicílio ou os bens de qualquer das partes, ou na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Para quaisquer outras medidas judiciais, fica eleita exclusivamente a comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O requerimento de qualquer medida judicial

não será considerado uma renúncia aos direitos previstos nesta cláusula ou à arbitragem como o único método de solução de controvérsias entre as partes.

Antes da assinatura do termo de arbitragem, o CAM-CCBC poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos nos termos de seu regulamento. Após a assinatura do termo de arbitragem, o tribunal arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados neste ou em qualquer outro instrumento firmado entre as partes, desde que tais procedimentos digam respeito à mesma relação jurídica e as cláusulas compromissórias sejam compatíveis. A competência para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes.

#### **4.16. Regras de Tributação**

O disposto neste item 4.16. foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM, que atualmente impõem que 95% (noventa e cinco por cento) do patrimônio do Fundo seja investido em ativos de tal natureza. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

##### **4.16.1. Tributação Aplicável aos Quotistas**

###### IOF/Títulos

As operações com as Quotas estão sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado atualmente à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

###### IOF/Câmbio

Quando necessárias, as conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, decorrentes do investimento nas Quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, as operações de câmbio realizadas por Quotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais estão sujeitas atualmente, com relação aos

investimentos no Fundo, ao IOF/Câmbio à alíquota de 0% (zero por cento) na entrada dos recursos no Brasil para investimento e retorno de recursos para o exterior. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

### Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas tomará por base (i) a residência dos Quotistas: (a) no Brasil ou (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas, nas hipóteses permitidas pelo Regulamento; e (c) a amortização de Quotas.

#### I. Quotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados, em regra, pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre o valor total da alienação, sendo que este imposto poderá ser compensado contra o Imposto de Renda devido sobre os ganhos apurados pelo Quotista. No caso de Quotistas pessoas jurídicas, o Imposto de Renda assim recolhido será considerado antecipação do imposto devido no final do exercício.

#### II. Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas Qualificados é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida.

##### II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 0% (zero por cento). Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua Carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

##### II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida

Os Quotistas Qualificados residentes em Jurisdição de Tributação Nula ou Favorecida não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a. acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas residentes no Brasil.

#### *4.16.2. Tributação Aplicável ao Fundo*

##### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira são isentos do Imposto de Renda.

##### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Exceção é feita para as operações com derivativos, sujeitas atualmente à tributação pelo IOF/Títulos à alíquota de 1% (um por cento), em relação a aquisição, venda ou vencimento de derivativos financeiros, celebrados no Brasil, que, individualmente, resultem em aumento da exposição cambial vendida ou redução da exposição cambial comprada. Os demais derivativos estão atualmente sujeitos a alíquota zero. Tal alíquota pode ser majorada a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

#### **4.17. Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta, este Prospecto e eventuais informações adicionais ou reclamações e sugestões, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

##### **Banco Petra S.A.**

Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar

Curitiba - PR

At.: Edilberto Pereira

Tel.: (41) 3074-0909

Fax.: (41) 3074 - 0938

Correio Eletrônico: [edilberto.pereira@bancopetra.com.br](mailto:edilberto.pereira@bancopetra.com.br)

Website: [www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)

#### **4.18. Relacionamento entre as Partes e Conflito de Interesse**

*Banco Petra S.A.*

A decisão de atuar no desenvolvimento de operações estruturadas para o mercado de capitais propiciou a constituição do Banco PETRA S.A., que iniciou suas atividades em agosto de 2010. Em 2007, os sócios da PETRA Corretora iniciaram a discussão de um plano de negócios com o BACEN, baseando sua estratégia em fomentar o crédito por meio dos instrumentos de securitização disponíveis no mercado de capitais brasileiro, sem a utilização do formato de crédito bancário tradicional.

O Banco PETRA tem como produtos a estruturação, distribuição (através da corretora), administração, escrituração e custódia qualificada de fundos de investimento. Todos os serviços de crédito e conta corrente acessórios e necessários à viabilização de tais operações são oferecidos pelo banco, como soluções de Trava de Domicílio (Escrow Accounts) e emissão de títulos de crédito (CCBs, CCIs, entre outros).

Com o início das atividades do banco, todas as atividades de administração e escrituração de quotas executadas pela PETRA Corretora passaram a ser transferidas para o banco.

Atualmente, é responsável pela administração de 91 fundos, representando mais de R\$ 4 bilhões de Patrimônio Líquido. Deste total, aproximadamente R\$ 2,3 bilhões correspondem a FIDCs, num total de 45 fundos.

A área de administração de fundos é segregada das outras áreas e empresas do grupo, dispondo de ferramentas de controle de acesso. Todas as dependências são monitoradas por câmeras e sensores de movimento, contando com cópias de imagem dos discos rígidos dos computadores utilizados no processamento.

O Banco PETRA utiliza um sistema desenvolvido internamente para a administração de fundos (Sistema SAF – direitos de copyright e código fonte são de propriedade do GRUPO PETRA), combinando de tecnologia própria com plataformas líderes de mercado nas áreas de controladoria, contabilidade e gestão de quotistas (sistemas da YMF – líder em sistemas de administração de recursos na América Latina e ATT/PS Informática).

Infra-estrutura de informações e tecnologia localizada em Curitiba:

- Data Center com piso elevado
- Servidores Dell e IBM de alta capacidade
- Links redundantes e conexão entre matriz e filial feita pela Primesys (mesma empresa que administra as redes de comunicação dos grandes bancos)
- No-breaks de 3 KVAs para servidores e gerador stand-by de 150 KVAs
- Backups em equipamentos SAN e tapes de 100GB
- Site de contingência em São Paulo

#### *4.18.1. Relacionamento entre o Administrador e o Consultor Especializado*

O Administrador e o Consultor Especializado antes do início das atividades do Fundo não mantinham qualquer relação comercial.



#### *4.18.2. Relacionamento entre o Administrador e o Auditor Independente*

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Administrador atua como instituição administradora de outros fundos de investimento para os quais o Auditor Independente presta serviços de auditoria de auditoria.

#### *4.18.3. Relacionamento entre o Administrador e o Gestor*

Na data deste Prospecto, além de serem empresas do mesmo grupo econômico e do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Administrador atua como instituição administradora de outros fundos de investimento os quais o Gestor presta serviços de gestão.

#### *4.18.4. Relacionamento entre o Administrador e o Coordenador Líder*

O Administrador é acionista do Coordenador Líder, sendo detentor de 100% (cem por cento) das ações ordinárias representativas do capital social do Coordenador.

Até a data do presente Prospecto, o Administrador não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder, além do relacionamento decorrente do fato de o Coordenador Líder (i) realizar a distribuição pública de quotas de todos os fundos administrados pelo Administrador; e (ii) ser administrador de fundos de investimento em direitos creditórios cujos serviços de custódia são prestados pelo Administrador.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre o Administrador e o Coordenador Líder são contratos de prestação de serviços de distribuição e de custódia. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, o Administrador e o Coordenador Líder mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança a seus respectivos clientes.

## 5. ANEXOS

---

**ANEXO I – CÓPIA DO INSTRUMENTO  
PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO**



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

## DELIBERAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES UM.BI

Pelo presente instrumento particular, o **BANCO PETRA S.A.**, com sede na Rua Pasteur, 463, 11º andar, Batel, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.758.741/0001-52, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados (**ADMINISTRADORA**).

### RESOLVE:

- (i) constituir, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº. 2.907, de 29 de novembro de 2001, da Instrução CVM nº. 391, de 16 de julho de 2003, bem como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, um fundo de investimento em participações, com a denominação de **"FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES UM.BI"** (**"FUNDO"**), em regime de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado;
- (ii) indicar para desempenhar as funções de administrador do **FUNDO**, na forma do Regulamento neste ato promulgado;
- (iii) aprovar o Regulamento do **FUNDO**, substancialmente no teor e forma do documento constante do Anexo I ao presente instrumento, denominado **"Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES UM.BI"**.

Sendo assim, assina o presente instrumento em 03 (três) vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito.

Curitiba, 30 de novembro de 2011.

*Assinatura de Maria Julia Mattos*

**BANCO PETRA S.A.**

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**O SELO  
ENCONTRA-SE  
NO VERSO**

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)

4º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
FONE: 3015-5100

Protocolado sob o número

535.326

Registrado sob o número

483.805

Protocolado e Registrado na data de

14/12/2011.

Curitiba - Pr.

João Manoel de Oliveira Franco-Titular  
Maria Augusta de O. Franco-Substituta  
Rogério Margas-Escritor

Funarpen - Lei 13.228 de 18/07/2001  
Selo Digital nº 272097AAAAAF  
Controle 407C13

**CUSTAS**  
REGISTRO R\$ 42,30 (VRC 300)  
FUNARPEN R\$ 0,67 (VRC 4,76)  
FUNREJUS R\$ 5,30 (VRC 35)  
MICROFILME R\$ 0,42 (VRC 3)

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 240 - Sala 504  
Fone: (41) 322-5500 Curitiba - PR  
**DISTRIBUIDOR**  
**02R86775**

2º. Ofício Distribuidor de  
Títulos e Documentos

Distribuição: 64-5492

ao 4º Ofício

Ctba/Pr. 06/12/2011 *Justiça*

Lei Estadual número 11.960/97, Tabela XVI  
Distrib. IIa-III, IV nota 2ª - Cobrança selo  
em cumprimento ao Ofício 160/07 FUNARPEN  
VRCs 0,141

<input checked="" type="checkbox"/> Distribuição (70 VRCs)	R\$ 10,81
<input checked="" type="checkbox"/> Averbação (26 VRCs)	R\$ 4,01
<input checked="" type="checkbox"/> Selo	R\$ 1,59

2º. Ofício Distribuidor - Curitiba/PR  
R.Mal. Deodoro, 240 - Sala 504 Fone: (41) 322-5500

**ANEXO II – CÓPIA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E DE  
APROVAÇÃO DA SEGUNDA EMISSÃO DE QUOTAS DO INNOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
PARTICIPAÇÕES**



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO, DOS  
TERMOS E CONDIÇÕES DA PRIMEIRA EMISSÃO E DE APROVAÇÃO DA  
SEGUNDA EMISSÃO DE QUOTAS DO INNOVA FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Por este instrumento particular, o Banco Petra S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.758.741/0001.52 ("Administrador"), neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seu representante legal abaixo assinado, na qualidade de instituição administradora do **INNOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 14.853.687/0001-12 ("Fundo"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) o Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador registrado no 4º Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sob o n.º 483.805, em 14 de dezembro de 2011;
- (ii) em 23 de janeiro de 2012, o Administrador aprovou a primeira emissão de quotas do Fundo ("Primeira Emissão"); e
- (iii) até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de quotas de emissão do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente ao Administrador a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento"), dos termos e condições da Primeira Emissão e de aprovação da segunda emissão de quotas do Fundo ("Segunda Emissão");

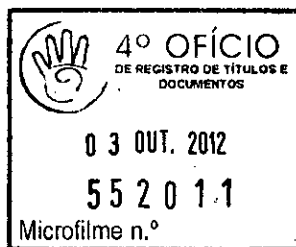
**RESOLVE:**

- a. aprovar a nova versão do Regulamento, que passa a vigorar na forma do Anexo I ao presente instrumento;
- b. deliberar sobre a alteração dos termos e condições da Primeira Emissão, que passa a ser composta por 244.800 (duzentas e quarenta e quatro mil e oitocentas) quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio do Fundo e pertencentes a uma única classe ("Quotas Classe A"). As Quotas Classe A terão a forma nominativa e serão escriturais, sendo que o preço inicial de emissão corresponderá a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por Quota Classe A, totalizando a Primeira Emissão o montante de

SP - 8335337v1

**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 300  
Fone: (41) 3225-3500

  
[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

R\$ 244.800.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões e oitocentos mil reais). As Quotas Classe A terão os direitos e as características definidos no Regulamento e no suplemento referente à Primeira Emissão ("Suplemento da Primeira Emissão"), que seguem anexos ao presente instrumento. As Quotas Classe A serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476/09"), a qual (i) será destinada exclusivamente a investidores que se enquadrem na definição constante do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 409/04"), e do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09; (ii) será intermediada pela PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; (iii) está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09; e (iv) será informada à CVM, de acordo com o disposto na Instrução CVM n.º 476/09;

- c. aprovar a nova versão do Suplemento da Primeira Emissão, que segue anexo ao presente instrumento;
- d. deliberar sobre a Segunda Emissão, composta por 81.600 (oitenta e uma mil e seiscentas) quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio do Fundo e pertencentes a duas classes de quotas ("Quotas Classe B" e "Quotas Classe C", respectivamente). As Quotas Classe B e as Quotas Classe C terão a forma nominativa e serão escriturais, sendo que o preço inicial de emissão corresponderá a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por Quota Classe B e Quota Classe C, totalizando a Segunda Emissão o montante de R\$ 81.600.000,00 (oitenta e um milhões e seiscentos mil reais). As Quotas Classe B e as Quotas Classe C terão os direitos e as características definidos no Regulamento e no suplemento referente à Segunda Emissão ("Suplemento da Segunda Emissão") e, em conjunto com o Suplemento da Primeira Emissão, "Suplementos", que seguem anexos ao presente instrumento. As Quotas Classe B e as Quotas Classe C serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), a qual (i) será destinada exclusivamente a investidores que se enquadrem na definição constante do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04; (ii) será intermediada pela PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM. A Segunda Emissão somente poderá ser realizada após a subscrição integral das Quotas Classe A objeto da Primeira Emissão;
- e. aprovar o Suplemento da Segunda Emissão, que segue anexo ao presente instrumento; e
- f. submeter à CVM as presentes deliberações, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.



Este instrumento de deliberação, o Regulamento com seus anexos e os Suplementos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, o instrumento foi assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para só um efeito.

Curitiba, 27 de setembro de 2012.

  
BANCO PETRA S.A.

4º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
FONE: 3015-5100

Protocolado sob o número

552.011

Registrado sob o número

483.805

Protocolado e Registrado na data de

03/10/2012

Curitiba - Pr.

João Manoel de Oliveira Franco-Titular  
Maria Augusta de O. Franco-Substituta  
Rosário Marras-Escrevente

Funarpem - Lei 13.228 de 18/07/2001  
Selo Digital nº 973656AAAAAF  
Controle 31W453

CUSTAS  
REGISTRO R\$ 143,82 (VRC 1020)  
FUNARPEN R\$ 0,67 (VRC 4,76)  
FUNREJUS R\$ 5,65 (VCR 40)  
MICROFILME R\$ 0,42 (VRC 3)

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR.

**ANEXO III – CÓPIA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO,  
ACOMPANHADO DO REGULAMENTO E DO SUPLEMENTO DA SEGUNDA EMISSÃO EM VIGOR  
NESTA DATA**



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO,  
DOS TERMOS E CONDIÇÕES DOS SUPLEMENTOS DA PRIMEIRA E  
SEGUNDA EMISSÃO DE QUOTAS DO INNOVA FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Por este instrumento particular, o Banco Petra S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.758.741/0001.52 ("Administrador"), neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seu representante legal abaixo assinado, na qualidade de instituição administradora do **INNOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 14.853.687/0001-12 ("Fundo");

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) o Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador com último registro no 4º Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sob o n.º 499.554, em 11 de dezembro de 2012;
- (ii) em 23 de janeiro de 2012, o Administrador aprovou a primeira emissão de quotas do Fundo ("Primeira Emissão") e em 27 de setembro de 2012, mediante o Instrumento Particular de Alteração de Regulamento, dos Termos e Condições da Primeira Emissão e de Aprovação da Segunda Emissão de Quotas do Innova Fundo de Investimento em Participações, aprovou a Segunda emissão de Quotas; e
- (iii) até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de quotas de emissão do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente ao Administrador a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento");

**RESOLVE:**

- a. aprovar a alteração do item 8.7 e subitens 8.7.1 e 8.7.2 do regulamento do Fundo.



Este instrumento de deliberação, o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, o instrumento foi assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para só um efeito.

Curitiba, 17 de dezembro de 2012.

*assinatura de nome J. Netto*  
BANCO PETRA S.A.

4º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
FONE: 3015-5100

Protocolado sob o número

556.108

Registrado sob o número

499.554

Protocolado e Registrado na data de  
26/12/2012.

Curitiba - Pr.

João Manoel de Oliveira Franco-Titular  
Maria Augusta de O. Franco-Substituta  
Rosário Moraes-Escrevente

Funarpen - Lei 13.228 de 18/07/2001  
Selo Digital nº 172729AAAAAG  
Controle X30C43

**CUSTAS**

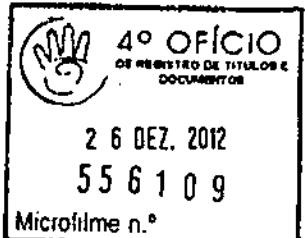
REGISTRO R\$ 42,30 (VRC 300)  
FUNARPEN R\$ 0,67 (VRC 4,76)  
FUNREJUS R\$ 5,65 (VCR 40)  
MICROFILME R\$ 0,42 (VRC 3)

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Jurídico  
PETRA  
APROVADO



Fundo de acordo com o Código da ABVcap/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes.



---

## REGULAMENTO DO INNOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

---

Curitiba, 5 de Dezembro de 2012

1

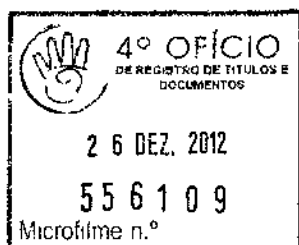


2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de  
Registro Civ.  
Data de

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)

Fone: (41) 3225-3303 Curitiba



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

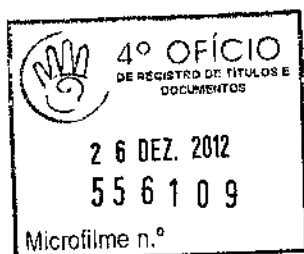
ÍNDICE

CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES .....	6
CAPÍTULO II – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, CLASSIFICAÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO .....	16
CAPÍTULO III – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO.....	16
CAPÍTULO IV – DO OBJETIVO, DA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO E DO PARÂMETRO DE RENTABILIDADE DO FUNDO .....	17
CAPÍTULO V – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO.....	18
CAPÍTULO VI – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO, GESTÃO DA CARTEIRA E CUSTÓDIA.....	22
CAPÍTULO VII – DO CONSULTOR ESPECIALIZADO E DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS.....	26
CAPÍTULO VIII – DA ASSEMBLEIA GERAL .....	31
CAPÍTULO IX – DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO E DAS EMISSÕES DE QUOTAS.....	35
CAPÍTULO X – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS.....	36
CAPÍTULO XI – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS.....	43
CAPÍTULO XII – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E DA TAXA DE PERFORMANCE .....	43
CAPÍTULO XIII – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	44
CAPÍTULO XIV – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS.....	45
CAPÍTULO XV – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO .....	46
CAPÍTULO XVI – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	48
CAPÍTULO XVII – DOS ENCARGOS DO FUNDO .....	48
CAPÍTULO XVIII – DOS COINVESTIMENTOS.....	49
CAPÍTULO XIX – DOS FATORES DE RISCOS .....	50
CAPÍTULO XX – DAS SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES.....	53
CAPÍTULO XXI – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS .....	53
CAPÍTULO XXII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	55
ANEXO I .....	56
ANEXO II.....	58



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mal. Deodoro, 100  
Fone: (41) 3225-XXXX

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



## CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES

Para fins do disposto neste Regulamento, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Regulamento, no singular ou no plural, terão os seguintes significados:

<b>Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda</b>	Significa o “Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda de Quotas do Innova Fundo de Investimento em Participações”, que será celebrado entre os Quotistas Classe A e os Quotistas Classe B, com interveniência e anuência do Fundo e do Administrador, o qual regulará os termos e condições para o exercício de opção de compra e venda de Quotas Classe A e/ou de Quotas Classe B, conforme o caso, entre os Quotistas Classe A e os Quotistas Classe B.
<b>Administrador</b>	Banco Petra S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, responsável pela administração e controladoria do Fundo, custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira, bem como escrituração das Quotas.
<b>Assembleia Geral</b>	Significa a Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>CAM-CCBC</b>	Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.
<b>Capital Comprometido</b>	Significa o valor correspondente à quantidade de Quotas que todos os subscritores de Quotas se comprometam a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, por meio de assinatura de cada Compromisso de Investimento, multiplicado pelo Preço de Emissão.
<b>Carteira</b>	Significa a carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Mercados Organizados.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mar. Deodoro, 320 - 5º  
Fone: (41) 3225-3390



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

<b>Chamada de Capital</b>	Significa cada chamada de capital aos Quotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, de acordo com instruções do Comitê de Investimentos, à medida que sejam identificadas oportunidades de investimento em Valores Mobiliários ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
<b>Coinvestimentos</b>	Significam os investimentos em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que sejam realizados pelo Fundo em conjunto com os Quotistas e/ou quaisquer terceiros interessados, observado o disposto no Capítulo XVIII deste Regulamento.
<b>Comitê de Investimentos</b>	Significa o Comitê de Investimentos do Fundo, que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor na gestão da Carteira, conforme descrito no Capítulo VII deste Regulamento.
<b>Companhias Alvo</b>	Significam as companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM, que atendam aos requisitos descritos no item 4.3. deste Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo.
<b>Companhias Fechadas</b>	Significam as Companhias Alvo que não possuam registro de companhia aberta perante a CVM.
<b>Companhias Investidas</b>	Significam as Companhias Alvo que efetivamente recebam investimentos do Fundo.
<b>Compromisso de Investimento</b>	Significa cada "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada Quotista no ato da subscrição de suas Quotas, o qual regulará os termos e condições para a integralização das Quotas pelo Quotista.
<b>Conflito de Interesses</b>	Significa qualquer situação em que uma Parte Interessada e/ou uma Parte Relacionada possua interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução de

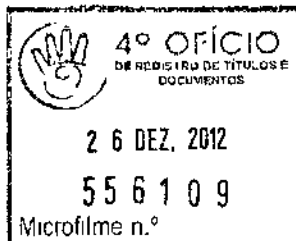


**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil do Comércio  
Rua Mal. Deodoro, 100 - 10º andar  
Fone: (41) 3225-3505 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)





**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

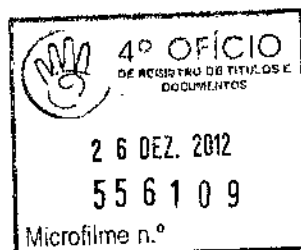
	determinada questão ou negócio relacionado com o Fundo, a Companhia Alvo e/ou a Companhia Investida.
<b>Consultor Especializado</b>	Innova Capital Consultoria Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.179, 7º andar, conj. 72, Sala B, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.555.955/0001-10, cujas obrigações e responsabilidades estão descritas no Capítulo VII deste Regulamento e no Contrato de Consultoria.
<b>Contrato de Consultoria</b>	Significa o contrato de consultoria a ser celebrado entre o Fundo e o Consultor Especializado, o qual regulará os deveres e obrigações do Consultor Especializado perante o Fundo.
<b>Contrato de Gestão</b>	Significa o contrato de gestão a ser celebrado entre o Fundo e o Gestor, o qual regulará os deveres e obrigações do Gestor perante o Fundo.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data da Primeira Integralização de Quotas</b>	Significa a data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas do Fundo.
<b>Dia Útil</b>	Significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro em âmbito nacional ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
<b>Fundo</b>	Innova Fundo de Investimento em Participações.
<b>Gestor</b>	PETRA Asset Gestão de Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 7.970, de 01 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.842, 1º andar, conjunto 17, Torre Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.350.042/0001-39, responsável pela gestão da Carteira.
<b>Instrução CVM n.º 391/03</b>	Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mai. Deodoro, 20 - São Paulo  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

	alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 476/09	Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Investidores Qualificados	Significam, no âmbito de qualquer Oferta, os investidores assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, ao passo que, no âmbito de qualquer Oferta Restrita, significam os investidores assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09.
IPCA	Significa o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.
Justa Causa	Significa a comprovação de que o Consultor Especializado (i) atuou com dolo, fraude ou violação no desempenho de suas obrigações legais como Consultor Especializado gerando prejuízo material ao Fundo; (ii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro; ou (iii) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários em qualquer mercado do mundo. A ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Consultor Especializado ou a não aprovação, pela Assembleia Geral, de profissional para substituir a Pessoa Chave, nos termos do item 7.3.2. deste Regulamento, também configurarão Justa Causa.
Lei 9.307/96	Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996.
Oferta	Significa toda e qualquer distribuição pública de Quotas realizada durante o prazo de duração do Fundo nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, as quais (i) serão destinadas a Investidores Qualificados; (ii) serão intermediadas por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro  
Rua M...  
Fone: (41) 3320...

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

	valores mobiliários; e (iii) dependerão de prévio registro perante a CVM.
<b>Oferta Restrita</b>	Significa toda e qualquer distribuição pública de Quotas com esforços restritos de colocação que venha a ser realizada durante o prazo de duração do Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, as quais (i) serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados; (ii) serão intermediadas por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) estão automaticamente dispensadas de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.
<b>Outros Ativos</b>	Significam os ativos financeiros em que poderão ser alocados os recursos livres do Fundo, não alocados em Valores Mobiliários, quais sejam: (i) quotas de emissão de fundos de investimento classe DI ou renda fixa regulados pela Instrução CVM n.º 409/04; (ii) títulos públicos federais; (iii) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e/ou (iv) títulos de emissão do BACEN.
<b>Partes Interessadas</b>	Significam: (i) os Quotistas; (ii) o Administrador; (iii) o Gestor; (iv) o Consultor Especializado; (v) os membros do Comitê de Investimentos; e (vi) os membros de quaisquer outros comitês e conselhos que venham a ser criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelos Quotistas ou pelo Administrador.
<b>Partes Relacionadas</b>	Significa qualquer funcionário, diretor, sócio ou representante legal, cônjuges e/ou parentes até o 2º (segundo) grau de parentesco de qualquer Parte Interessada, sociedades controladoras, coligadas, subsidiárias ou que exerçam controle comum em relação a qualquer Parte Interessada, conforme aplicável, e fundos de investimento e/ou carteiras de títulos e valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo Administrador.
<b>Patrimônio Líquido</b>	Significa o patrimônio líquido do Fundo, correspondente ao valor em reais resultante da soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades e provisões do Fundo.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mal...  
Fone: (41)...

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

<b>Período de Desinvestimento</b>	Significa o período que terá início a partir do 1º (primeiro) Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, durante o qual o Fundo não realizará novos investimentos em Valores Mobiliários, ressalvado o disposto neste Regulamento, e envidará seus melhores esforços no seu processo de desinvestimento total, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Consultor Especializado e aprovados pelo Comitê de Investimentos que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível.
<b>Período de Investimento</b>	Significa o período inicial de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, que iniciará na Data da Primeira Integralização de Quotas e se estenderá por até 4 (quatro) anos.
<b>Pessoa Chave</b>	Significa o profissional integrante do quadro de sócios, colaboradores ou funcionários, do Consultor Especializado, devidamente qualificado para o desempenho das atividades de consultoria especializada do Fundo, conforme indicado no Contrato de Consultoria, nos termos do item 7.3. deste Regulamento.
<b>Preço de Emissão</b>	Significa o valor de emissão das Quotas, conforme definido no respectivo Suplemento.
<b>Preço de Integralização</b>	Significa o preço de integralização das Quotas, conforme definido no respectivo Suplemento.
<b>Primeira Emissão</b>	Significa a primeira emissão de Quotas do Fundo, composta por 244.800 (duzentas e quarenta e quatro mil e oitocentas) Quotas Classe A, com preço de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) por Quota, totalizando a primeira emissão o montante de R\$244.800.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões e oitocentos mil reais).
<b>Prospecto</b>	Significa o prospecto referente à distribuição pública de Quotas objeto de Oferta, elaborado nos termos da regulamentação aplicável.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 100 - 10º andar  
Fone: (41) 3224-1100

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

<b>Quotas</b>	Significam as Quotas Classe A, as Quotas Classe B e as Quotas Classe C, quando referidas em conjunto.
<b>Quotas em Circulação</b>	Significam as Quotas Classe A em Circulação, as Quotas Classe B em Circulação e as Quotas Classe C em Circulação, quando referidas em conjunto.
<b>Quotas Classe A</b>	Significam as quotas da classe A de emissão do Fundo.
<b>Quotas Classe A em Circulação</b>	Significam as Quotas Classe A devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas ou, conforme o caso, resgatadas, em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento.
<b>Quotas Classe B</b>	Significam as quotas da classe B de emissão do Fundo.
<b>Quotas Classe B em Circulação</b>	Significam as Quotas Classe B devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas ou, conforme o caso, resgatadas, em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento.
<b>Quotas Classe C</b>	Significam as quotas da classe C de emissão do Fundo.
<b>Quotas Classe C em Circulação</b>	Significam as Quotas Classe C devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas ou, conforme o caso, resgatadas, em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento.
<b>Quotas com Direito de Voto</b>	Significam as Quotas Classe A e as Quotas Classe B, quando referidas em conjunto, as quais terão direito de voto nas Assembleias Gerais, nos termos deste Regulamento.
<b>Quotas Ofertadas</b>	Significam as Quotas objeto de alienação nos termos do item 10.9.4. deste Regulamento.
<b>Quotas sem Direito de Voto</b>	Significam as Quotas Classe C, as quais não terão direito de voto nas Assembleias Gerais, nos termos deste Regulamento.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

<b>Quotista Alienante</b>	Significa o Quotista que pretenda alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas.
<b>Quotista Inadimplente</b>	Significa qualquer Quotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento, ou Quotista que estiver em descumprimento de qualquer das disposições deste Regulamento e/ou do Compromisso de Investimento.
<b>Quotistas</b>	Significam os titulares de Quotas.
<b>Quotistas Classe A</b>	Significam os titulares de Quotas Classe A.
<b>Quotistas Classe B</b>	Significam os titulares de Quotas Classe B.
<b>Quotistas Classe C</b>	Significam os titulares de Quotas Classe C.
<b>Quotistas com Direito de Voto</b>	Significam os titulares de Quotas com Direito de Voto.
<b>Quotistas Ofertados</b>	Significam os demais Quotistas titulares de Quotas da mesma classe das Quotas Ofertadas.
<b>Quotistas sem Direito de Voto</b>	Significam os titulares de Quotas sem Direito de Voto.
<b>Regulamento</b>	Significa o presente regulamento do Fundo.
<b>Reinvestimento</b>	Significa o reinvestimento parcial ou total realizado pelo Fundo, a qualquer momento durante o Período de Investimento, dos recursos obtidos com a venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira em Valores Mobiliários de Companhias Investidas e/ou Companhias Alvo, conforme proposta do Consultor Especializado e aprovação do Comitê de Investimentos, observado o disposto nos itens 5.8. e 5.8.1 abaixo. O Fundo poderá, excepcionalmente, realizar reinvestimento parcial ou total fora do Período de Investimento, conforme proposta apresentada pelo Consultor Especializado, e aprovada pela Assembleia Geral.
<b>Remuneração do Consultor</b>	Significa a remuneração devida ao Consultor Especializado



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 100 - Curitiba - PR  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



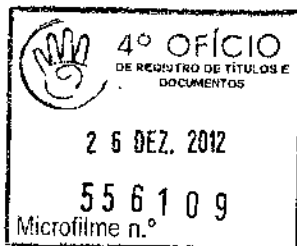
**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

<b>Especializado</b>	em contraprestação aos serviços descritos no Capítulo VII deste Regulamento e no Contrato de Consultoria, conforme indicada no Contrato de Consultoria.
<b>SDT</b>	SDT – Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Segunda Emissão</b>	Significa a segunda emissão de Quotas do Fundo, composta por 81.600 (oitenta e uma mil e seiscentas) Quotas, sendo 20.400 (vinte mil e quatrocentas) Quotas Classe B e 61.200 (sessenta e uma mil e duzentas) Quotas Classe C, com preço de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) por Quota, totalizando a segunda emissão o montante de R\$81.600.000,00 (oitenta e um milhões e seiscentos mil reais).
<b>SF</b>	SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Suplemento</b>	Significa cada suplemento deste Regulamento, que descreverá as características específicas de cada emissão de Quotas, elaborado em observância ao modelo constante do Anexo I deste Regulamento.
<b>Taxa de Administração</b>	Significa a taxa de administração devida pelo Fundo, conforme estabelecida no Capítulo XII deste Regulamento e em cada Suplemento.
<b>Taxa de Performance</b>	Significa a taxa de desempenho devida pelo Fundo ao Consultor Especializado, conforme estabelecida no Capítulo XII deste Regulamento e em cada Suplemento.
<b>Taxa DI</b>	Significa a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, Extra Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.
<b>Termo de Adesão</b>	Significa cada “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco”, a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas.
<b>Valores Mobiliários</b>	Significam as ações, debêntures simples ou conversíveis,



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 325  
Fone: (41) 3225-3881

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

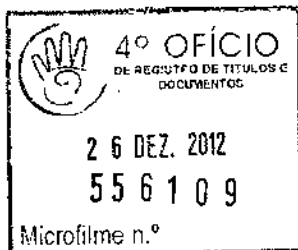
bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários  
convertíveis ou permutáveis em ações de emissão de  
Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320  
Fone: (41) 3225-3905

  
[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)





## INNOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 14.853.687/0001-12

### CAPÍTULO II – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, CLASSIFICAÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

2.1. – O Fundo, denominado **INNOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Instrução CVM n.º 391/03, por este Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

2.2. – Para fins do disposto no “Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE” da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, o Fundo é classificado como “Fundo Diversificado Tipo 1”.

2.3. – O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos contados a partir da Data da Primeira Integralização de Quotas, podendo ser prorrogado mediante proposta do Comitê de Investimentos, apresentada com antecedência mínima de 6 (seis) meses do término do prazo de duração do Fundo, e aprovação pela Assembleia Geral, observados os quoruns de deliberação de que tratam os itens 8.7. e 8.7.3., conforme aplicável, do Capítulo VIII deste Regulamento.

2.4. – O patrimônio do Fundo será formado por 3 (três) classes de Quotas, quais sejam, as Quotas Classe A, as Quotas Classe B e as Quotas Classe C, conforme descritas neste Regulamento e em cada Suplemento.

2.5. – As características e os direitos políticos e econômico-financeiros, assim como as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas seguem descritos nos Capítulos VII, VIII, IX, X, XI e XII deste Regulamento e em cada Suplemento.

### CAPÍTULO III – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO

3.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Qualificados residentes ou não no Brasil.

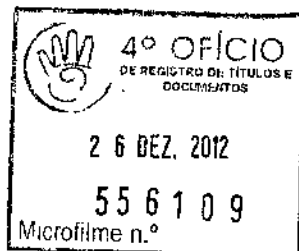
3.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo, por meio da subscrição, no mercado primário, de Quotas objeto de Oferta é de R\$100.000,00 (cem mil reais), e de Quotas objeto de Oferta Restrita é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por Investidor Qualificado, observado que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de qualquer Quotista.

3.3. – O Consultor Especializado e/ou suas Partes Relacionadas poderão subscrever qualquer número de Quotas no âmbito de cada Oferta ou Oferta Restrita, observado o disposto no item 3.1. acima.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua ...  
Fone: ...

  
[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

#### **CAPÍTULO IV – DO OBJETIVO, DA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO E DO PARÂMETRO DE RENTABILIDADE DO FUNDO**

4.1. – O objetivo do Fundo é obter rendimentos de médio e longo prazo aos Quotistas por meio do investimento em Valores Mobiliários.

4.2. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida ou celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo influência na definição da política estratégica e gestão da Companhia Investida, e/ou (iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo participação, ainda que por meio de direito de veto, em definições estratégicas e na gestão das Companhias Investidas, hipótese em que caberá ao Comitê de Investimentos avaliar a adequação de tal ajuste ou procedimento quanto à sua efetiva eficácia como forma de participação do Fundo na gestão das Companhias Investidas.

4.3. – Nos termos da regulamentação em vigor e sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Fechadas, tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimentos pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;
- (iv) a Companhia Fechada deverá aderir à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, a Companhia Fechada deverá obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

4.4. – As Quotas não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado.

## CAPÍTULO V – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

5.1. – Observado o limite estabelecido no inciso (iv) do item 5.5. abaixo, a Carteira será composta por:

- (i) Valores Mobiliários; e
- (ii) Outros Ativos.

5.2. – Ressalvado o disposto no item 5.6.1. abaixo, os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados pelo Gestor durante o Período de Investimento, em estrita observância aos termos e condições estabelecidos neste Regulamento e conforme as orientações do Comitê de Investimentos, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos serão realizados pelo Gestor, mediante observância das diretrizes e critérios estabelecidos pelo Comitê de Investimentos, por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo BACEN e/ou pela CVM.

5.2.1. – Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas, conforme descrito neste Regulamento e nos respectivos Compromissos de Investimento.

5.2.2. – Será permitida a prorrogação do Período de Investimento, mediante proposta do Comitê de Investimentos, apresentada com antecedência mínima de 6 (seis) meses do término do Período de Investimento, e aprovação pela Assembleia Geral, observados os quoruns de deliberação de que tratam os itens 8.7. e 8.7.3., conforme aplicável, do Capítulo VIII deste Regulamento, devendo o Administrador e o Consultor Especializado informar tal fato a todos os Quotistas.

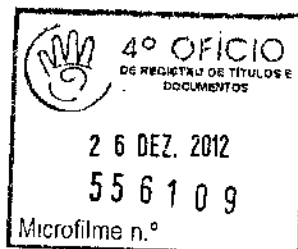
5.3. – A liquidação dos ativos integrantes da Carteira será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Comitê de Investimentos entenda ser no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, conforme propostas de desinvestimento apresentadas pelo Consultor Especializado, o Fundo poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento.

5.4. – Não obstante os cuidados a serem empregados pelo Gestor e pelo Comitê de Investimentos na implantação da política de investimento descrita neste Regulamento, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a variações de mercado, a riscos inerentes aos emissores dos



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil e de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 100 - 10º andar - 20040-000 - Rio de Janeiro - RJ  
Fone: (41) 3225-3905

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

Valores Mobiliários e dos Outros Ativos integrantes da Carteira, e a riscos de crédito de modo geral, não podendo o Gestor e os membros do Comitê de Investimentos, em qualquer hipótese, serem responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas. O Capítulo XIX deste Regulamento descreve outros riscos a que o Fundo e seus investimentos estão sujeitos.

5.4.1. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e/ou Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto no Capítulo IV e neste Capítulo V, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira. O disposto neste item implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

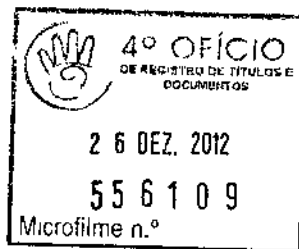
5.5. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas até o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente à data inicial para a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo em decorrência da integralização de Quotas serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, pelo Gestor, conforme orientação do Comitê de Investimentos, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e nos Outros Ativos e a data do Reinvestimento ou da distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização (exceto no que se refere aos dividendos declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo e distribuídos diretamente aos Quotistas, conforme faculdade prevista no item 5.7.1. abaixo), e/ou ao Administrador, ao Gestor e/ou ao Consultor Especializado, a título de pagamento de Taxa de Administração e/ou ao Consultor Especializado, a título de pagamento de Taxa de Performance, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em depósito bancário à vista, em moeda corrente nacional, pelo Gestor, conforme



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 100  
Fone: (41) 3222-0000

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

orientação do Comitê de Investimentos, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, observado o disposto no artigo 6-A, parágrafo 3º, inciso II, da Instrução CVM n.º 391/03; e

- (iv) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e deste Regulamento.

5.5.1. – Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) do item 5.5. acima, o Gestor convocará imediatamente o Comitê de Investimentos para deliberar sobre uma das seguintes alternativas, as quais deverão ser implementadas no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo previsto no inciso (i) do item 5.5. acima, (a) enquadramento da Carteira; (b) pedido à CVM de prorrogação do prazo referido no inciso (i) do item 5.5. acima; ou (c) restituição, aos Quotistas, dos valores aportados no Fundo para realização de investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e não concretizados por qualquer razão, sem qualquer rendimento.

5.6. – A partir do 1º (primeiro) Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Fundo não realizará novos investimentos em Valores Mobiliários e envidará seus melhores esforços no seu processo de desinvestimento total, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Consultor Especializado e aprovados pelo Comitê de Investimentos que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições deste Regulamento.

5.6.1. – Não obstante o disposto no item 5.6 acima, investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente no Período de Desinvestimento, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo e dos Quotistas, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas antes do término do Período de Investimento e ainda não concluídos definitivamente; (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias, de acordo com decisão do Comitê de Investimentos; ou (iii) de Reinvestimentos, mediante aprovação da Assembleia Geral.

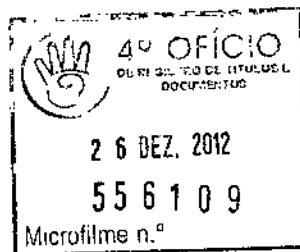
5.7. – Observado o disposto no item 5.7.1. abaixo, os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido e serão considerados para fins de pagamento de despesas e encargos do Fundo, de parcelas de amortização aos Quotistas, da Taxa de Administração e/ou, ainda, da Taxa de Performance.

5.7.1. – Os dividendos declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo por conta de seus investimentos em Valores Mobiliários poderão ser pagos diretamente aos Quotistas, conforme orientação do Comitê de Investimentos.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

5.8. – Parte ou a totalidade dos recursos eventualmente obtidos a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, mediante a venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários, poderão ser distribuídos aos Quotistas, por meio da amortização de Quotas, e/ou reinvestidos na aquisição de Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, nos termos deste Regulamento, conforme propostas de Reinvestimento apresentadas pelo Consultor Especializado e aprovadas pelo Comitê de Investimentos ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, sendo que a amortização e/ou o Reinvestimento deverá ser realizado até o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente a tal recebimento.

5.8.1. – O Comitê de Investimentos deverá enviar cópia da proposta de Reinvestimento de que trata o item 5.8. acima para o Gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da sua aprovação.

5.9. – O Fundo não poderá operar no mercado de derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial e tiverem aprovação do Comitê de Investimentos.

5.9.1. – Para fins do disposto no item 5.9. acima, as operações no mercado de derivativos serão realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, na modalidade “com garantia”.

5.10. – Salvo mediante aprovação de Quotistas com Direito de Voto reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo VIII deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

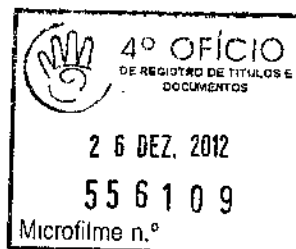
- (i) o Administrador, o Gestor, os membros do Comitê de Investimentos, o Consultor Especializado e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, bem como seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total; e
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) acima que:
  - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
  - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Companhia Alvo ou Companhia Investida emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

5.10.1. – Salvo aprovação da maioria dos Quotistas com Direito de Voto reunidos em Assembleia Geral, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas  
Rua Mal. Deodoro, 325  
Cidade (41) 3225-4

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



pessoas mencionadas no inciso (i) do item 5.10. acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo Administrador ou pelo Gestor.

5.11. – A política de investimento de que trata este Capítulo V somente poderá ser alterada em casos excepcionais, mediante aprovação prévia da Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo VIII deste Regulamento.

## **CAPÍTULO VI – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO, GESTÃO DA CARTEIRA E CUSTÓDIA**

6.1. – O Administrador será responsável pela prestação dos serviços de administração e controladoria do Fundo, custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira, bem como escrituração das Quotas.

6.1.1. – Respeitados os limites estabelecidos na regulamentação aplicável e neste Regulamento, o Administrador terá poderes para tomar todos os atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo.

6.2. – O Administrador contratou o Gestor para ser o responsável pela gestão da Carteira, nos termos da regulamentação aplicável, deste Regulamento e do Contrato de Gestão.

6.2.1. – O Anexo II deste Regulamento contempla breve descrição da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do Gestor na função de gestor da Carteira.

6.2.2. – Respeitados os limites estabelecidos na regulamentação aplicável e neste Regulamento, o Gestor, conforme orientação e instruções do Comitê de Investimentos, terá poderes para realizar todos os atos relacionados à gestão da Carteira, tais como, mas não se limitando, relacionados à aquisição e alienação dos Outros Ativos integrantes da Carteira e dos Valores Mobiliários, bem como relacionados ao exercício de todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, inclusive o de representar o Fundo, em juízo e fora dele, de eleger membros para cargos de administração da Companhia Investida, comparecer e votar em assembleias gerais de sócios da Companhia Investida, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar estatuto social da Companhia Investida e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda dos Valores Mobiliários, acordos de acionistas da Companhia Investida, acordos de investimento e/ou instrumentos de garantia, conforme o caso, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação em vigor.

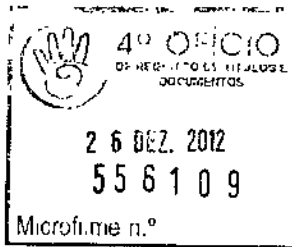
6.3. – O Administrador e o Gestor poderão renunciar à administração do Fundo e à gestão da Carteira, respectivamente, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar a Assembleia Geral para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor, conforme o caso, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Imóveis  
Rua Manoel de  
Fonseca, 111 - Centro - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

6.3.1. – Caso a Assembleia Geral de que trata o item 6.3. acima não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, o Administrador deverá convocar uma nova Assembleia Geral, a ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de que trata o item 6.3. acima para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor, conforme o caso.

6.3.2. – Na hipótese da Assembleia Geral de que trata o item 6.3.1. acima não nomear uma instituição habilitada para substituir o Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, a maioria dos Quotistas Classe B deverão nomear o novo Administrador e/ou Gestor, conforme o caso, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

6.3.3. – Sem prejuízo do disposto nos itens 6.3., 6.3.1. e 6.3.2. acima, na hipótese de renúncia do Administrador e/ou do Gestor, o Administrador e/ou o Gestor continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e/ou gestão da Carteira, respectivamente, até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber a remuneração correspondente ao período em que permanecer no cargo, calculada e paga nos termos da Cláusula XII abaixo e em cada Suplemento.

6.4. – Caso a Assembleia Geral de que trata o item 6.3.2. acima (i) não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador e/ou o Gestor; ou (ii) a instituição nomeada para substituir o Administrador e/ou o Gestor não assuma efetivamente a administração do Fundo e/ou a gestão da Carteira, respectivamente, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de encaminhamento da respectiva notificação de renúncia, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, sem necessidade de aprovação dos Quotistas, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral ou, conforme o caso, do término do prazo de 60 (sessenta) dias de que trata este item em que a instituição nomeada para substituir o Administrador e/ou o Gestor deveria ter assumido efetivamente a administração do Fundo e/ou a gestão da Carteira, respectivamente.

6.5. – Além da hipótese de renúncia descrita no item 6.3. acima, o Administrador e o Gestor poderão ser destituídos de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas com Direito de Voto reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula VIII abaixo.

6.6. – Sem prejuízo das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação vigente e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao Administrador:

(i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:

- (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
- (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
- (c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembleias Gerais;



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos  
Registro Civil de  
Rua Mal. Deodoro  
Fone: (41) 3225-7605 - Curitiba - PR

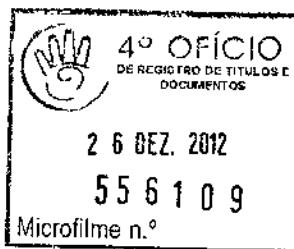
[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)





- (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
  - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
  - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, conforme o caso, e bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimentos, elaborados pelo Comitê de Investimentos com o auxílio, conforme o caso, do Consultor Especializado, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises de investimentos, elaborados pelo Comitê de Investimentos com o auxílio, conforme o caso, do Consultor Especializado, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 6.6. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador;
- (xi) quando aplicável, em razão de sua natureza, manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira devidamente custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;





**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

- (xiii) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Comitê de Investimentos;
- (xiv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento;
- (xv) a pedido do Comitê de Investimentos e/ou de Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas em Circulação, ou sempre que se fizer necessário por lei ou pela regulamentação em vigor, convocar a Assembleia Geral, devendo ser observados os procedimentos de convocação descritos neste Regulamento;
- (xvi) representar legalmente o Fundo, no limite de suas competências, nos termos deste Regulamento;
- (xvii) realizar as Chamadas de Capital, de acordo com as instruções do Comitê de Investimentos; e
- (xviii) solicitar o registro das Quotas à distribuição no SDT e negociação no SF, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

6.6.1. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 6.6. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembleia Geral, tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembleia Geral na forma deste item 6.6.1., os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 6.6. acima serão impedidos de votar.

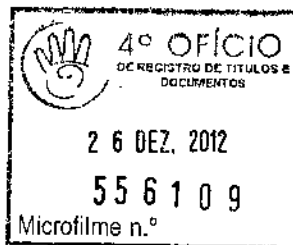
6.7. – Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas modalidades estabelecidas pela CVM;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM n.º 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
  - (a) no exterior;
  - (b) na aquisição de bens imóveis; e



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Físicas  
Rua Mal. Deodoro, 31  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

(c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

## **CAPÍTULO VII – DO CONSULTOR ESPECIALIZADO E DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

7.1. – O Administrador, na qualidade de representante legal do Fundo, contratará o Consultor Especializado, nos termos da regulamentação aplicável, deste Regulamento e do Contrato de Consultoria.

7.2. – Sem prejuízo de outras atribuições eventualmente conferidas por força deste Regulamento e do Contrato de Consultoria, competirá principalmente ao Consultor Especializado:

- (i) elaborar propostas de investimento e Reinvestimento para o Fundo durante o Período de Investimento e submetê-las à apreciação do Comitê de Investimentos;
- (ii) elaborar propostas de Reinvestimento fora do Período de Investimento e submetê-las à apreciação da Assembleia Geral;
- (iii) elaborar propostas de desinvestimento para o Fundo e submetê-las à apreciação do Comitê de Investimentos;
- (iv) acompanhar e monitorar o desempenho das Companhias Investidas e de seus respectivos setores de atuação;
- (v) preparar e entregar ao Comitê de Investimentos relatórios gerenciais mensais e semestrais relativos às Companhias Investidas e aos seus respectivos setores de atuação nas formas e prazos estabelecidos no Contrato de Consultoria;
- (vi) elaborar propostas de Coinvestimento e submetê-las à apreciação do Comitê de Investimentos;
- (vii) exercer suas atividades no melhor interesse do Fundo e das Companhias Investidas; e
- (viii) observar e fazer cumprir as disposições constantes deste Regulamento e do Contrato de Consultoria.

7.2.1. – O Consultor Especializado somente poderá ser destituído ou substituído, pela Assembleia Geral na hipótese de Justa Causa, observado o quorum de deliberação previsto no Capítulo VIII abaixo.

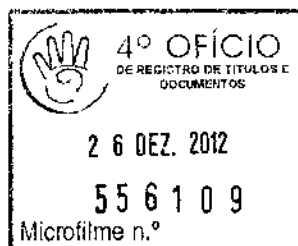
7.3. – A Pessoa Chave do Consultor Especializado, conforme indicada no Contrato de Consultoria, deverá dedicar parte preponderante de seu tempo para o desempenho das atividades de consultoria do Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Consultoria, bem como deverá permanecer à disposição do Fundo durante todo o prazo de duração do Fundo.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 100  
Fone: (41) 3225-3985 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

7.3.1. – Na hipótese de substituição a qualquer título da Pessoa Chave, redução do tempo dedicado ao Fundo pela Pessoa Chave ou desligamento e/ou impedimento de Pessoa Chave, por qualquer motivo, incluindo, mas não se limitando, a falcimento, doença grave que a impeça de trabalhar por um período contínuo de 3 (três) meses, ou qualquer outro motivo de força maior, o Consultor Especializado deverá: (i) comunicar tal fato ao Administrador no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data em que tiver ciência da ocorrência ou da potencial ocorrência do evento, e (ii) indicar substituto de perfil similar e qualificação técnica equivalente. O Administrador deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a substituição da Pessoa Chave ou, conforme o caso, sobre a redução do tempo dedicado ao Fundo pela Pessoa Chave, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo VIII deste Regulamento, a qual deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da data de sua convocação. A aprovação pela Assembleia Geral qualificará automaticamente o substituto indicado pelo Consultor Especializado como Pessoa Chave.

7.3.2. – A não aprovação, pela Assembleia Geral, do profissional indicado pelo Consultor Especializado para substituir a Pessoa Chave referida no item 7.3.1. acima, ou, ainda, da redução do tempo dedicado ao Fundo pela Pessoa Chave, configurará Justa Causa, podendo ser deliberada na própria Assembleia Geral de que trata o item 7.3.1. acima, a destituição do Consultor Especializado com Justa Causa.

7.4. – Pela prestação dos serviços descritos neste Regulamento e no Contrato de Consultoria, o Consultor Especializado fará jus à Remuneração do Consultor Especializado.

7.5. – O Fundo conta com um Comitê de Investimentos, que tem por função principal auxiliar e orientar o Gestor na gestão da Carteira.

7.6. – Observado o disposto nos itens 7.6.1. a 7.6.4. abaixo, o Comitê de Investimentos será composto por 3 (três) membros, podendo ser eleitos, inclusive, Partes Relacionadas.

7.6.1. – Somente poderá ser eleito para integrar o Comitê de Investimentos o profissional que preencha os seguintes requisitos:

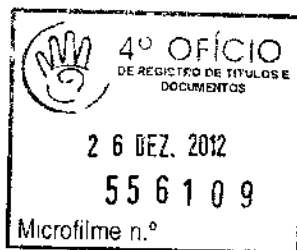
- (i) possua notório conhecimento e ilibada reputação;
- (ii) possua graduação em curso superior, em instituição reconhecida oficialmente no País ou no exterior;
- (iii) possua, pelo menos, 3 (três) anos de comprovada experiência profissional em atividade diretamente relacionada à análise ou à estruturação de investimentos, ou ser especialista setorial com notório saber nas áreas de investimento do Fundo;
- (iv) possua disponibilidade e compatibilidade para participar das reuniões do Comitê de Investimentos;



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de 11351-7  
Registro Civil de  
Rua Mal. Deodoro  
Fone: (41) 3225 3333

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

- (v) assine termo de posse atestando possuir as qualificações necessárias para preencher os requisitos dos incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) assine termo de confidencialidade e termo se obrigando a declarar eventual situação de Conflito de Interesses sempre que esta venha a ocorrer, hipótese em que se absterá não só de deliberar, como também de apreciar e discutir a matéria objeto do Conflito de Interesses.

7.6.2. – Enquanto não existirem Quotas Classe B em Circulação, os membros do Comitê de Investimentos serão eleitos pela maioria dos Quotistas Classe A na primeira Assembleia Geral a ser instalada no âmbito do Fundo e exercerão seus mandatos até a emissão de Quotas Classe B, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos a qualquer tempo pelos Quotistas Classe A.

7.6.3. – A partir do momento em que existirem Quotas Classe B em Circulação, os membros do Comitê de Investimentos serão eleitos pelos Quotistas Classe A e pelos Quotistas Classe B, sendo 2 (dois) membros eleitos pela maioria dos Quotistas Classe A e 1 (um) membro eleito pela maioria dos Quotistas Classe B, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim e exercerão seus mandatos até o término do prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos a qualquer tempo pelos respectivos Quotistas Classe A ou Quotistas Classe B, conforme o caso, que o tiver eleito.

7.6.4. – Na hipótese de renúncia ou substituição do membro do Comitê de Investimentos nos termos do item 7.6.3. acima, os Quotistas Classe A ou Quotistas Classe B, conforme o caso, que o tiver eleito deverão eleger 1 (um) novo membro para representar a sua respectiva classe no Comitê de Investimentos, o qual assumirá todos os deveres e obrigações do membro renunciante ou substituído, observado o disposto no item 7.6.1. acima.

7.7. – Os Quotistas Classe C poderão eleger, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, um membro para participar das reuniões do Comitê de Investimentos, podendo ser eleito, inclusive, Partes Relacionadas, ressalvado que ao referido membro somente será atribuído o direito de acompanhar as reuniões do Comitê de Investimentos, sem qualquer direito de voto. O membro do Comitê de Investimentos de que trata este item deverá ainda assinar termo de confidencialidade, nos termos do inciso (vi) do item 7.6.1 acima.

7.7.1. – O membro observador referido no item 7.7. acima não será considerado para fins dos quóruns de instalação e deliberação do Comitê de Investimentos de que trata este Capítulo VII.

7.8. – São atribuições do Comitê de Investimentos:

- (i) discutir metas e diretrizes de investimento, Reinvestimento e desinvestimento do Fundo em Valores Mobiliários;



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mal...  
Fone: (41) 322...

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

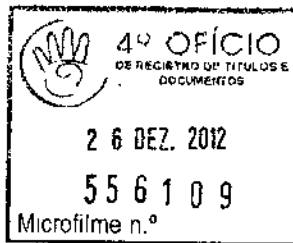
- (ii) deliberar sobre e aprovar os projetos e propostas de investimento e Reinvestimento do Fundo durante o Período de Investimento e, exclusivamente na hipótese do inciso (ii) do item 5.6.1. acima, de investimento fora do Período de Investimento, conforme submetidos à apreciação do Comitê de Investimentos pelo Consultor Especializado;
- (iii) deliberar sobre os projetos e propostas de desinvestimento do Fundo, conforme submetidos à apreciação do Comitê de Investimentos pelo Consultor Especializado;
- (iv) propor à Assembleia Geral, com antecedência de, no mínimo, 6 (seis) meses do término do prazo de duração do Fundo, a prorrogação do Período de Investimento e do prazo de duração do Fundo;
- (v) propor à Assembleia Geral a emissão de novas Quotas;
- (vi) deliberar sobre o pagamento de dividendos declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo diretamente aos Quotistas nos termos do item 5.7.1. acima;
- (vii) deliberar sobre a amortização de Quotas nos termos deste Regulamento;
- (viii) submeter à apreciação da Assembleia Geral proposta sobre procedimentos de entrega de bens e direitos integrantes da Carteira como forma de pagamento de amortização e resgate de Quotas;
- (ix) acompanhar o desempenho do Fundo, do Administrador, do Gestor, das Companhias Investidas e do Consultor Especializado;
- (x) orientar o Gestor em relação aos investimentos do Fundo em Outros Ativos e acompanhar os investimentos realizados pelo Fundo em Outros Ativos;
- (xi) solicitar ao Administrador a realização de Chamadas de Capital para investimentos em Valores Mobiliários e, conforme o caso, pagamentos de despesas e encargos do Fundo;
- (xii) deliberar sobre a orientação de voto a ser observada pelo Gestor no que se refere à eleição de membros para cargos de administração das Companhias Investidas, nas assembleias gerais das Companhias Investidas, nas reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie das Companhias Investidas, bem como orientar o Gestor sobre a celebração de contratos de compra e venda de Valores Mobiliários, acordos de acionistas das Companhias Investidas e/ou quaisquer outros acordos de investimento e/ou instrumentos de garantia;
- (xiii) avaliar a adequação dos ajustes e procedimentos de que trata o item 4.2. acima quanto à sua efetiva eficácia como forma de participação do Fundo na gestão das Companhias Investidas;



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos  
Registro Civil  
Rua Mal. Deodoro  
Fone: (41) 3225-3000

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



- (xiv) deliberar sobre a avaliação dos ativos pelo respectivo custo de aquisição ou valor patrimonial na hipótese de que trata o item 10.5.4. abaixo;
- (xv) deliberar sobre as propostas de Coinvestimento apresentadas pelo Consultor Especializado, nos termos do Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (xvi) autorizar operações no mercado de derivativos, nos termos do item 5.9. acima; e
- (xvii) aprovar a comissão de transação a ser cobrada pelo Consultor Especializado no âmbito de Coinvestimentos, nos termos do item 18.1.1. abaixo.

7.9. – Os membros do Comitê de Investimentos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por mês em período a ser estabelecido na primeira reunião do Comitê de Investimentos, inclusive, mas não se limitando, para debater o desempenho das Companhias Investidas, do Administrador, do Gestor, do Consultor Especializado e do Fundo, e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo à convocação escrita enviada pelo Administrador, pelo Gestor ou por qualquer um dos seus membros com, no mínimo, 7 (sete) Dias Úteis de antecedência para a primeira convocação, e 2 (dois) Dias Úteis para a segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

7.9.1. – As convocações escritas serão dispensadas, quando todos os membros do Comitê de Investimentos estiverem presentes à reunião.

7.10. – O Comitê de Investimentos poderá se reunir pessoalmente ou por meio de conferência telefônica, videoconferência ou outro meio semelhante, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios e/ou via correio eletrônico.

7.11. – As reuniões do Comitê de Investimentos somente serão instaladas com a presença da maioria de seus membros.

7.12. – As decisões do Comitê de Investimentos deverão ser tomadas pela maioria de seus membros. Após aprovação pelo Comitê de Investimentos, quaisquer alterações que modifiquem a proposta originalmente aprovada deverão ser novamente submetidas à aprovação do Comitê de Investimentos, em observância ao disposto nos itens acima.

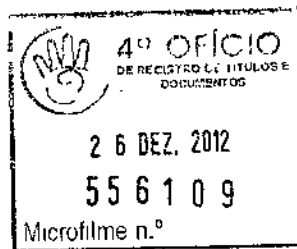
7.13. – Das reuniões do Comitê de Investimentos serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros presentes.

7.14. – Salvo mediante aprovação da maioria dos Quotistas com Direito de Voto reunidos em Assembleia Geral, os membros do Comitê de Investimentos não poderão participar de comitês de investimentos ou conselhos de supervisão de outros fundos que tenham por objeto o investimento em companhias que atuem no mesmo segmento econômico das Companhias Investidas.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas  
Rua Mal. Deodoro, 320  
Fone: (41) 3225-3905

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

7.14.1. – O membro do Comitê de Investimentos que participar de outros comitês de investimento ou conselhos de supervisão nos termos do item 7.14. acima deverá (i) solicitar imediatamente ao Administrador que comunique a todos os Quotistas sobre tal fato, comunicação esta que deverá ser realizada pelo Administrador no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da ciência do fato; (ii) atuar de forma totalmente imparcial nas reuniões do Comitê de Investimentos, de modo a evitar qualquer Conflito de Interesses, agindo sempre no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas; e (iii) observar os estritos termos do disposto no item 22.2. abaixo.

7.15. – Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer remuneração do Fundo pelo exercício de suas funções.

## CAPÍTULO VIII – DA ASSEMBLEIA GERAL

8.1. – Observado o disposto nos itens 8.2. a 8.10. abaixo, competirá privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força da regulamentação em vigor, deste Regulamento e/ou das atividades e operações do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento (sendo que as deliberações referidas nos incisos abaixo e que acarretem em alteração deste Regulamento estarão sujeitas aos respectivos quoruns de aprovação relacionados às matérias específicas de tais incisos, conforme abaixo definido);
- (iii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral;
- (iv) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e do Gestor, bem como sobre a escolha de seus substitutos, observado o disposto nos itens 6.3., 6.3.1., 6.3.2. e 6.3.3. acima;
- (v) deliberar sobre a destituição ou substituição do Consultor Especializado com Justa Causa, bem como sobre a escolha de seu substituto;
- (vi) deliberar sobre o aumento da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Performance;
- (vii) deliberar sobre a alteração da política de investimento do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a fusão ou incorporação do Fundo, observado que após a efetivação de tal fusão ou incorporação (a) o Contrato de Consultoria permaneça em vigor, sem restrição e/ou alteração negativa sobre as receitas de taxa de administração e taxa de performance, em valores absolutos, do Consultor Especializado, levando-se em consideração a participação proporcional em relação ao patrimônio do Fundo imediatamente anterior à fusão ou

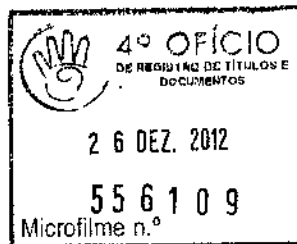


**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos  
Registro Civil de  
Rua Mal. Deodoro  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)





incorporação; e (b) os Quotistas Classe B permaneçam com os mesmos direitos políticos estabelecidos neste Regulamento;

- (ix) deliberar sobre a liquidação ou outra forma de dissolução do Fundo antes do término do seu prazo de duração;
- (x) deliberar sobre a liquidação do Fundo na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos de liquidação previstos no item 14.3. abaixo e, conforme o caso, acerca dos procedimentos e prazos referentes à liquidação do Fundo;
- (xi) deliberar sobre proposta do Comitê de Investimentos de procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização ou resgate de Quotas;
- (xii) deliberar sobre a proposta do Comitê de Investimentos de prorrogação do Período de Investimento e do prazo de duração do Fundo pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- (xiii) deliberar sobre a proposta do Comitê de Investimentos de prorrogação do Período de Investimento e do prazo de duração do Fundo por prazo superior a 2 (dois) anos;
- (xiv) deliberar sobre a proposta do Comitê de Investimentos para a emissão e distribuição de novas Quotas;
- (xv) deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações pelos Quotistas;
- (xvi) deliberar sobre proposta de Reinvestimento no Período de Desinvestimento;
- (xvii) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam o item 5.10. e o Capítulo XX deste Regulamento;
- (xviii) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo;
- (xix) aprovar despesas e encargos do Fundo não previstos no Capítulo XVII deste Regulamento;
- (xx) deliberar sobre o aumento da Remuneração do Consultor Especializado;
- (xxi) deliberar sobre a alteração da classificação de que trata o item 2.2. acima;
- (xxii) eleger os membros do Comitê de Investimentos, que será composto por 3 (três) membros, eleitos (a) pela maioria dos Quotistas Classe A enquanto não existirem Quotas Classe B em Circulação, ou (b) pelos Quotistas Classe A e pelos Quotistas Classe B a partir do momento em que existirem Quotas Classe B em Circulação, sendo 2 (dois) membros eleitos pela



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mal. Deodoro, 100  
Fone: (41) 3222-1111

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

maioria dos Quotistas Classe A e 1 (um) membro eleito pela maioria dos Quotistas Classe B, podendo ser eleitos, inclusive, Partes Relacionadas, nos termos do item 7.6. acima;

- (xxiii) deliberar sobre a destituição ou substituição do custodiante do Fundo, bem como sobre a escolha de seu substituto;
- (xxiv) deliberar sobre a substituição da Pessoa Chave ou, conforme o caso, sobre a redução do tempo dedicado ao Fundo pela Pessoa Chave, nos termos do item 7.3.1. acima; e
- (xxv) deliberar sobre a cisão do Fundo.

8.1.1. – Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas na forma estabelecida neste Regulamento.

8.2. – A convocação da Assembleia Geral será realizada mediante envio, pelo Administrador, (i) de correspondência escrita a cada um dos Quotistas; e/ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados. As Assembleias Gerais serão realizadas na sede do Administrador ou, na impossibilidade de se realizarem na sede do Administrador, em lugar a ser previamente indicado pelo Administrador na carta de convocação.

8.2.1. – Independentemente da convocação prevista no item 8.2. acima, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

8.3. – A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Administrador, por iniciativa própria ou mediante solicitação de Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

8.4. – Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas com Direito de Voto que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito.

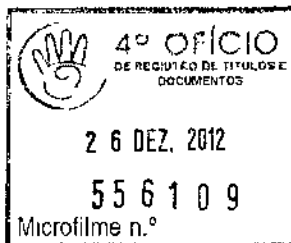
8.5. – Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

8.6. – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria dos Quotistas com Direito de Voto e, em segunda convocação, com qualquer número.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e  
Registro Civil de Pessoas  
Rua Mai. Deodoro  
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

8.6.1. - Não se instalando a Assembleia Geral em primeira convocação, a Assembleia Geral deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, podendo, alternativamente, ser realizada consulta formal, observado o procedimento previsto no item 8.8. deste Regulamento.

8.6.2. - A segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

8.7. - Ressalvado o disposto nos itens 8.7.1. à 8.7.3. abaixo, as deliberações das Assembleias Gerais, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas com Direito de Voto que representem, no mínimo, em primeira ou segunda convocação, 65% (sessenta e cinco por cento) das Quotas com Direito de Voto emitidas e em circulação.

8.7.1. - As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (i) e (xv) do item 8.1. acima serão aprovadas, em primeira ou segunda convocação, pela maioria dos Quotistas com Direito de Voto presentes à Assembleia Geral.

8.7.2. - As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (iii), (vii), (ix), (xi), (xviii), (xxi) e (xxv) do item 8.1. acima serão aprovadas, em primeira ou segunda convocação (a) enquanto não existirem Quotas Classe B em Circulação, pela maioria dos Quotistas Classe A, e (b) a partir do momento em que existirem Quotas Classe B em Circulação, por Quotistas Classe A representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Quotas Classe A em Circulação, e por Quotistas Classe B representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Quotas Classe B em Circulação, sendo que, em relação ao inciso (xi) do item 8.1. acima, o quorum de deliberação previsto neste item aplicar-se-á somente durante o Período de Desinvestimento.

8.7.3. - A deliberação relativa à matéria prevista no inciso (xiii) do item 8.1. acima será aprovada, em primeira ou segunda convocação, pela totalidade dos Quotistas com Direito de Voto.

8.7.4 - Os Quotistas com Direito de Voto poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que referida comunicação e todos os documentos comprobatórios de poderes dos titulares das Quotas sejam recebidos pelo Administrador com antecedência mínima de 12 (doze) horas do início da respectiva Assembleia Geral. A comunicação eletrônica deverá ser transmitida do endereço cadastrado pelo Quotista no Administrador.

8.8. - As deliberações da Assembleia Geral poderão ser aprovadas mediante processo de consulta formal realizada pelo Administrador por escrito, via carta, fax ou *e-mail*, sem necessidade de reunião, caso em que os Quotistas com Direito de Voto terão o prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da consulta, para respondê-la ao Administrador.

8.8.1. - Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto dos Quotistas com Direito de Voto.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro  
Registro

Rua Mal. D.

Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

8.9. – Em cada Assembleia Geral, após a deliberação e a aprovação das matérias da respectiva ordem do dia, o Administrador ou o secretário da Assembleia Geral lavrarão a ata da Assembleia Geral, a qual deverá ser aprovada pelos Quotistas com Direito de Voto presentes. Ao final de cada Assembleia Geral, todos os Quotistas presentes à Assembleia Geral deverão assinar a respectiva lista de presença, desde que seja consistente com as atividades conduzidas pelo Fundo. Os Quotistas que participarem da Assembleia Geral, por meio de teleconferência ou videoconferência, deverão enviar ao Administrador a ata devidamente assinada por correio eletrônico ou fac-símile, assim que possível, e, adicionalmente, deverão enviar uma via original da ata para o Administrador, por correio comum ou serviço de entrega.

8.10. – Os Quotistas com Direito de Voto deverão informar ao Administrador e aos demais Quotistas com Direito de Voto qualquer situação que os coloquem em situação de Conflito de Interesses em relação a qualquer matéria objeto de deliberação pela Assembleia Geral, ficando tais Quotistas com Direito de Voto impedidos de votar nas matérias relacionadas ao objeto do Conflito de Interesses, enquanto permanecer o conflito.

## **CAPÍTULO IX – DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO E DAS EMISSÕES DE QUOTAS**

9.1. – O patrimônio do Fundo é representado por 3 (três) classes de Quotas, quais sejam, as Quotas Classe A, as Quotas Classe B e as Quotas Classe C. As características, os direitos políticos e econômico-financeiros e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos neste Capítulo e nos Capítulos VII, VIII, X, XI e XII deste Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada emissão de Quotas.

9.1.1. – As Quotas deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. As Quotas que não forem subscritas nos termos deste item e do respectivo Suplemento serão canceladas pelo Administrador.

9.1.2. – O Fundo estabelece patrimônio mínimo inicial para funcionamento, podendo iniciar suas atividades e realizar investimentos nas Companhias Alvo mediante a subscrição de quantidade de Quotas que corresponda a, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

9.2. – Emissões de novas Quotas poderão ser realizadas mediante proposta do Comitê de Investimentos e prévia aprovação da Assembleia Geral, observados (i) o quorum de deliberação de que trata o Capítulo VIII deste Regulamento; e, no caso de Ofertas Restritas, (ii) o prazo de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento de cada Oferta Restrita, exceto se a distribuição pública for objeto de Oferta, conforme disposto no artigo 9º da Instrução CVM n.º 476/09.

9.2.1. – O Preço de Emissão das Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão e a Segunda Emissão constará do respectivo Suplemento e corresponderá ao valor da Quota do Dia Útil imediatamente anterior à data da deliberação, pela Assembleia Geral, da respectiva emissão de Quotas,



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Rua Mal. Deodoro, 20 - São Paulo

Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



calculado mediante a divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas em Circulação, ambos apurados no Dia Útil imediatamente anterior à data da deliberação de emissão de tais Quotas.

9.2.2. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar novas Quotas na exata proporção das suas respectivas participações na composição do Patrimônio Líquido.

## **CAPÍTULO X – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS**

### 10.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

10.1.1. – As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido e são de 3 (três) classes, quais sejam, as Quotas Classe A, as Quotas Classe B e as Quotas Classe C.

10.1.2. – Todas as Quotas terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares.

10.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 10.3.2. abaixo, as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em igualdade de condições, observado o disposto neste Regulamento e no Suplemento referente a cada emissão de Quotas.

### 10.2. – Valor das Quotas

10.2.1. – Sem prejuízo das disposições específicas deste Regulamento relativas ao cálculo do valor das Quotas, como regra geral as Quotas terão seu valor calculado mensalmente e tal valor corresponderá à divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas em Circulação, ambos aferidos na data de apuração do valor das Quotas.

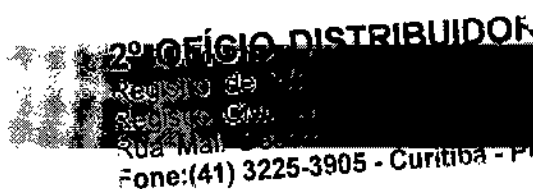
### 10.3. – Direitos Políticos e Econômico-Financeiros

10.3.1. – Sem prejuízo do disposto no item 10.6.1. abaixo, somente as Quotas Classe A e as Quotas Classe B terão direito de voto nas Assembleias Gerais, correspondendo cada Quota a um voto.

10.3.2. – Às Quotas Classe A, Quotas Classe B e Quotas Classe C são atribuídos direitos econômico-financeiros distintos, exclusivamente quanto à fixação da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, conforme disposto neste Regulamento e no Suplemento referente a cada Emissão.

### 10.4. – Distribuição e Subscrição das Quotas

10.4.1. – As Quotas serão objeto de Ofertas ou Ofertas Restritas destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados residentes ou não no Brasil.





**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

10.4.2. – No âmbito de toda e qualquer Oferta Restrita, será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e as Quotas somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

10.4.3. – As Quotas deverão ser subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido no Suplemento referente a cada emissão de Quotas.

10.4.4. – No ato da subscrição de Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as Quotas por ele subscritas em atendimento às Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pelo Administrador, nos termos deste Regulamento e do respectivo Compromisso de Investimento, (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e, conforme o caso, do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente (a) das disposições contidas neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e, conforme o caso, no Prospecto, e, adicionalmente, em se tratando de Quotas objeto de Oferta Restrita, (b) de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, e (c) de que as Quotas estão sujeitas às restrições de negociação previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

#### 10.5. – Integralização das Quotas

10.5.1. – As Quotas serão integralizadas pelo Preço de Integralização em atendimento às Chamadas de Capital a serem realizadas pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimentos, observados os procedimentos descritos nos itens 10.5.2. a 10.5.5. abaixo e o disposto nos Compromissos de Investimento.

10.5.2. – À medida que sejam identificadas oportunidades de investimento em Valores Mobiliários ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo, o Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimentos, realizará Chamadas de Capital, ou seja, comunicará os Quotistas sobre tal oportunidade e/ou necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo mediante a integralização parcial ou total das Quotas subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

10.5.2.1. – Ressalvadas as exceções previstas no item 5.6.1. acima, (i) Chamadas de Capital para a realização de investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizadas somente durante o Período de Investimento, e (ii) Chamadas de Capital para o pagamento de despesas e encargos do Fundo poderão ser realizadas a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, sendo que, na hipótese do inciso (ii) deste item, o Administrador poderá realizar referidas Chamadas de Capital, a seu exclusivo critério e sem necessidade de aprovação do Comitê de Investimentos.

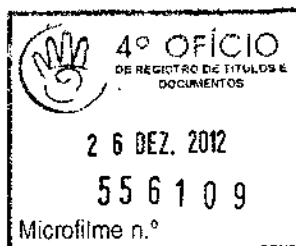
10.5.3. – Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da Chamada



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos  
Registro Civil de P  
Rua Mal. Deodoro  
Fone: (41) 3226-0000

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



de Capital, conforme solicitado pelo Administrador, em observância às instruções do Comitê de Investimentos, e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

10.5.4. – As Quotas serão integralizadas mediante a entrega de ativos e/ou em moeda corrente nacional, sendo que, nesta última hipótese, (i) por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP; ou (ii) por meio de crédito dos respectivos valores em recursos disponíveis diretamente na conta de titularidade do Fundo, mediante ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN. Na hipótese de integralização de Quotas mediante a entrega de ativos, tais ativos serão avaliados pelo respectivo custo de aquisição ou valor patrimonial, conforme orientação do Comitê de Investimentos.

10.5.4.1. – A integralização de Quotas mediante a entrega de ativos deverá ser realizada fora do âmbito da CETIP.

10.5.5. – O procedimento disposto nos itens 10.5.2. a 10.5.4. acima será repetido para cada Chamada de Capital até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas.

10.5.6. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e assinarem os respectivos Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 10.5. e nos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 10.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 10.6. abaixo.

#### 10.6. – Inadimplência dos Quotistas

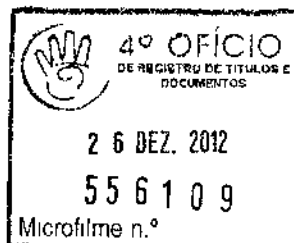
10.6.1. – O Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 10.5.6. acima, bem como terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos, conforme o caso (voto em Assembleias Gerais, recebimento diretamente das Companhias Investidas de dividendos declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo, pagamento de amortização de Quotas em igualdade de condições com os demais Quotistas titulares de Quotas e exercício do direito de preferência para a aquisição de Quotas, nos termos deste Regulamento) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente, conforme o caso, passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, recebimento de dividendos diretamente das Companhias Investidas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento.

10.6.1.1. – Caso o Fundo realize amortização ou resgate de Quotas em período em que um Quotista esteja qualificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devido ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos

  
[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

10.6.1.1.1. – O disposto no item 10.6.1.1. acima também se aplica à hipótese de distribuição de dividendos apurados e declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo diretamente a um Quotista que seja qualificado como Quotistas Inadimplente, sendo que os valores referentes à distribuição de dividendos pelas Companhias Investidas diretamente ao Quotista Inadimplente serão destinados ao Fundo, para fins de pagamento dos débitos do respectivo Quotista Inadimplente perante o Fundo.

10.6.1.2. – Independentemente do disposto nos itens acima, o Fundo poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, caso o Quotista Inadimplente não cumpra com suas obrigações previstas no Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Fundo ao Quotista Inadimplente.

10.6.1.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas nos termos do item acima deverão observar o procedimento disposto no item 10.9.4. abaixo.

10.6.1.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo.

10.6.2. – Os pagamentos a que se referem os itens 10.6.1., 10.6.1.1. e 10.6.1.1.1. acima, que sejam realizados por meio da CETIP, abrangerão, de forma idêntica, todos os Quotistas cujas Quotas estejam custodiadas na CETIP.

#### 10.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

10.7.1. – As Quotas poderão ser amortizadas pelo Administrador a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, conforme deliberação do Comitê de Investimentos, observados os termos e condições estabelecidos neste Regulamento.

10.7.2. – Para fins de amortização de Quotas, será considerado o valor da Quota do Dia Útil imediatamente anterior à data do pagamento da respectiva parcela de amortização, correspondente à divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas em Circulação, ambos apurados no Dia Útil imediatamente anterior à referida data do pagamento da respectiva parcela de amortização.

10.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização de Quotas aos Quotistas cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no Dia Útil anterior ao do pagamento.

10.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, (i) por meio da CETIP, conforme as Quotas estejam custodiadas na CETIP; ou (ii) por meio de crédito dos respectivos valores em recursos disponíveis diretamente na conta de titularidade de cada Quotista,



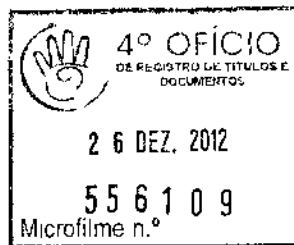
**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos  
Registro Civil de Pessoas Físicas  
Rua Mauá, 1000 - Centro

Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)





**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

mediante ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

10.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo ou quando da liquidação antecipada do Fundo, em caso de decisão da Assembleia Geral, todas as Quotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas em Circulação à época da liquidação do Fundo, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral a fim de deliberar sobre (a) a entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e resgate ou (b) a prorrogação do prazo de duração do Fundo.

10.7.5.1 – Na hipótese da Assembleia Geral referida no item 10.7.5. acima deliberar pela não prorrogação do prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de amortização total das Quotas ainda em circulação, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em Circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes. Na hipótese prevista neste item serão ainda observados os seguintes procedimentos:

- (i) o Administrador deverá notificar os Quotistas na forma estabelecida neste Regulamento, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio; e
- (ii) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data da notificação de que trata o inciso (i) acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas em Circulação, desconsiderados, para tal fim, quaisquer Quotistas Inadimplentes, se houver.

10.7.5.2. – Na hipótese de amortização de Quotas mediante a entrega de Valores Mobiliários ou Outros Ativos integrantes da Carteira, referida amortização de Quotas será realizada fora do âmbito da CETIP.

#### 10.8. – Resgate das Quotas

10.8.1. – As Quotas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

#### 10.9. – Distribuição e Negociação das Quotas



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro  
Registro  
R.O. Nº

Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

10.9.1. – As Quotas serão registradas para distribuição e negociação no SDT e no SF, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, observado que, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, as Quotas objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição.

10.9.2. – Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesse mercado, assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente de Quotas.

10.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com os requisitos descritos no Capítulo III e no item 10.4.4. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

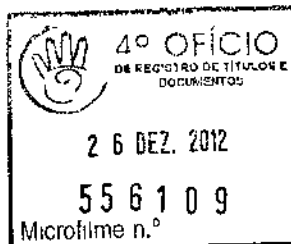
10.9.4. – Sem prejuízo do disposto nos itens 10.9.4.1. a 10.9.4.4. abaixo, caso um Quotista pretenda alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas, os demais Quotistas titulares de Quotas da mesma classe das Quotas Ofertadas terão o direito de preferência para adquirir as Quotas Ofertadas, em igualdade de condições e proporcionalmente à sua participação em relação à totalidade das Quotas da classe das Quotas Ofertadas, desde que observado o disposto abaixo:

- (i) o Quotista Alienante deverá comunicar aos demais Quotistas Ofertados e ao Administrador, por meio de correspondência escrita, o preço e as condições de pagamento que pretende obter de um terceiro e/ou outro Quotista como contraprestação à alienação das Quotas Ofertadas, além do nome e qualificação de tal terceiro e/ou Quotista comprador;
- (ii) os Quotistas Ofertados terão o prazo de 30 (trinta) dias contados da data do envio da comunicação referida no inciso (i) acima para, por meio de correspondência escrita enviada ao Quotista Alienante, com cópia para o Administrador, manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para a aquisição das Quotas Ofertadas objeto da comunicação recebida, inclusive eventuais sobras não adquiridas pelos demais Quotistas Ofertados, hipótese em que, observado o disposto no item 10.9.4.3. abaixo, a compra e venda das Quotas Ofertadas, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 15 (quinze) dias contados a partir da data do término do prazo mencionado neste inciso. Havendo vários Quotistas Ofertados, a quantidade de Quotas Ofertadas que cada um terá o direito de adquirir será proporcional à participação dos Quotistas Ofertados em relação à totalidade das Quotas da classe das Quotas Ofertadas;
- (iii) observado o disposto no item 10.9.4.2. abaixo, a falta de manifestação por qualquer Quotista Ofertado nos termos do inciso (ii) acima será equivalente a uma manifestação, por parte daquele Quotista Ofertado, de que não pretende exercer o direito de preferência que lhe cabe para aquisição das Quotas Ofertadas que forem objeto da comunicação inicial do Quotista Alienante, ficando o Quotista Alienante autorizado a promover a alienação das Quotas Ofertadas aos demais Quotistas e/ou a um terceiro durante o prazo suplementar de 30 (trinta) dias, desde que por um preço não inferior e/ou segundo condições de pagamento não



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

mais vantajosas aos constantes da comunicação inicialmente efetuada aos Quotistas Ofertados. Havendo dúvida ou divergência quanto à determinação do preço e condições de pagamento das Quotas Ofertadas (dentre os inicialmente comunicados aos Quotistas Ofertados e os efetivamente negociados com um terceiro), a matéria será submetida à decisão final, vinculante e inatacável, de uma das 4 (quatro) maiores empresas internacionais de auditoria e/ou consultoria, escolhida pelo Quotista Alienante, às suas expensas;

- (iv) a partir do momento em que todos os Quotistas Ofertados declararem que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe, nos termos deste item, ou na falta de manifestação tempestiva dentro do prazo de 30 (trinta) dias acima referido, o Quotista Alienante poderá franquear a terceiros, mediante assunção de compromissos de confidencialidade, amplo acesso às informações de que tiver acesso sobre o Fundo e seus investimentos e sobre a composição da Carteira; e
- (v) transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias indicado no inciso (iv) acima sem que as Quotas Ofertadas tenham sido alienadas e continuando o Quotista Alienante interessado na transferência das Quotas Ofertadas, deverá o Quotista Alienante renovar o procedimento de oferta descrito neste item.

10.9.4.1. – O direito de preferência de que trata o item 10.9.4. acima não se aplica às transferências de Quotas realizadas nos termos do Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda.

10.9.4.2. – Caso as Quotas Ofertadas sejam Quotas Classe B e os Quotistas Classe B não exerçam o direito de preferência que lhes cabe para a aquisição das Quotas Classe B, nos termos do item 10.9.4. acima, os Quotistas Classe A passarão a ter o direito de preferência para adquirir as Quotas Ofertadas que sejam Quotas Classe B, devendo o Quotista Alienante reiniciar o procedimento de oferta descrito no item 10.9.4. acima unicamente para os Quotistas Classe A, hipótese em que os Quotistas Classe A passarão a ser considerados Quotistas Ofertados.

10.9.4.3. – A operação de compra e venda das Quotas Ofertadas nos termos do inciso (ii) do item 10.9.4. acima dependerá de aprovação prévia da totalidade dos Quotistas Classe A em relação ao adquirente das Quotas Ofertadas, caso as Quotas Ofertadas sejam Quotas Classe B, ou de aprovação prévia dos demais Quotistas Classe A, caso as Quotas Ofertadas sejam Quotas Classe A. Sem prejuízo da obrigação de observar o procedimento descrito no item 10.9.4. acima, a alienação de Quotas Ofertadas que sejam Quotas Classe C não dependerá de qualquer aprovação prévia.

10.9.4.4. – Caso um Quotista Alienante pretenda alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, tal operação somente será válida se o novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista Alienante, assim como, conforme se tratem de Quotas Classe A ou Quotas Classe B, as obrigações previstas no Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mal. Deodoro, 100  
Fone: (41) 322-XXXX

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

10.9.5. – Caso um Quotista Alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento, no Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda, e, ainda, sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo, nos termos do Capítulo III deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

## **CAPÍTULO XI – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS**

11.1. – Exceto no que se refere aos dividendos declarados pelas Companhias Investidas em benefício do Fundo e que poderão ser distribuídos diretamente aos Quotistas, conforme previsto no item 5.7.1. acima, a distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial ou total de suas Quotas, observado o disposto neste Regulamento e nos Suplementos referentes a cada emissão de Quotas.

11.2. – As amortizações parciais ou totais das Quotas serão realizadas pelo Administrador a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, conforme deliberação do Comitê de Investimentos, à medida que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

11.2.1. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas, em benefício de todos os Quotistas, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regulamento aplicáveis ao Quotista Inadimplente, bem como os direitos econômico-financeiros distintos atribuídos às Quotas Classe A, Quotas Classe B e Quotas Classe C, nos termos deste Regulamento e do Suplemento referente a cada Emissão.

## **CAPÍTULO XII – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E DA TAXA DE PERFORMANCE**

12.1. – Pela administração e controladoria do Fundo, gestão da Carteira, custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira, escrituração das Quotas e consultoria especializada do Fundo, será devida a Taxa de Administração correspondente ao montante estabelecido no Suplemento referente a cada Emissão.

12.1.1. – A Taxa de Administração será provisionada diariamente e a somatória das provisões será apurada no último Dia Útil de cada mês e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

12.1.2. – A Taxa de Administração não será, em nenhuma hipótese, inferior ao valor mínimo mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

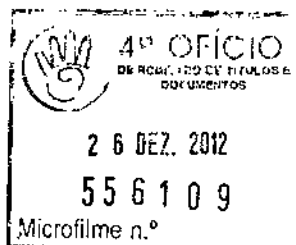


**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de  
Registro Civil  
Rua Mal. Deodoro

Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

12.1.3. – A remuneração mensal mínima estabelecida no item 12.1.2. acima será devida a partir da Data da Primeira Integralização de Quotas.

12.1.4. - A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração estabelecida em cada Suplemento.

12.2. – Além da remuneração estabelecida no item 7.4. acima, o Consultor Especializado fará jus à Taxa de Performance, cujos termos e condições estão descritos em cada Suplemento.

12.3. – As Quotas Classe A, as Quotas Classe B e as Quotas Classe C possuirão direitos econômico-financeiros distintos, exclusivamente quanto à fixação da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, nos termos do disposto no artigo 19, parágrafo 2º, da Instrução CVM n.º 391/03.

12.4. – O Fundo não possui taxa de saída e/ou taxa de ingresso.

### CAPÍTULO XIII – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. – O valor do Patrimônio Líquido será calculado ao final de cada trimestre civil, considerando os critérios estabelecidos abaixo.

13.2. – No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão, inicialmente, avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários e Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários de renda variável sem cotação em mercado serão avaliados pelo seu custo de aquisição atualizado, quando aplicável, de acordo com o disposto no item 13.3. abaixo; e
- (iii) Valores Mobiliários de renda variável com cotação de mercado serão avaliados pela cotação de fechamento do último pregão disponível na bolsa de valores.

13.3. – Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez no mercado de que trata o inciso (ii) do item 13.2. acima poderão ser objeto de avaliações periódicas, conforme determinação do Comitê de Investimentos, a qual também definirá os critérios e procedimentos para realização de referidas avaliações, observados as disposições da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações), das normas editadas pela CVM, e as práticas contábeis emanadas dos órgãos reguladores a que os investimentos do Fundo, incluindo as Companhias Investidas, estejam sujeitos.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos

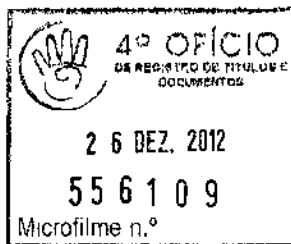
Registro Civil de Pessoas

Física - Mal. Deodoro

CEP 20.040-901

Telefone: (41) 3225-1111

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

13.3.1. – Para os fins do disposto no item 13.3. acima, são considerados sem liquidez no mercado os Valores Mobiliários de renda variável que: (i) não sejam registrados para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; e (ii) estejam registrados para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, mas que não tenham sido negociados por período superior a 30 (trinta) dias.

#### **CAPÍTULO XIV – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS**

14.1. – Até o último Dia Útil do prazo de duração do Fundo, a liquidação do Fundo será realizada pelo Administrador de acordo com as propostas de desinvestimento elaboradas pelo Consultor Especializado e aprovadas pelo Comitê de Investimentos, observados quaisquer dos procedimentos descritos a seguir e sempre levando em consideração a opção que possa gerar maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, caso tais ativos sejam admitidos à negociação nesses mercados; ou
- (ii) venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, por meio de negociações privadas; ou
- (iii) na impossibilidade de utilização dos procedimentos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto neste Regulamento.

14.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação dos investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

14.2. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral exclusivamente nos casos previstos neste Regulamento, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo VIII acima.

14.3. – Além das hipóteses de liquidação do Fundo previstas na regulamentação em vigor e neste Regulamento, são considerados eventos de liquidação do Fundo, objeto de aprovação pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Capítulo:

- (i) rescisão do Contrato de Consultoria ou renúncia do Consultor Especializado com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição aprovada pela Assembleia Geral; ou



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mal. Deodoro, 100  
01151-000 (41) 3011-1111

*i* *P*  
[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

- (ii) nas hipóteses de renúncia, destituição e/ou descredenciamento do Administrador e/ou do Gestor e se a Assembleia Geral não nomear instituição habilitada para substituir o Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, nos termos estabelecidos neste Regulamento, observado o disposto no inciso (iv) do item 8.1. deste Regulamento.

14.3.1. – Sem prejuízo do disposto no item 14.4. abaixo, na hipótese de ocorrência de qualquer evento de liquidação previsto no item acima, o Fundo interromperá quaisquer novos investimentos e o Administrador convocará imediatamente a Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação do Fundo e, conforme o caso, acerca dos procedimentos e prazos referentes à liquidação do Fundo.

14.3.2. – Na Assembleia Geral mencionada no item 14.3.1. acima, os Quotistas com Direito de Voto poderão deliberar por não liquidar o Fundo, observado o quorum de deliberação constante do Capítulo VIII deste Regulamento.

14.3.3. – Na hipótese de aprovação pelos Quotistas da liquidação do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo em observância à regulamentação aplicável.

14.3.4. – Independentemente do disposto acima, o pagamento do produto da liquidação do Fundo aos Quotistas, conforme o caso, deverá ser realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data da realização da Assembleia Geral que deliberar a liquidação do Fundo e somente após deduzidas as despesas e encargos do Fundo, devendo ser observado os procedimentos estabelecidos pela respectiva Assembleia Geral.

14.4. – Em qualquer hipótese, a partilha do patrimônio do Fundo deverá observar o percentual da participação de cada Quotista na composição do patrimônio do Fundo.

14.5. – Após a divisão do Patrimônio Líquido entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

## **CAPÍTULO XV – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO**

15.1. – Sem prejuízo das obrigações previstas neste Regulamento e o disposto no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476/09, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua...  
Fon...

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

15.1.1. – A divulgação de informações de que trata o item 15.1. acima será feita mediante envio de correspondência ou correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

15.2. – O Administrador deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos Quotistas, mediante o envio de correspondência aos Quotistas:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
  - (a) valor do Patrimônio Líquido; e
  - (b) número de Quotas;
- (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:
  - (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
  - (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação em vigor;
  - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
  - (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
  - (a) as demonstrações contábeis do respectivo exercício social acompanhadas de parecer do auditor independente;
  - (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
  - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

15.3. – As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mal. Deodoro, 100  
Fone: (41) 3211-1111

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)





15.4. – O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

## **CAPÍTULO XVI – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

16.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador e do Gestor.

16.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

16.3. – O exercício social do Fundo terá início em 1º de junho e encerramento em 31 de maio de cada ano.

16.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

## **CAPÍTULO XVII – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

17.1. – Constituição encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas:

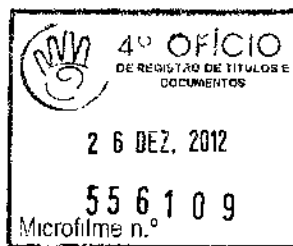
- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vi) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas respectivas funções;
- (vii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro  
Registro C  
Rua Mal. E  
Fone: (41) 32

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

- (viii) quaisquer despesas, sem limitação de valor, inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral;
- (ix) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira; e
- (x) despesas, sem limitação de valor, com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

17.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, incluindo, mas não se limitando, aos honorários e despesas dos auditores independentes encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo, salvo decisão contrária da Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo VIII deste Regulamento.

17.2.1. Os honorários e despesas dos auditores independentes mencionados no item 17.2, acima, não contemplam eventuais despesas incorridas pelo Fundo que sejam relacionadas à auditoria de precificação de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas.

17.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

17.4. – As despesas indicadas no item 17.1. incorridas pelo Administrador anteriormente à constituição ou ao registro do Fundo perante a CVM serão passíveis de reembolso pelo Fundo, observada a eventual necessidade de ratificação pela Assembleia Geral nas hipóteses em que as disposições legais e regulamentares assim o exigirem, e serão passíveis de nota explicativa e de auditoria no momento em que forem elaboradas as demonstrações financeiras do primeiro exercício fiscal do Fundo. O prazo máximo para o reembolso de tais despesas será de até 30 (trinta) dias contados da Data da Primeira Integralização de Quotas.

## CAPÍTULO XVIII – DOS COINVESTIMENTOS

18.1. – O Administrador poderá, conforme proposta do Consultor Especializado e deliberação do Comitê de Investimentos, oferecer aos Quotistas e/ou ainda a quaisquer terceiros interessados, a oportunidade de realizar investimentos, juntamente com o Fundo, em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, observado que, nesta hipótese, os Quotistas terão o direito de preferência para a realização do Coinvestimento pelo prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação acerca de uma oportunidade de Coinvestimento.

18.1.1. – O Consultor Especializado terá o direito de cobrar de cada coinvestidor uma comissão de transação sobre o valor do Coinvestimento, desde que previamente aprovada pelo Comitê de Investimentos.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mar...  
Fone...

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

18.1.2. – O Comitê de Investimentos deverá estabelecer detalhadamente os procedimentos e prazos para aceitação e as demais condições das ofertas de Coinvestimento a serem realizadas, bem como aprovar a comissão de transação a que se refere o item 18.1.1. acima, quando da aprovação de proposta de investimento e/ou Reinvestimento do Fundo.

18.1.3. – Eventuais Coinvestimentos realizados por qualquer Quotista não serão considerados como integralização de Quotas subscritas pelo referido Quotista no Fundo e não afetarão, de nenhuma maneira, a obrigação de integralizar Quotas subscritas pelo referido Quotista nos termos do respectivo Compromisso de Investimento.

## CAPÍTULO XIX – DOS FATORES DE RISCOS

19.1. – Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação das Companhias Investidas, sendo que não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas em razão da observância pelo Administrador e pelo Gestor de quaisquer rotinas e/ou procedimentos de gerenciamento de risco.

19.1.1. – Os ativos integrantes da Carteira e os Quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

- (i) **Risco de crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem a Carteira;
- (ii) **Risco de liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da Carteira nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Fundo poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez e aos riscos associados aos referidos ativos, que podem, inclusive, obrigar o Fundo a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações e resgates aos Quotistas, nos termos deste Regulamento;
- (iii) **Risco de mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos integrantes da Carteira, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Essas oscilações de preço podem fazer com que



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil e Empresarial  
Rua Mau, 100  
Cidade (11) 3221

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Quotas e perdas aos Quotistas;

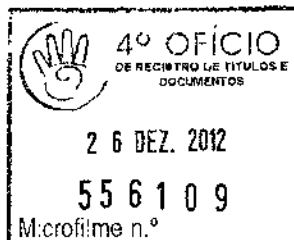
- (iv) **Riscos de acontecimentos e percepção de risco em outros países:** O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no País, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Quotas, o que poderá prejudicar de forma negativa as atividades das Companhias Investidas e, por conseguinte, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Quotistas;
- (v) **Risco relacionado a fatores macroeconômicos e à política governamental:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao seu controle tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas. Tais eventos podem resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. O Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar o Fundo e os Quotistas de forma negativa;
- (vi) **Riscos de alterações da legislação tributária:** O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão sujeitar o Fundo e/ou as Companhias Investidas, os Outros Ativos e/ou os Quotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis ao Fundo e/ou às Companhias Investidas e aos Quotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mal. Deodoro  
Fone: (41) 3225-3333

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

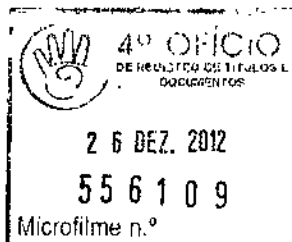
resultados das Companhias Investidas e, consequentemente, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Quotistas;

- (vii) **Risco relacionados à morosidade da justiça brasileira:** O Fundo e/ou as Companhias Investidas poderão ser partes em demandas judiciais relacionadas aos negócios das Companhias Investidas, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. No entanto, em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas poderá não ser alcançada em tempo razoável. Ademais, não há garantia de que o Fundo e/ou as Companhias Investidas obterão resultados favoráveis em suas demandas judiciais. Os fatos mencionados acima poderão afetar de forma adversa o desenvolvimento dos negócios das Companhias Investidas e, consequentemente, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Quotistas;
- (viii) **Restrições à negociação de Quotas:** as Quotas objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição. Desta forma, as Quotas objeto de Oferta Restrita não poderão ser negociadas antes do término do referido prazo;
- (ix) **Amortização e/ou resgate de Quotas em Valores Mobiliários ou Outros Ativos integrantes da Carteira:** Este Regulamento estabelece situações em que as Quotas poderão ser amortizadas ou resgatadas mediante a entrega, em pagamento, de Valores Mobiliários ou Outros Ativos integrantes da Carteira. Nessas hipóteses, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para negociar os Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos eventualmente recebidos do Fundo;
- (x) **Risco relacionado ao resgate e à liquidez das Quotas:** O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. A amortização das Quotas será realizada à medida que o Fundo tenha disponibilidade para tanto, ou na data de liquidação do Fundo. Além disso, o mercado secundário de quotas de fundos de investimento é muito pouco desenvolvido no Brasil, havendo o risco para os Quotistas que queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, de não conseguir negociar suas Quotas em mercado secundário em função da potencial ausência de compradores interessados. Assim, em razão da baixa liquidez das Quotas, os Quotistas poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas;
- (xi) **Riscos relacionados à amortização de Quotas:** os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados;
- (xii) **Risco de patrimônio negativo:** as eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito pelos Quotistas, de forma que os Quotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo;



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mal. Deodoro, 100  
Fone: (41) 3225-3111

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

- (xiii) **Risco de concentração dos investimentos do Fundo:** quanto maior a concentração dos investimentos do Fundo em uma única Companhia Investida, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tal Companhia Investida. O Fundo pode aplicar todo o seu patrimônio em ativos emitidos por uma única Companhia Investida;
- (xiv) **Riscos relacionados às Companhias Investidas:** os investimentos do Fundo são considerados de médio e longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelos Quotistas. A Carteira estará concentrada em Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas. Não há garantias de (a) bom desempenho de qualquer das Companhias Investidas, (b) solvência das Companhias Investidas, ou (c) continuidade das atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente o Fundo e, portanto, os Quotistas. Os pagamentos relativos aos Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os Quotistas poderão experimentar perdas; e
- (xv) **Outros Riscos:** o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao seu controle, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos integrantes da Carteira, alteração na política monetária, alteração na política fiscal, aplicações ou resgates significativos, os quais, se materializados, poderão acarretar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

19.2. – As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Consultor Especializado, dos membros do Comitê de Investimentos ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

## CAPÍTULO XX – DAS SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES

20.1. – A Assembleia Geral deverá analisar e aprovar todo e qualquer Conflito de Interesses, observado o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo VIII acima.

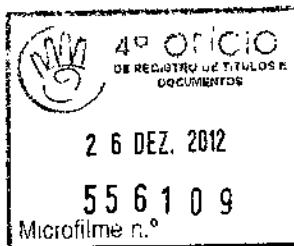
20.2. – Sem prejuízo do disposto nos itens 5.10. e 5.10.1. deste Regulamento, qualquer transação (i) entre o Fundo e as Partes Relacionadas; ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador e/ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento); ou (iii) entre as Partes Relacionadas e as Companhias Investidas; ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no inciso (i) do item 5.10. deste Regulamento, será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO XXI – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**  
— Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Ima. Deodoro, 320 - Sala 504  
Fone/Fax: 3225-3905 - Curitiba - PR

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

21.1. – O Administrador, o Gestor, o Consultor Especializado, os membros do Comitê de Investimentos e os Quotistas, inclusive seus sucessores a qualquer título, se obrigam a submeter à arbitragem toda e qualquer controvérsia baseada em matéria decorrente de ou relacionada a este Regulamento, ou à constituição, operação, gestão e funcionamento do Fundo. A arbitragem será realizada em português, aplicando-se as leis brasileiras, e será administrada pelo CAM-CCBC, através da adoção do seu respectivo regulamento e em observância à Lei 9.307/96, devendo observar sempre o disposto neste Regulamento, cujas especificações prevalecerão em caso de dúvida.

21.2 – O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, competindo à(s) parte(s) requerente(s) (em conjunto) nomear 1 (um) árbitro de sua confiança e a(s) parte(s) requerida(s) (em conjunto) nomear 1 (um) árbitro de sua confiança, e o 3º (terceiro) será indicado de comum acordo pelos árbitros. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os 2 (dois) árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do 3º (terceiro) nos termos do regulamento, as nomeações faltantes serão feitas pelo CAM-CCBC.

21.3 – Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo 3 (três) ou mais partes em que estas não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as partes, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas partes da última notificação do CAM-CCBC nesse sentido. O 3º (terceiro) árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente do CAM-CCBC. Caso as partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da CAM-CCBC, que designará um deles para atuar como presidente.

21.4 – A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

21.5 – Os procedimentos arbitrais deverão ser conduzidos de maneira sigilosa.

21.6 – Qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo título executivo judicial vinculante, obrigando as partes a cumprir o determinado na decisão arbitral, independentemente de execução judicial.

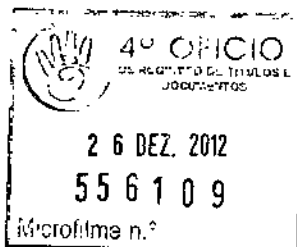
21.7 – As partes poderão pleitear medidas cautelares e de urgência ao Poder Judiciário antes da constituição do tribunal arbitral. A partir de sua constituição, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, podendo manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário.

21.8 – Medidas cautelares e de urgência, quando aplicáveis, e ações de execução poderão ser pleiteadas e propostas, à escolha do interessado, na comarca onde estejam o domicílio ou os bens de qualquer das partes, ou na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Para quaisquer outras medidas judiciais, fica elcita exclusivamente a comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O requerimento de qualquer medida



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

judicial não será considerado uma renúncia aos direitos previstos nesta cláusula ou à arbitragem como o único método de solução de controvérsias entre as partes.

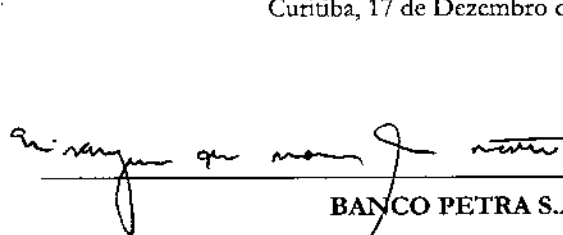
21.9 – Antes da assinatura do termo de arbitragem, o CAM-CCBC poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos nos termos de seu regulamento. Após a assinatura do termo de arbitragem, o tribunal arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados neste ou em qualquer outro instrumento firmado entre as partes, desde que tais procedimentos digam respeito à mesma relação jurídica e as cláusulas compromissórias sejam compatíveis. A competência para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes.

## CAPÍTULO XXII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, o Consultor Especializado, os membros do Comitê de Investimentos e os Quotistas.

22.2. – O Administrador, o Gestor, o Consultor Especializado, os membros do Comitê de Investimentos e os Quotistas deverão manter sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, as informações e/ou documentos referentes aos investimentos e operações do Fundo, exceto nas hipóteses em que quaisquer das informações sejam reveladas, utilizadas ou divulgadas pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Consultor Especializado, pelos membros do Comitê de Investimentos e/ou por qualquer Quotista (i) com o consentimento prévio e por escrito do Comitê de Investimentos, (ii) em decorrência de obrigação estabelecida nos termos deste Regulamento, ou (iii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Comitê de Investimentos deverá ser informado, por escrito, da referida ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

Curitiba, 17 de Dezembro de 2012.

  
BANCO PETRA S.A.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 325 - Sala 501  
Fone: (41) 3225-3905

  
[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



Modelo de Suplemento

Suplemento referente à [•] Emissão e [Oferta][Oferta Restrita] de Quotas do Innova Fundo de  
Investimento em Participações

Os termos e expressões utilizados neste Suplemento em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os mesmos significados definidos no Regulamento, do qual este Suplemento é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma estiverem aqui definidos.

Características da [•] Emissão de Quotas do Fundo (“[•] Emissão”) e [Oferta][Oferta Restrita] de Quotas Classe [•] da [•] Emissão	
Montante Total da [•] Emissão	R\$ [•] ([•] reais).
Quantidade de Classes	[•].
Quantidade de Quotas Classe A	[•] ([•]).
Quantidade de Quotas Classe B	[•] ([•]).
Quantidade de Quotas Classe C	[•] ([•]).
Quantidade Total de Quotas	[•] ([•]).
Preço de Emissão	R\$ [•] ([•] reais).
Forma de colocação das Quotas Classe A	As Quotas da [•] Emissão serão objeto de [Oferta] [Oferta Restrita], nos termos da regulamentação aplicável.
Forma de colocação das Quotas Classe B	As Quotas da [•] Emissão serão objeto de [Oferta] [Oferta Restrita], nos termos da regulamentação aplicável.
Forma de colocação das Quotas Classe C	As Quotas da [•] Emissão serão objeto de [Oferta] [Oferta Restrita], nos termos da regulamentação aplicável.
Subscrição das Quotas Classe A	[•].
Subscrição das Quotas Classe B	[•].
Subscrição das Quotas Classe C	[•].

Integralização das Quotas Classe A	[•].
Integralização das Quotas Classe B	[•].
Integralização das Quotas Classe C	[•].
Preço de Integralização ou Critérios para cálculo do Preço de Integralização	R\$ [•] ([•] reais).
Taxa de Administração das Quotas Classe A	[•].
Taxa de Administração das Quotas Classe B	[•].
Taxa de Administração das Quotas Classe C	[•].
Taxa de Performance das Quotas Classe A	[•].
Taxa de Performance das Quotas Classe B	[•].
Taxa de Performance das Quotas Classe C	[•].
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Quotas da [•] Emissão	R\$ [•] ([•] reais).
Quantidade Total de Quotas após a [•] Emissão	[•] ([•]).

CUSTAS  
VRC 300  
R\$ 42.30

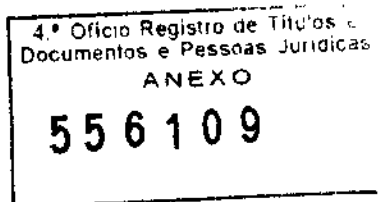
10



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil  
Rua Mauá, 63  
Bairro Centro  
Cidade de São Paulo, SP

www.bancopetra.com.br



## ANEXO II

### Descrição da Qualificação e da Experiência Profissional do Corpo Técnico do Gestor

O Gestor é uma sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 7.970, de 01 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Paulista, 1842, cj 17, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n 06.350.042/0001-39.

A Petra Asset foi fundada em 2004 e atua na gestão de carteiras e fundos de investimento, com o objetivo de obter retornos consistentes no longo prazo por meio do investimento em ações de companhias que possuam histórico de lucratividade, administração competente, compromisso com a governança corporativa e que atuem em setores promissores da economia.

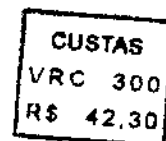
Entre os membros do seu corpo técnico, destacam-se como membros chave para o Fundo:

Ricardo Binelli

Ricardo Binelli é economista pela USP, possui um MBA em finanças pela mesma entidade e é sócio fundador do Grupo PETRA. Atua há mais de 20 anos no mercado financeiro, sendo desde 2004, na gestão de patrimônio de clientes, principalmente no setor de renda variável. Ricardo atualmente é responsável pela gestão dos fundos de investimento e pela análise macroeconômica do Grupo PETRA.

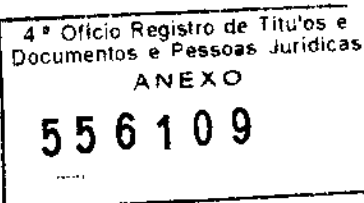
João Luiz Piccioni Junior

João Piccioni iniciou suas atividades na PETRA Asset em 2007 como analista de investimentos e, em 2010, tornou-se responsável pela área de análise de renda variável. João teve passagens em empresas como Itaú, GM e Pirelli e possui graduação em engenharia mecânica pela FEI, bacharelado em administração pela EAESP-FGV, MBA em finanças pela USP e é mestrando em economia pela EAESP-FGV.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de  
Rua Mar. De  
Fone (41) 322

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



Suplemento referente à Primeira Emissão e Oferta Restrita de Quotas Classe A do Innova Fundo de Investimento em Participações

Os termos e expressões utilizados neste Suplemento em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os mesmos significados definidos no Regulamento, do qual este Suplemento é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma estiverem aqui definidos.

Características da Primeira Emissão de Quotas do Fundo (" <u>Primeira Emissão</u> ") e da Oferta Restrita de Quotas Classe A da Primeira Emissão	
Montante Total da Primeira Emissão	R\$244.800.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões e oitocentos mil reais).
Quantidade de Classes	1 (uma) única classe de Quotas, qual seja, as Quotas Classe A.
Quantidade de Quotas Classe A	244.800 (duzentas e quarenta e quatro mil e oitocentas).
Quantidade de Quotas Classe B	Não há.
Quantidade de Quotas Classe C	Não há.
Quantidade Total de Quotas	244.800 (duzentas e quarenta e quatro mil e oitocentas).
Preço de Emissão	R\$1.000,00 (um mil reais).
Forma de colocação das Quotas Classe A	As Quotas Classe A da Primeira Emissão serão objeto de Oferta Restrita, nos termos da regulamentação aplicável, as quais (i) serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados; (ii) serão intermediadas por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) estão automaticamente dispensadas de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.
Forma de colocação das Quotas Classe B	Não aplicável.
Forma de colocação das Quotas Classe C	Não aplicável.
Subscrição das Quotas Classe A	As Quotas Classe A da Primeira Emissão deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da Oferta Restrita. A Oferta Restrita das Quotas Classe A da Primeira Emissão terá



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 2020 - São  
Paulo/SP - CEP: 04013-001

www.bancopetra.com.br

	início em 25 de setembro de 2012 e prazo máximo de 6 (seis) meses.
Subscrição das Quotas Classe B	Não aplicável.
Subscrição das Quotas Classe C	Não aplicável.
Integralização das Quotas Classe A	As Quotas Classe A da Primeira Emissão deverão ser integralizadas pelo Preço de Integralização, mediante Chamadas de Capital a serem realizadas pelo Administrador, de acordo com instruções do Comitê de Investimentos, na medida em que sejam identificadas oportunidades de investimento em Valores Mobiliários ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo. Como regra geral, as Chamadas de Capital somente poderão ser realizadas durante o Período de Investimento, observadas as exceções previstas no Regulamento.
Integralização das Quotas Classe B	Não aplicável.
Integralização das Quotas Classe C	Não aplicável.
Preço de Integralização ou Critérios para cálculo do Preço de Integralização	R\$1.000,00 (um mil reais).
Taxa de Administração das Quotas Classe A	0,135% (cento e trinta e cinco milésimos por cento) ao ano calculado sobre o valor total das Quotas Classe A em Circulação, acrescido de (i) parcelas mensais de R\$181.711,99 (cento e oitenta e um mil, setecentos e onze reais e noventa e nove centavos), atualizadas anualmente pelo IPCA, em 1º de junho de cada ano, e (ii) uma única parcela anual de R\$10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais) a ser paga no mês de julho de cada ano.
Taxa de Administração das Quotas Classe B	Não aplicável.
Taxa de Administração das Quotas Classe C	Não aplicável.
Taxa de Performance das Quotas Classe A	Será devida ao Consultor Especializado a Taxa de Performance, após a realização de amortização ou amortizações de Quotas

10



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos

Registro Civil de Pessoas

Rua Mal. Deodoro, 320

Fone: (41) 3335-3805

www.bancopetra.com.br

556109

**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

	<p>Classe A ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, de acordo com os procedimentos descritos abaixo:</p> <p>(i) até que os Quotistas Classe A recebam, por meio do pagamento de amortizações parciais e/ou total de suas Quotas Classe A, valores que correspondam ao Valor de Referência das Quotas Classe A (conforme abaixo definido), o Consultor Especializado não fará jus a qualquer pagamento de Taxa de Performance. Para fins do disposto neste inciso (i), o "<u>Valor de Referência das Quotas Classe A</u>" corresponde a 100% (cem por cento) do Capital Comprometido efetivamente integralizado por cada Quotista Classe A ("<u>Valor Total Integralizado das Quotas Classe A</u>"), atualizado pelo IPCA acrescido de 6% (seis por cento) ao ano para parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Valor Total Integralizado das Quotas Classe A e atualizado pela Taxa DI ao ano para parcela correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do Valor Total Integralizado das Quotas Classe A. O Valor de Referência das Quotas Classe A será calculado sobre o Capital Comprometido efetivamente integralizado pelos Quotistas Classe A, a partir de cada data de integralização e no montante da respectiva integralização de Quotas Classe A até a data do exercício das opções de compra ou venda previstas no Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda ou até o 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à data de liquidação do Fundo, inclusive, o que ocorrer primeiro; e</p> <p>(ii) após cumpridos os requisitos descritos no inciso (i) acima, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos realizadas pelo Fundo resultantes dos investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos, observarão a seguinte proporção: 90% (noventa por cento) serão entregues aos Quotistas Classe A a título de pagamento de amortização e 10% (dez por cento) serão entregues ao Consultor Especializado a título de pagamento de Taxa de Performance.</p>
Taxa de Performance das Quotas Classe B	Não aplicável.

10



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de  
Rua Mal. Deodoro  
Fone: (41) 3225-3333

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)

4.º Ofício Registro de Títulos e  
Documentos e Pessoas Jurídicas

ANEXO

556109

**PETRA**  
BANCO PETRA S.A.

Taxa de Performance das Quotas Classe C	Não aplicável.
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Quotas da Primeira Emissão	R\$244.800.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões e oitocentos mil reais).
Quantidade Total de Quotas após a Primeira Emissão	244.800 (duzentas e quarenta e quatro mil e oitocentas).

CUSTAS  
VRC 1020  
R\$ 143,82

P



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos

Registro C

Rua Mal. D

Fone:(41)

www.bancopetra.com.br

**Suplemento referente à Segunda Emissão e Oferta de Quotas Classe B e de Quotas Classe C do  
Innova Fundo de Investimento em Participações**

*Os termos e expressões utilizados neste Suplemento em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os mesmos significados definidos no Regulamento, do qual este Suplemento é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma estiverem aqui definidos.*

<b>Características da Segunda Emissão de Quotas do Fundo ("Segunda Emissão") e da Oferta de Quotas Classe B e de Quotas Classe C da Segunda Emissão</b>	
Montante Total da Segunda Emissão	R\$81.600.000,00 (oitenta e um milhões e seiscentos mil reais).
Quantidade de Classes	2 (duas) classes de Quotas, quais sejam, as Quotas Classe B e as Quotas Classe C.
Quantidade de Quotas Classe A	Não há.
Quantidade de Quotas Classe B	20.400 (vinte mil e quatrocentas).
Quantidade de Quotas Classe C	61.200 (sessenta e uma mil e duzentas).
Quantidade Total de Quotas	81.600 (oitenta e uma mil e seiscentas).
Preço de Emissão	R\$1.000,00 (um mil reais).
Forma de colocação das Quotas Classe A	Não aplicável.
Forma de colocação das Quotas Classe B	As Quotas Classe B da Segunda Emissão serão objeto de Oferta, nos termos da regulamentação aplicável, as quais (i) serão destinadas a Investidores Qualificados; (ii) serão intermediadas por sociedades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; e (iii) dependerão de prévio registro na CVM.
Forma de colocação das Quotas Classe C	As Quotas Classe C da Segunda Emissão serão objeto de Oferta, nos termos da regulamentação aplicável, as quais (i) serão destinadas a Investidores Qualificados; (ii) serão intermediadas por sociedades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; e (iii) dependerão de prévio registro na CVM.
Subscrição das Quotas Classe A	Não aplicável.



**2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**

Registro de Títulos e Documentos

Registro

Rua Mar

Fone: (41)

[www.bancopetra.com.br](http://www.bancopetra.com.br)



Subscrição das Quotas Classe B	As Quotas Classe B da Segunda Emissão deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da Oferta. A Oferta das Quotas Classe B da Segunda Emissão terá início na data da publicação do anúncio de início da Oferta e prazo máximo de 6 (seis) meses.
Subscrição das Quotas Classe C	As Quotas Classe C da Segunda Emissão deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da Oferta. A Oferta das Quotas Classe C da Segunda Emissão terá início na data da publicação do anúncio de início da Oferta e prazo máximo de 6 (seis) meses.
Integralização das Quotas Classe A	Não aplicável.
Integralização das Quotas Classe B	As Quotas Classe B da Segunda Emissão deverão ser integralizadas pelo Preço de Integralização, mediante Chamadas de Capital a serem realizadas pelo Administrador, de acordo com instruções do Comitê de Investimentos, na medida em que sejam identificadas oportunidades de investimento em Valores Mobiliários ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo. Como regra geral, as Chamadas de Capital somente poderão ser realizadas durante o Período de Investimento, observadas as exceções previstas no Regulamento. As Chamadas de Capital deverão ser realizadas aos Quotistas Classe B até que o percentual de Quotas Classe B integralizadas seja equivalente ao percentual de Quotas Classe A integralizadas. Assim que o percentual de Quotas Classe B integralizadas atingir o percentual de Quotas Classe A integralizadas, as Chamadas de Capital deverão ser realizadas de forma <i>pro rata</i> entre os Quotistas Classe A e os Quotistas Classe B.
Integralização das Quotas Classe C	As Quotas Classe C da Segunda Emissão deverão ser integralizadas pelo Preço de Integralização, mediante Chamadas de Capital a serem realizadas pelo Administrador, de acordo com instruções do Comitê de Investimentos, na medida em que sejam identificadas oportunidades de investimento em Valores Mobiliários ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do Fundo. Como regra geral, as Chamadas de Capital somente poderão ser realizadas durante o Período de Investimento, observadas as exceções previstas no Regulamento. As Chamadas de Capital deverão ser realizadas aos Quotistas Classe C até que o percentual de Quotas Classe C integralizadas

	seja equivalente ao percentual de Quotas Classe A integralizadas. Assim que o percentual de Quotas Classe C integralizadas atingir o percentual de Quotas Classe A integralizadas, as Chamadas de Capital deverão ser realizadas de forma <i>pro rata</i> entre os Quotistas Classe A e os Quotistas Classe C.
Preço de Integralização ou Critérios para cálculo do Preço de Integralização	R\$1.000,00 (um mil reais).
Taxa de Administração das Quotas Classe A	Não aplicável.
Taxa de Administração das Quotas Classe B	0,72% (setenta e dois centésimos por cento) ao ano calculado sobre o valor total das Quotas Classe B em Circulação, acrescido de (i) parcelas mensais de R\$80.760,89 (oitenta mil, setecentos e sessenta reais e oitenta e nove centavos), atualizadas anualmente pelo IPCA, em 1º de junho de cada ano, e (ii) uma única parcela anual de R\$4.500,00 (quatro mil, quinhentos reais) a ser paga no mês de julho de cada ano.
Taxa de Administração das Quotas Classe C	0,18% (dezoito centésimos por cento) ao ano calculado sobre o valor total das Quotas Classe C em Circulação, acrescido de (i) 2% (dois por cento) ao ano sobre o valor do Capital Comprometido pelos Quotistas Classe C, e (ii) uma única parcela anual de R\$3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais) a ser paga no mês de julho de cada ano.
Taxa de Performance das Quotas Classe A	Não aplicável.
Taxa de Performance das Quotas Classe B	Será devida ao Consultor Especializado a Taxa de Performance, após a realização de amortização ou amortizações de Quotas Classe B ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, de acordo com os procedimentos descritos abaixo:  (i) até que os Quotistas Classe B recebam, por meio do pagamento de amortizações parciais e/ou total de suas Quotas Classe B, valores que correspondam ao Valor de Referência das Quotas Classe B (conforme abaixo definido), o Consultor Especializado não fará jus a qualquer pagamento de Taxa de Performance. Para fins do

*P*



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro  
Registro  
Rua Mal...  
Fone: (41) 3225-8800

www.bancopetra.com.br

	<p>disposto neste inciso (i), "<u>Valor de Referência das Quotas Classe B</u>" corresponde a 100% (cem por cento) do Capital Comprometido efetivamente integralizado por cada Quotista Classe B, atualizado pela Taxa DI ao ano. O Valor de Referência das Quotas Classe B será calculado sobre o Capital Comprometido efetivamente integralizado pelos Quotistas Classe B, a partir de cada data de integralização e no montante da respectiva integralização de Quotas Classe B até a data do exercício da opção de compra prevista no Acordo de Investimento e Opção de Compra e Venda ou até o 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à data de liquidação do Fundo, inclusive, o que ocorrer primeiro; e</p> <p>(ii) após cumpridos os requisitos descritos no inciso (i) acima, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos realizadas pelo Fundo resultantes dos investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos, observarão a seguinte proporção: 90% (noventa por cento) serão entregues aos Quotistas Classe B a título de pagamento de amortização e 10% (dez por cento) serão entregues ao Consultor Especializado a título de pagamento de Taxa de Performance.</p>
Taxa de Performance das Quotas Classe C	<p>Será devida ao Consultor Especializado a Taxa de Performance, após a realização de amortização ou amortizações de Quotas Classe C ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, de acordo com os procedimentos descritos abaixo:</p> <p>(i) até que os Quotistas Classe C recebam, por meio do pagamento de amortizações parciais e/ou total de suas Quotas Classe C, valores que correspondam ao Valor de Referência das Quotas Classe C (conforme abaixo definido), o Consultor Especializado não fará jus a qualquer pagamento de Taxa de Performance. Para fins do disposto neste inciso (i), o "<u>Valor de Referência das Quotas Classe C</u>" corresponde a 100% (cem por cento) do Capital Comprometido efetivamente integralizado por cada Quotista Classe C, atualizado pela Taxa DI ao ano. O Valor de Referência das Quotas Classe C será calculado sobre o Capital Comprometido efetivamente integralizado pelos Quotistas Classe C, a partir de cada data de</p>

	<p>integralização e no montante da respectiva integralização de Quotas Classe C até o 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à data de liquidação do Fundo, inclusive; e</p> <p>(ii) após cumpridos os requisitos descritos no inciso (i) acima, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos realizadas pelo Fundo resultantes dos investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos, observarão a seguinte proporção: 80% (oitenta por cento) serão entregues aos Quotistas Classe C a título de pagamento de amortização e 20% (vinte por cento) serão entregues ao Consultor Especializado a título de pagamento de Taxa de Performance.</p>
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Quotas da Segunda Emissão	R\$326.400.000,00 (trezentos e vinte e seis milhões e quatrocentos mil reais).
Quantidade Total de Quotas após a Segunda Emissão	326.400 (trezentas e vinte e seis mil e quatrocentas).

i  
D

GUSTAO  
VRC 1020  
R\$ 143,82



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Rua Mal...  
Fone: (41)...

www.bancopetra.com.br

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR  
NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03**

**DECLARAÇÃO**

**BANCO PETRA S.A.**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, na qualidade de administrador do **INNOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), vem, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da distribuição pública das quotas da classe B e das quotas da classe C da segunda emissão do Fundo perante a CVM ("Quotas Classe B", "Quotas Classe C" e "Oferta", respectivamente) e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) o prospecto de distribuição pública de Quotas Classe B e de Quotas Classe C da Segunda Emissão do Fundo ("Prospecto") contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Classe B, das Quotas Classe C, do Fundo, da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores; e (iii) o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Curitiba, 04 de abril de 2013.

**BANCO PETRA S.A.**

F. d. d. F. b.

Nome:

Cargo: **Fernando Marques de Marsillac Fontes**  
RG: 08357707-2 IFP / RJ  
CPF: 010.350.787-67  
Diretor Presidente

Nome:

Cargo:

Edilberto Pereira  
RG: 3471554-8 SSP / PR  
CPF: 536.217.199-20

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER  
NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03**



**DECLARAÇÃO**

**PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.317.692/0001-94, neste ato representado na forma do seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de quotas da classe B ("Quotas Classe B") e de quotas da classe C ("Quotas Classe C") da segunda emissão do **INNOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Oferta" e "Fundo", respectivamente), administrado pelo **BANCO PETRA S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 11.821, de 18 de julho de 2011 ("Administrador"), vem, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que integram o prospecto de distribuição pública de Quotas Classe B e de Quotas Classe C da segunda emissão do Fundo ("Prospecto"), sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Classe B, das Quotas Classe C, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores; e (iii) o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Curitiba, 04 de abril de 2013.

**PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Ricardo Binelli  
RG: 820.690.30  
CPF: 133.349.428-99